

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Daniel Resende Freitas

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: alternativa de
mensurar a sustentabilidade social nas cooperativas de
Mineiros (GO)**

Taubaté – SP
2014

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Daniel Resende Freitas

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: alternativa de
mensurar a sustentabilidade social nas cooperativas de
Mineiros (GO)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Planejamento e Desenvolvimento Regional da
Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e
Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Taubaté – SP
2014

DANIEL RESENDE FREITAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: alternativa de mensurar a sustentabilidade social nas cooperativas de Mineiros (GO)

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: 1º de agosto de 2014.

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Fabio Ricci

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin

Universidade Federal de Itajubá

Assinatura _____

Celso Furtado dizia que é preciso muito esforço para impedir o Brasil de se desenvolver. Aparentemente, seus governantes e suas elites nisso se empenham com sucesso.

Ignacy Sachs

RESUMO

O desenvolvimento de comunidades, regiões, nações e do planeta será pleno quando contemplada, de modo equitativo, a evolução nas áreas econômica, política, social e ambiental. O desenvolvimento sustentável ocorre quando há interação dessas áreas de modo equilibrado entre todos os atores sociais, promovendo qualidade de vida e bem-estar. As organizações empresariais são os principais mecanismos de promoção do desenvolvimento regional quando avaliadas por gestores e *stakeholders*. Normalmente buscam-se informações que levam as empresas a planejarem e a agir com objetivo de maximização do lucro. Nesse contexto, o objetivo principal deste estudo é analisar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como mecanismo de mensuração de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social. Para analisá-la utilizaram-se informações de empresas cooperativas. Surge daí o segundo objetivo do estudo, que é verificar a capacidade de as cooperativas promoverem de modo diferenciado o desenvolvimento regional. O estudo se instrumentou por meio de pesquisas exploratória, bibliográfica, documental e análise de dados de caráter quantitativo. O escopo territorial situa-se no município de Mineiros (GO), e o período estudado restringe-se aos anos de 2011 e 2012. As análises, com informações elucidadas pela DVA entre as cooperativas, permitiram identificar o comportamento das empresas quanto à destinação de recursos para os empregados e, para o governo, além de distribuídos aos sócios, e assim inferir qual contribui de modo mais incisivo para o desenvolvimento na dimensão social. Com o estudo constatou-se que a DVA pode ser adotada como ferramenta de mensuração da sustentabilidade social, no entanto, quanto à avaliação das sociedades cooperativas promoverem o desenvolvimento sustentável em maior intensidade do que as demais empresas, o universo pesquisado foi insipiente para fundamentar tal questionamento, de modo que não se permitiu tecer considerações nesse sentido.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Sustentabilidade. Contabilidade. Sociedade Cooperativa.

ABSTRACT

STATEMENT OF VALUE ADDED (SVA): an alternative for cooperative´s social sustentability measurement Mineiros (GO)

The community, region, nations and the planet development will be fulfilled when it contemplates in an equitable way, the economic, politic, social and environmental area evolution. The sustainable development occurs when there is interaction in these areas in a balanced way between all social actors, promoting life quality and well-being. Entrepreneurial organizations are the main mechanisms of promoting regional development, when assessed by managers and stakeholders. Normally is search for information that leads the enterprises planning and acting with the objective of profit maximization. In this sense, the aim of this study is analyse the Statement of Value Added (SVA) as a mechanism of social sustainability development dimension mensuration. To achieve this analysis it was used Cooperative enterprises. From this point the second objective of this study emerge, that is to verify the Cooperative capacity of promoting in a differentiated way the regional development. This study was conducted by exploratory, bibliographical and documental research and the data analysis was done from quantitative character. The territorial scope was Mineiros county (GO) and the study period was limited to the years of 2011 and 2012. The analysis with the SVA cleared information's between Cooperatives, allowed to identify the behaviour of the enterprises regarded to employees and government resources destination, besides those distributed to the partners and in that way to infer which one contributes in a more incisive way to the development in a social dimension. With this study was possible to verify that SVA can be adopted as a mensuration tool for social sustainability, however, when the evaluation of the cooperative society promoting the sustainable development with greater intensity than other kind of enterprises was the issue, the researched universe was incipient to give support to the questioning and in that way was not allowed to give any consideration in this sense.

Key words: *Regional development. Sustainability. Accounting. Cooperative society.*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução dos principais produtos agrícolas cultivados em Goiás.....	58
Tabela 2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> e do salário médio em Mineiros (GO) (2002, 2010, 2011)	59
Tabela 3 - Distribuição da Produção Agropecuária de Mineiros	61
Tabela 4 - Indicadores Econômico-Financeiros e Socioculturais de Mineiros (2002 – 2012)	63
Tabela 5 - Evolução da População, Alunos e Salas de Aula de Mineiros (2002 – 2013)	64
Tabela 6 - Distribuição VA para colaboradores entre cooperativas estudadas (2001 – 2012)	87
Tabela 7 - Distribuição VA Destinada a tributos entre cooperativas estudadas (2001 – 2012)	90
Tabela 8 - Distribuição VA gerada e retida na própria cooperativa (2001 – 2012)	91
Tabela 9 - Comparativo da Participação do VA das Cooperativas Estudadas X VA Mineiros.....	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Regiões de Planejamento do estado de Goiás.....	55
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual do VA no ano de 2011 – COMIVA.....	70
Gráfico 2 – Distribuição percentual do VA no ano de 2012 – COMIVA.....	70
Gráfico 3 – Evolução VA x Evolução Faturamento – COMIVA (2011 – 2012)	73
Gráfico 4 – Distribuição percentual do VA no ano de 2011 – SICOOB – Mineiros...	77
Gráfico 5 – Distribuição percentual do VA no ano de 2012 – SICOOB – Mineiros...	78
Gráfico 6 – Evolução VA x Evolução Faturamento – SICOOB (2011 – 2012)	80
Gráfico 7 – Distribuição percentual do VA no ano de 2011 – UNICRED – Sudoeste Goiano.....	83
Gráfico 8 – Distribuição percentual do VA no ano de 2012 – UNICRED – Sudoeste Goiano.....	83
Gráfico 9 – Evolução VA x Evolução Faturamento – UNICRED (2011 – 2012)	84
Gráfico 10 – Distribuição do VA em R\$ aos funcionários COMIVA/SICOOB/UNICRED (2001 – 2012).....	87
Gráfico 11 – Distribuição do VA em % aos funcionários COMIVA/SICOOB/UNICRED (2001 – 2012).....	87
Gráfico 12 – Distribuição em % VA Destinada a tributos COMIVA/SICOOB/UNICRED (2001 – 2012).....	90
Gráfico 13 – Distribuição % VA gerada e retida na própria cooperativa (2001 – 2012)	91
Gráfico 14 – Evolução % VA Mineiros – GO, Média Cooperativas, COMIVA, SICOOB, UNICRED (2001 – 2012).....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do Balanço Social e suas peças no Brasil	40
Quadro 2 – Modelo DVA.....	43
Quadro 3 – Instrumentos e Técnicas da Pesquisa	53
Quadro 4 – Cooperativas atuantes em Mineiros registradas na OCB-GO	65
Quadro 5 – DVA COMIVA (2011 – 2012).....	69
Quadro 6 – DVA SICCOOB - Mineiros (2011 – 2012)	75
Quadro 7 – DVA UNICRED - Sudoeste Goiano (2011 – 2012).....	82
Quadro 8 – Evolução do VA das Cooperativas Estudadas X VA Mineiros	93

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACI – Aliança Cooperativa Internacional
AGO – Assembleia Geral Ordinária
ASSC – *Accounting Standards Steering Committee* – Comitê Gestor dos Padrões Contábeis da Inglaterra
BP – Balanço Patrimonial
BS – Balanço Social
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COMIVA – Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSSL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
DVA – Demonstração do Valor Adicionado
FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social
FB – Faturamento Bruto
FEA-USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FIECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FIRJAN – Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDM – Índice de Desempenho dos Municípios
IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFRS – *International Financial Reporting Standards* – Normas Internacionais de Contabilidade
IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
LSPA – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
NBC-T – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NBC-TG – Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral
NCC – Novo Código Civil
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB-GO – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
PNB – Produto Nacional Bruto

SEGPLAN-GO – Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SICCOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

UNICRED – Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's

US\$ FOB – *Free On Board* - expressão inglesa: quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio

VA – Valor Adicionado

VAT – Valor Adicionado Total

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Problema	16
1.2	Objetivos.....	18
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.2.2	Objetivos Específicos	18
1.3	Delimitação do Estudo.....	18
1.4	Relevância do Estudo.....	19
1.5	Organização da dissertação	20
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	21
2.1	Desenvolvimento Regional.....	21
2.1.1	Crescimento Econômico x Desenvolvimento Econômico	21
2.1.2	Desenvolvimento Econômico Sustentável.....	24
2.1.3	Desenvolvimento e Sustentabilidade na Dimensão Social.....	27
2.2	Sociedade Cooperativa	29
2.2.1	Histórico das Sociedades Cooperativas	29
2.2.2	Conceito das Sociedades Cooperativas	33
2.2.3	Destinação do Resultado/Sobras nas Cooperativas	35
2.2.4	Sociedade Cooperativa X Sociedade Mercantil.....	36
2.3	DVA como ferramenta para medir o desenvolvimento sustentável	37
2.3.1	Elaboração e análise da DVA.....	41
3	MÉTODO.....	49
3.1	Tipo de Pesquisa.....	49
3.2	Local da Pesquisa	50
3.3	Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados.....	50
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
4.1	Município de Mineiros.....	55
4.1.1	Localização e Aspectos Físicos de Mineiros	55
4.1.2	Aspectos da evolução socioeconômica de Mineiros e do Estado de Goiás ...	56
4.1.3	Cooperativas em Mineiros	64

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
	REFERÊNCIAS.....	101
	ANEXO A – Balanço Patrimonial (Ativo) da COMIVA	106
	ANEXO B – Balanço Patrimonial (Passivo) da COMIVA.....	107
	ANEXO C – Demonstração das Sobras e Perdas da COMIVA.....	108
	ANEXO D – Demonstração das Reversões e Destinação de Sobras e Perdas e do Resultado do Exercício da COMIVA	109
	ANEXO E – Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo) da SICOOB - Mineiros	110
	ANEXO F – Demonstração das Sobras e Perdas da SICOOB - Mineiros	111
	ANEXO G – Demonstração das Reversões e Destinação de Sobras e Perdas e do Resultado do Exercício da SICOOB - Mineiros	112
	ANEXO H – Balanço Patrimonial (Ativo) da UNICRED.....	113
	ANEXO I – Balanço Patrimonial (Passivo) da UNICRED	114
	ANEXO J – Demonstração das Sobras e Perdas da UNICRED	115
	ANEXO L – Demonstração das Reversões e Destinação de Sobras e Perdas e do Resultado do Exercício da UNICRED	116
	ANEXO M – Pronunciamentos Técnicos Contábeis 2008 (CPC).....	117
	AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO	119

1 INTRODUÇÃO

O estudo do planejamento e desenvolvimento regional requer a abordagem de assuntos voltados ao bem-estar e à qualidade de vida, além das questões relacionadas à eficiência operacional e financeira, em síntese, tratar de questões ligadas à sustentabilidade. Isso por que o ambiente onde a economia evolui positivamente sem a mesma evolução nas condições de vida de seu povo não pode ser considerado um sistema sustentável.

As organizações empresariais são células sociais que influenciam fortemente o ambiente onde se inserem, e a sociedade deve prover-se de informações que permitam a captura de fenômenos do arcabouço conceitual e histórico das ações dessas entidades, para identificar o seu nível de comprometimento e envolvimento na promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, suscitam-se questões da seguinte natureza, dentre outras: qual o conceito de desenvolvimento regional e de sustentabilidade? Quais as dimensões da sustentabilidade e como mensurá-las?

As questões apresentadas têm o objetivo de direcionar o foco deste estudo, que propõe analisar a aplicação de uma ferramenta como instrumento para mensurar e comparar a responsabilidade social de empresas no âmbito da sustentabilidade social.

Em geral as sociedades empresariais, por forças legais e normativas, são obrigadas a registrar sua movimentação financeira e elaborar demonstrativos contábeis que evidenciem sua posição patrimonial, o que ocorre por intermédio da escrituração e demonstrações contábeis.

No rol das demonstrações contábeis encontra-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), um demonstrativo que apresenta a geração de riqueza (Valor Adicionado-VA) de uma célula social dentro de um período, identificando a alocação/distribuição dessa riqueza entre os acionistas, credores/fornecedores, trabalhadores, governo e a própria entidade (valor reinvestido).

O “valor adicionado representa o quanto de valor a empresa agregou aos insumos adquiridos e transformados em determinado período”. (RIBEIRO FILHO; LOPEZ; PEDERNEIRAS, 2009, p. 273).

Santos (2007) expõe a opinião de diversos autores em relação à definição de valor adicionado e apresenta a sua na seguinte afirmação: “a empresa que está situada entre o mercado vendedor e o mercado comprador, em sua operação agrega valor aos bens e serviços adquiridos, transformando-os e recolocando no mercado”. (SANTOS, 2007, p.29).

O valor adicionado é obtido pela subtração entre o total das receitas apuradas e o total dos insumos adquiridos de terceiros. Pode-se, assim, identificar o valor adicionado gerado pela empresa. A DVA evidencia esse valor e demonstra qual é o destino e a distribuição da riqueza gerada em um exercício social, que normalmente refere-se ao período de um ano.

Ao mencionar o termo valor adicionado (VA) remete-se a uma proximidade com o PIB, embora num conceito macroeconômico haja semelhanças, Ludícibus *et. al.* (2010) afirmam que sem dupla contagem a DVA busca apresentar a parcela de contribuição das empresas na formação do PIB.

Há uma limitação nos mecanismos para mensurar o desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social, daí este estudo buscou analisar a aplicação da DVA a fim de ser adotada como mais uma ferramenta para tal objetivo. Para tanto, analisou-se a distribuição do VA entre os grupos apontados por essa ferramenta (funcionários, governo e parcela retida na própria empresa).

A análise vertical, aquela realizada dentro de cada período (exercício social), bem como a análise horizontal, quando parte da comparação temporal de um período com outro, tiveram como base de dados a DVA de cooperativas sediadas no município goiano de Mineiros.

1.1 Problema

Nos estudos de Vieira (2009) percebe-se que o desenvolvimento econômico tem uma concepção global, em que o crescimento da renda, os lucros e riquezas, encontram-se atrelados à sua redistribuição com equidade e justiça.

O desenvolvimento prevê ações destinadas a garantir emprego e renda, higiene e segurança do trabalho, valorização da vida, preocupação com a promoção da saúde, educação e treinamento, cultura, valores locais, família, acesso a bens, serviços e tecnologia, preservação e utilização dos recursos naturais voltados para

promoção do ecodesenvolvimento, qualidade de vida, e bem-estar individual e coletivo.

Todas as entidades comerciais são obrigadas a prestar informações econômicas financeiras aos sócios, investidores, colaboradores, à comunidade onde estão inseridas e ao Fisco anualmente, por meio das informações contábeis. No rol desses informes se apresenta a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Essa peça contábil, a DVA, segundo Brasil (2012), tem como finalidade evidenciar a distribuição da riqueza produzida por uma empresa, o valor adicionado (VA), e apontar sua destinação. A Comissão de Valores Mobiliários (2000) sugere que as empresas indiquem o destino do VA pelo menos para os seguintes segmentos: empregados, governo, terceiros, acionista, e o que fica retido para a própria entidade.

Dessa forma, o problema deste estudo buscou responder a seguinte questão: a DVA permite avaliar o desenvolvimento regional dentro da dimensão da sustentabilidade social nas empresas?

A sustentabilidade social nas empresas, no âmbito deste estudo, pressupõe programas e ações empreendedoras que atendam além dos interesses econômicos, proporcionando, também, bem-estar e melhoria na qualidade de vida dos colaboradores e na comunidade que se relaciona direta ou indiretamente com a empresa.

Para responder a problemática proposta foram realizadas pesquisas em documentos divulgados publicamente, disponíveis em *sites* na rede mundial de computadores.

Os dados selecionados foram extraídos de entidades cooperativas com unidades operacionais localizadas na cidade de Mineiros, no estado de Goiás. A escolha do território dessa pesquisa teve a intenção de iniciar um banco de dados para a região ligado ao assunto, bem como pela disponibilidade e facilidade de acesso aos dados, além de ser a melhor opção de economicidade para realizar a pesquisa.

No decorrer do estudo, além da proposta do projeto de pesquisa inicial, surgiu uma segunda pergunta/objetivo: qual a participação das sociedades cooperativas na promoção do desenvolvimento regional?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a viabilidade de admitir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como um mecanismo capaz de mensurar o desenvolvimento regional em sua dimensão da sustentabilidade social, utilizando, para tanto, as informações contábeis da DVA de cooperativas localizadas em Mineiros (GO).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever a elaboração da DVA e apresentar os indicadores de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social que podem ser produzidos.
- Comparar os indicadores das diferentes cooperativas estudadas como testemunha para os testes da DVA.
- Identificar e discutir, por intermédio da DVA, o desenvolvimento proporcionado pelas sociedades cooperativas sob a perspectiva da sustentabilidade social, em especial as localizadas no município goiano de Mineiros.

1.3 Delimitação do Estudo

O escopo deste estudo aborda relatórios administrativos de células sociais na modalidade cooperativista, analisando apenas as informações apresentadas na DVA, em especial a distribuição do VA, a confrontação dos indicadores extraídos da análise entre as cooperativas estudadas, e ainda a comparação dos indicadores das cooperativas com dados da cidade onde estão estabelecidas, em Mineiros (GO).

Para atingir os fins ao qual se destina, o estudo buscou contextualizar os conceitos acerca dos principais termos/temas abordados no problema deste estudo, tais como: planejamento e desenvolvimento regional, sustentabilidade, sociedade cooperativa, e DVA. Nessa abordagem não houve a pretensão de esgotar o assunto,

mas o intuito de prover o leitor do entendimento mínimo sobre o tema e realizar os debates necessários ao esclarecimento do que se propõe.

Na expectativa de realizar a aplicação prática em torno das reflexões teóricas abordadas, o estudo pretende analisar a capacidade de a DVA mensurar dados relacionados à sustentabilidade social de empresas, bem como abordar informações produzidas por esse demonstrativo, com objetivo de ampliar as justificativas em relação à hipótese de as cooperativas promoverem a sustentabilidade social.

Quanto ao espaço territorial e geográfico da pesquisa, foram analisadas entidades sediadas na cidade goiana de Mineiros. Já em relação à delimitação temporal, o intervalo está compreendido entre os anos 2011 e 2012.

A delimitação temporal inicial, proposta no projeto deste estudo, buscava estudar o período de 2008 a 2012 em virtude de a DVA ter sido normatizada pela Lei nº 11.638, de 2007, e cobrada de 2008 em diante. As informações que iriam subsidiar o estudo deveriam ser de domínio público, como relatórios divulgados nas páginas eletrônicas das cooperativas analisadas.

Infelizmente, ao realizar consultas e proceder a cópia dos arquivos/relatórios necessários ao estudo, constou-se que nos dados disponíveis dessas cooperativas havia apenas informações dos anos de 2011 e 2012, portanto, no escopo temporal pesquisado, específico para a análise da DVA, foi possível utilizar apenas informações desses dois anos.

1.4 Relevância do Estudo

O estudo sustenta sua relevância na apresentação de uma ferramenta já existente e normatizada, que permite analisar o desempenho econômico de uma empresa na dimensão social.

Analisou-se a aplicação dessa ferramenta para verificar se pode apresentar informações capazes de demonstrar a responsabilidade social corporativa da empresa, de modo a apontar, além das informações da posição financeira e resultado econômico, qual o nível das ações voltadas para a dimensão social do organismo empresarial.

Os esforços voltados para manter a eficiência do sistema produtivo têm promovido uma constante aceleração do crescimento e, por vezes, desencadeado

desequilíbrio em diversas esferas, principalmente nas dimensões social, ambiental, espacial e política.

Singer (2002) aponta que os interesses das empresas capitalistas voltados a resultados e lucros podem contribuir para o agravamento desse contexto, defendendo, portanto, o emprego de empresas solidárias. Em seu estudo apresenta a sociedade cooperativa como uma modalidade empresarial inspirada na economia solidária e uma alternativa para minimizar os efeitos nocivos do crescimento econômico. No entanto, as cooperativas brasileiras, em especial as estudadas nessa pesquisa, não seguem fielmente o modelo apontado por Singer (2002).

O estudo se justifica, também, pelo esforço em esclarecer as particularidades da estrutura e funcionamento da empresa cooperativista, analisando a participação dessa modalidade empresarial na promoção do desenvolvimento regional.

1.5 Organização da dissertação

O estudo estrutura-se em cinco seções. A primeira traz a introdução, o problema, os objetivos, geral e específicos, a delimitação e relevância do estudo, e sua organização.

A segunda seção apresenta a revisão de literatura, que aborda os conceitos e histórico dos principais termos pertinentes ao tema, como planejamento e desenvolvimento regional, sustentabilidade, sociedades empresárias, a DVA, o município de Mineiros e as entidades empresariais cooperativas.

Na terceira seção descreve-se o método da pesquisa, sua caracterização, tipo, e os procedimentos de coleta e análise dos dados. A quarta seção traz os resultados e a discussão, e a quinta encerra o estudo com as considerações finais, seguidas pelas referências e anexos.

Inobstante, registra-se que o presente estudo não pretendeu abordar o assunto em sua totalidade, nem mesmo esgotar o debate, mas sim, apresentar contribuições e, principalmente, despertar e fomentar novos estudos e aprofundamento do tema abordado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento Regional

O estudo do desenvolvimento econômico não deve se vincular à visão direcionada estritamente ao crescimento de riquezas, e assim logo se entende que há diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. De fato, é primordial entender e segregar esses termos: crescimento e desenvolvimento.

2.1.1 Crescimento Econômico x Desenvolvimento Econômico

O crescimento econômico é decorrente de processos produtivos voltados ao lucro, não se atém a detalhes fora desse objetivo. Normalmente é notado pelo aumento e concentração de indústrias, comércio, população, emprego, e, conseqüentemente, da renda, porém nem sempre distribuída com equidade e justiça, o que se comprova ao verificar a evolução do PIB e do PIB *per capita*, confrontando-os com o valor médio de salários recebidos.

Vieira (2009) conceitua crescimento econômico a partir do Dicionário de Economia e acrescenta às suas considerações a seguinte contribuição:

[...] crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado pela evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto – PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. (VIEIRA, 2009, p. 18).

O desenvolvimento econômico se apresenta numa visão global, enseja planos e ações que garantam uma evolução contínua e de modo sustentável.

Como o objetivo é demonstrar a diferença entre os termos crescimento e desenvolvimento, torna-se interessante discutir o que não deve ser entendido por crescimento econômico.

O termo desenvolvimento, mesmo que de modo empírico, remete a avanço, à expansão, ação, vivacidade, mudança e aceleração, no entanto, o que se vislumbra

é uma trajetória crescente, de modo que uma posição futura apresente condições de grandeza superiores a uma condição anterior.

Bessa (2006), ao definir desenvolvimento econômico, acrescenta que esse conceito deve se ser estabelecido como um princípio internacional. No presente estudo entende-se que o termo desenvolvimento envolve algo de maior amplitude que a concepção do crescimento econômico, em que basta a riqueza global de uma localidade ou grupo que contabilize aumento patrimonial.

Já o desenvolvimento econômico requer necessariamente que o aumento da riqueza ocorra acompanhado de melhoria da qualidade de vida e bem-estar, com ganhos na educação, saúde, cultura, garantia de emprego e renda, acesso ao lazer, preservação dos valores, manutenção e preservação da fauna e flora. Esses são exemplos de setores que devem registrar ganhos, assim como a economia e finanças.

Vieira (2009) reafirma tais colocações ao dizer que “o desenvolvimento regional passa também pela questão cultural e de valores de uma determinada região que, com o passar do tempo, vão se consolidando e dando identidade a uma comunidade regional” (VIEIRA, 2009, p. 21). Percebe-se, então, que apenas o aumento da capacidade produtiva pode, sim, configurar uma situação de evolução da riqueza, mas não necessariamente bem-estar e qualidade de vida a um povo.

Sen e Kliksberg (2010) relatam situações que exemplificam o que deve ser equacionado para a consolidação do desenvolvimento.

O planeta poderia produzir alimento suficiente para uma população bem maior que a atual, e, no entanto, 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. As reservas de água potável existentes poderiam permitir o fornecimento de água potável para toda a população e, no entanto, 1,2 bilhões de pessoas não têm acesso a água tratada. [...] Tudo isso, em pleno século da inseminação artificial, da clonagem de animais, dos IPODS, dos computadores portáteis, da biblioteca digital universal e outras maravilhas tecnológicas. (SEN; KLIKSBERG, 2010, pp. 8 a 10).

Sen e Kliksberg (2010) ainda mencionam situações como a mortalidade materna, que desde 1990 não apresentou melhoria; a mortalidade de crianças causada por pneumonia chega a 19 a cada cinco minutos, além de nove milhões de crianças no planeta não completarem cinco anos de idade, com uma média de 40% dos óbitos causados por desnutrição. Esses são alguns exemplos do aumento da renda não ter cumprido seu papel social.

A globalização imprime falsas realidades. O desenvolvimento aparente dos países em desenvolvimento provoca situações de extrema desigualdade social, pois “a situação dos países subdesenvolvidos não é nada comparável à dos países hoje ‘avançados’ antes de sua industrialização” (SANTOS, 2008, p. 19).

Anteriormente não houve nenhuma pressão externa para que a nação mais avançada se impusesse à totalidade do planeta, “O período atual diferencia-se nitidamente dos precedentes por sua capacidade nova de revolucionarização” (SANTOS, 2008, p. 35).

Os estudos de Santos (2008) revelam que o crescimento econômico promoveu a constituição de dois mundos, denominados pelo autor circuito superior e circuito inferior. O primeiro se constitui dos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria e serviços urbanos modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído pelas formas de fabricação de capital não intensivo, os serviços não modernos ofertados em varejo, e o comércio de pequena dimensão.

Santos (2008) cita as seguintes disparidades entre os dois circuitos mencionados:

[...] O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e alto nível, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “capital intensivo” [...] As atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, enquanto que as do circuito inferior, tanto no comércio quanto na fabricação, trabalham com pequenas quantidades. [...] O emprego, no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ao abaixo do mínimo vital. No circuito superior, a reutilização dos bens de consumo durável é quase nula, enquanto que no circuito inferior uma das bases da atividade é justamente a reutilização desses bens. [...] (SANTOS, 2008, pp. 43 a 48).

O contexto abordado por Santos (2008) mostra um dualismo decorrente do crescimento econômico dissociado e desvinculado das políticas de desenvolvimento sustentável.

Após analisar o posicionamento de Bessa (2006), Sen e Kliksberg (2010) e Santos (2008), conclui-se que é necessária a promoção de políticas e ações que garantam a liberdade das pessoas, como antídoto para aproximar e, se possível, eliminar a divisão social relatada, a fim de promover o desenvolvimento econômico sustentável e a todos, e não apenas o crescimento econômico concentrado para pequenos grupos.

2.1.2 Desenvolvimento Econômico Sustentável

A gênese do debate acerca da sustentabilidade, segundo Santos *et al.* (2012), foi inicialmente abordada por Thomas Malthus, em 1798, ao demonstrar a preocupação entre a produção de alimentos (crescimento em proporção linear) e o crescimento da população (crescimento em proporção geométrica). Malthus se preocupava com a criação de mecanismos de controle populacional, acreditando que a causa se situava na fertilidade humana.

O autor acrescenta que a questão foi retomada com maior ênfase no século XX, com os autores do Clube de Roma, quando foram reunidos novos elementos ao tema, como a “aceleração da industrialização, aumento dos indicadores de desnutrição, rápido crescimento populacional, deploração dos recursos naturais não renováveis e deterioração do meio ambiente” (SANTOS *et al.*, 2012, p. 55). Com isso, os estudos sobre sustentabilidade aproximam-se dos debates de desenvolvimento na dinâmica do crescimento econômico.

Debates instituídos nos programas das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento começaram a ser documentados a partir de 1961, em conformidade com vários de seus registros. A partir daí foram emitidos documentos - pactos, resoluções e declarações - tratando das diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

A seguir citam-se trechos de documentos que definem o termo desenvolvimento no sentido macro, como deve ser tratado nos debates referentes a planejamento e desenvolvimento regional:

[...] introduz o direito de autodeterminação dos povos e pressupõe a liberdade de determinação política e o livre desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como o direito de cada pessoa a um nível de vida adequado para si e sua família;
[...] reafirma a responsabilidade da comunidade internacional em relação ao progresso e o desenvolvimento no campo social;
[...] desenvolvimento: [...] fundada no conceito de solidariedade e justiça econômica distributiva [...] direito de crédito;
[...] introduz conceito de desenvolvimento sustentável e exige o direito ao desenvolvimento como princípio internacional; (BESSA, 2006, pp. 53 e 54).

Furtado (1974) já defendia esse pensamento na dimensão do trabalho:

A Teoria do Desenvolvimento trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da

produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social. (FURTADO, 1974, p. 3).

Um conceito de sustentabilidade bastante mencionado encontra-se fundamentado pelo relatório de *Brandtland*, citado por Sen (2010), e registrado em obras de diversos autores, assim é definido: sustentabilidade ocorre quando a geração presente satisfaz suas necessidades sem que comprometa a capacidade de gerações futuras também realizarem suas próprias necessidades.

As definições supracitadas se reforçam com a contribuição do economista indiano Amartya Sen, ao acrescentar que o desenvolvimento atrela-se aos processos de ampliação das liberdades reais disponíveis e acessíveis às pessoas. Sen (2010) entende que na ausência de liberdades as pessoas são furtadas de seus direitos de acesso às necessidades básicas, como nutrição, saúde, educação, oportunidades de trabalho e dignidade, dentre outros.

O crescimento econômico que não promover ou limitar o acesso a tais liberdades na certa deixa rastros de insustentabilidade e jamais deverá ser visto como desenvolvimento.

Outro aspecto abordado na obra de Sen (2010), referente ao desenvolvimento, envolve questões relacionadas aos valores sociais e aos costumes que prevalecem numa comunidade. São características que devem estar ligadas à igualdade entre os gêneros, à formação e aculturação das crianças, à educação e à formação profissional, à quantidade de filhos, ao tratamento e uso dos recursos naturais, e aos problemas populacionais, dentre outros. São fatores definidos como necessidades à vida plena e bem-estar.

No estudo do desenvolvimento sustentável Sen o considera não como um objetivo a ser perseguido, como um lugar de chegada, mas preferencialmente como um caminho.

[...] o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades [...] não só torna nossa vida mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, onde se coloca em prática nossa volição, interagindo com o mundo que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2010, p. 29).

Sen e Kliksberg (2010) defendem que a espécie humana tem grande responsabilidade no sentido de assumir um conceito de cidadão ecológico como agente ativo no processo de desenvolvimento global.

Dada a capacidade de resiliência do meio ambiente suportar a interferência humana, confirma-se que a responsabilidade humana em relação ao futuro de outras espécies é condição inalienável para as políticas de desenvolvimento, portanto, “desenvolvimento e meio ambiente tornaram-se indissociáveis” (SANTOS *et al.*, 2012, p. 56).

Bellen (2006) registra que “[...] observa-se hoje que existe uma variedade de abordagens que procura explicar o conceito de sustentabilidade” (BELLEN, 2006, p. 23); sua opinião pode ser confirmada ao relacionar a contribuição de outros pensadores, bem como o que foi definido pelo Relatório de *Brundtland* a respeito do desenvolvimento sustentável:

[...]uma sociedade pode ser considerada sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, [...] desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas espécies, [...] (BELLEN, 2006, p. 23).

A Organização das Nações Unidas (ONU) detém um programa voltado para questões ambientais desde a década de 1970 e adota a seguinte definição: “o desenvolvimento sustentável consiste na modificação da biosfera e na aplicação de seus recursos para atender às necessidades humanas e aumentar a sua qualidade de vida.” (IUCN *et al.*, 1980 *apud* BELLEN, 2006, p. 24).

Para elucidar e reforçar os principais desafios que precisam ser equacionados no escopo da sustentabilidade, acrescentam-se neste debate as observações de Dowbor, em seu artigo intitulado *Inovação Social e Sustentabilidade*.

No artigo o autor busca pontuar a situação global da sustentabilidade, apresentando um rápido balanço das principais questões que, em sua visão, necessitam de atenção, planejamento e: “atitudes inovadoras sobre os processos decisórios que regem o Planeta e o nosso cotidiano [...] é uma questão de bom senso e de elementar inteligência humana” (DOWBOR, 2007, p. 47).

Santos *et al.* (2012) apontam que os principais responsáveis pela insustentabilidade e, conseqüentemente, pela degradação dos recursos naturais são

a sociedade capitalista e o estado moderno, pois ambos perseguem o crescimento e acumulação de capital privado como propulsores do desenvolvimento.

Os demais recursos, como a cultura, educação, natureza são menos importantes, e representam partes insignificantes ou insumos dentro de um sistema em que o homem é tido como elemento superior.

Para Santos *et al.* (2012) existem duas correntes conquistando espaço nos debates internacionais referentes à evolução e crescimento contínuo e à capacidade de suporte do planeta. Uma corrente defende a tese do crescimento zero, que contribui para elaborar conceitos do ecodesenvolvimento e contrapõe o crescimento contínuo e a acumulação de bens. Da outra corrente surge o desenvolvimento sustentável como uma terceira opção, em que se elaboram modelos nos quais a relação homem-natureza possa ocorrer com equidade.

Santos *et al.* (2012) citam Ignacy Sachs, que postulou alguns princípios básicos para o desenvolvimento sustentável:

[...] satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e outras culturas e programa de educação. (SANTOS *et al.*, 2012, p. 56).

Bellen (2006) afirma que as questões pertinentes ao desenvolvimento devem remeter a algo de maior abrangência. Defende que devem ser adicionadas propostas aos aspectos sobre sustentabilidade nas “[...] dimensões social e ecológica, bem como fatores políticos e econômicos, dos recursos vivos e não vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas” (BELLEN, 2006, p. 23).

Neste estudo adotou-se a subdivisão proposta por Santos *et al.* (2012). Os autores postulam quatro subdivisões para o desenvolvimento e a sustentabilidade: a) dimensão econômica, b) dimensão política; c) dimensão social; e d) dimensão ambiental. Este estudo aborda questões ligadas à dimensão da sustentabilidade social, tópico que será apresentado com maior atenção.

2.1.3 Desenvolvimento e Sustentabilidade na Dimensão Social

Desenvolvimento e sustentabilidade social, no universo empresarial, devem ser entendidos como programas e ações empreendedoras que atendam aos

interesses econômicos, e também proporcionem melhoria no bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores e da comunidade que se relacionam direta ou indiretamente com uma determinada empresa.

Santos *et al.* (2012) ampliam o debate da dimensão social às relações entre países, onde se replica praticamente a mesma realidade de localidades específicas. O problema central situa-se na concentração de renda, tecnologias e acesso a bens tangíveis e intangíveis, dessa forma ganha ênfase o olhar voltado a promover a melhoria das condições sociais da população. O autor registra que a partir da década de 1960 intensifica-se o esforço no sentido de elaborar indicadores sociais, para acompanhar a evolução da qualidade de vida do cidadão.

Pensar o desenvolvimento agora deveria ir além do crescimento econômico e dos seus indicadores quantitativos. Era preciso intensificar as ações de valorização dos seres humanos através de um sistema de proteção ao cidadão. O Estado de Bem-Estar Social assume a responsabilidade mediante a oferta de serviços essenciais (alimentação, habitação, educação, saúde e previdência) para o desenvolvimento humano e social. (SANTOS *et al.*, 2012, p. 54).

Bellen (2006) define sustentabilidade da perspectiva social como a ênfase que deve ser dada ao ser humano para propiciar condições e meios necessários para aumentar a qualidade de vida. O autor defende que tal condição preserva o capital social e humano e que essa prática, certamente, deve gerar ganhos econômicos.

O acesso a emprego, carteira de trabalho registrada, a distribuição justa de renda, plano de carreira, saúde, educação, proteção, segurança, ar puro, água limpa e tratada são exemplos de políticas, planos e ações voltadas aos colaboradores de uma empresa, que devem ser tratados com a mesma importância que se dedicam aos resultados: em um ambiente onde se cultiva o desenvolvimento sustentável na dimensão social.

O processo de desenvolvimento sustentável conduz “a um crescimento estável com distribuição equitativa de renda, gerando, com isso, a diminuição das atuais diferenças entre diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações”. (BELLEN, 2006, p. 37).

2.2 Sociedade Cooperativa

Ao retomar o objetivo deste estudo reitera-se que visa verificar se a DVA pode ser uma opção de ferramenta com condições de mensurar e analisar a sustentabilidade em sua dimensão social, utilizando, para tanto, os dados de sociedades cooperativas. Desenvolve-se, também, um segundo objetivo, que é verificar qual a participação dessas sociedades no desenvolvimento regional.

Para atingir a proposição pretendida faz-se necessária a conceituação da sociedade cooperativa, bem como apresentar suas diferenças e semelhanças perante as demais modalidades de empresa, no intuito de reforçar a elucidação desse conceito. Apresenta-se, ainda, o conceito de sociedade empresária, para elucidar melhor o que não é cooperativa.

2.2.1 Histórico das Sociedades Cooperativas

Antes de delinear o conceito de cooperativa no âmbito proposto neste estudo, faz-se mister apresentar um enfoque histórico do surgimento dessa modalidade empresarial.

A cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada no ano de 1844 e sediada na cidade de Manchester, no norte da Inglaterra, é historicamente considerada a mãe de todas as cooperativas. Singer (2002) registra que entre os anos de 1820 e 1830 ocorreram diversos movimentos e a instalação de sociedades cooperativas que não lograram sucesso e logo se extinguiram, embora apoiados por sindicalistas, sociedades beneficentes e iniciativas isoladas, motivadas pelo panorama socioeconômico e político vivenciado na época.

Para Singer (2002), as primeiras propostas e planos estudados formalmente sobre cooperativas foram elaborados pelo britânico Robert Owen (1771-1858). Após longos ciclos de guerras na Europa e as dificuldades enfrentadas, Owen apresentou um plano de governo baseado na construção de Aldeias Cooperativistas. Tais estudos não foram assimilados pelos britânicos, e Owen tentou convencer os ingleses, por volta de 1817 a 1825.

Ao perder seus admiradores, desiludido, partiu para os Estados Unidos tentando ali erguer uma Aldeia Cooperativista, em 1829. Novamente desiludido, Owen voltou para a Inglaterra. Tal peregrinação não foi totalmente nula, pois

contribuiu com a difusão dos ideais cooperativistas, e o owenismo foi assumido pelos movimentos sindicais das classes trabalhadoras em várias partes do planeta.

Essa linha filosófica de cooperativa teve sua vocação estreitamente ligada aos movimentos de sindicatos, voltados à luta de classes, que pelas reivindicações de salários e condições de trabalho acabavam por iniciar e fundar uma nova sociedade por conta própria. Tais sociedades eram chamadas de cooperativas operárias, e objetivavam consolidar as aldeias cooperativas, ou cooperativas integrais, em que uma cooperativa de um determinado ramo de atividade acabaria por estimular e patrocinar outras.

A doutrina cooperativista de Owen era, em verdade, uma luta dos sindicatos contra os capitalistas e representou um modo alternativo de produção, mais tarde conhecido por República Cooperativista. Nessa doutrina havia ideais coletivistas e certo rigor quanto à função de cada membro do grupo.

O owenismo estimulou, ainda, o que se chamava de bazares de troca e bolsas equitativas de trabalho, em que, com certa frequência, os grupos cooperativos se encontravam para realizar permutas, em razão da crise econômica vivenciada naquele momento. Conforme Singer (2002), foi um período curto, mas um notável momento da história inglesa e do cooperativismo.

Outra experiência que segundo Singer (2002) deve ser mencionada é a de Frances Charles Fourier, cuja doutrina previa uma organização social do trabalho de forma atraente a todos, da qual resultaria um aumento de produtividade e produção por meio de práticas associativistas, composta pela associação de produção rural.

Ao contrário do owenismo, a propriedade seria privada e o direcionamento e acesso ao trabalho seria livre. A distribuição dos resultados era baseada na participação pelo trabalho, pelo capital investido, e pelo talento. Para o autor, o sistema de Fourier seria uma forma de socialismo de mercado, com organizações autogeridas.

Singer (2002) aponta ainda a figura de Saint-Simon, que viveu entre 1776 e 1825, e em conjunto com Owen e Fourier compôs os clássicos do Socialismo Utópico, e, ainda, considerado por alguns o precursor da economia solidária. O sansimonismo foi também conhecido como o Socialismo Industrialista, e defendia a produção de coisas úteis à vida: o porquê da existência do mundo.

Essa doutrina defendia que se a produção alcançasse o máximo de expansão asseguraria o desenvolvimento com prosperidade dentro de uma organização social

adequada, no entanto se restar o posicionamento sobre sustentabilidade já mencionado, sabe-se que a expansão industrial isolada nem sempre garante o desenvolvimento pleno e sustentável.

No contexto dessa jornada se consolida, em 1844, a “famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas” (SINGER, 2002, p. 39). Destaca-se que metade de seus componentes seguia a doutrina owenista. Sua principal e importante contribuição foi a formalidade de sua constituição estatutária, ao adotar uma série de princípios para seu funcionamento que garantem a consolidação do cooperativismo. Posteriormente foram imortalizados como os princípios universais do cooperativismo, adotados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Os Pioneiros de Rochdale iniciaram como cooperativismo de consumo e, em pouco tempo, passaram a prestar e ofertar outros serviços, como: sala de leitura, alfaiataria, escola e biblioteca. Em 1850 ampliaram seus serviços para o cooperativismo de produção, constituíram moinho de trigo, tecelagem, e ainda ampliaram para o comércio atacadista.

Singer (2002) comenta ainda que um objetivo dos pioneiros era a construção de uma colônia comunista. O grande número de sócios, bem como a divergência dos ideais dos veteranos owenistas e cartistas frente aos ideais dos operários mais jovens, perseguidores de melhores padrões de vida, fez com que a formação de tal Aldeia perdesse a adesão da maioria dos cooperadores.

Com a consolidação dos Pioneiros de Rochdale, as cooperativas ganharam força e dominaram o comércio na Inglaterra e em várias nações por um razoável período. Singer (2002) relata que a urbanização, a indústria, em especial de automóveis, provocou uma reordenação das cidades. Surgiu o comércio longe do centro urbano, dando origem a gigantescas redes de lojas e supermercados de varejo capitalista, promovendo a necessidade de uma reordenação das cooperativas.

Essa nova dimensão fez com que o cooperativismo se distanciasse de seus valores, ficando as cooperativas semelhantes às demais empresas, inclusive com a sociedade anônima: eis um novo desafio, crescer sem perder as raízes e valores da economia solidária. O momento contemporâneo evidencia que do cooperativismo, em especial o brasileiro, pouco restou em sua essência de concepção da economia solidária, de modo que os relatos ora abordados têm apenas caráter histórico.

Singer (2002) aponta que o cooperativismo de crédito é o segundo mais velho em ordem cronológica. Nessa modalidade destacam-se distintas doutrinas no âmbito dos objetivos e condução administrativa, e, ainda, os movimentos alavancados pelos alemães Hermann Schulze-Delitzsch (1808-1883) e Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), e o italiano Luigi Luzzatti (1841-1927).

As principais características doutrinárias dos modelos inspirados pelos líderes citados são elucidadas pelo Portal do Cooperativismo de Crédito (2014) com as seguintes particularidades:

- Schulze-Delitzsch: eram bancos populares voltados para o cooperativismo de crédito urbano. Os principais clientes eram artesãos, que não tinham patrimônio necessário para oferecer como garantia. O objetivo era eliminar agiotas e buscar acesso a crédito (capital de giro) a juros de mercado com outros intermediários financeiros, oferecendo garantia com “responsabilidade ilimitada” (grifos do autor) por meio de garantia solidária, também chamada de “Banco do Povo” (grifos do autor). De acordo com o Portal do Cooperativismo de Crédito:

Não é associação classista, sendo permitida a participação de todas as categorias econômicas; todavia, dirige-se mais especificamente à classe média urbana; O capital da sociedade é constituído através de quotas-partes integralizadas pelos associados, adotam o princípio de self-help. Há a constituição de fundo de reserva geralmente limitado a dez por cento do capital subscrito; Distribuição dos ganhos entre os sócios sob a forma de dividendo; Responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios pelos negócios da entidade. (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2014, p. 1).

- cooperativas Raiffeisen: surgiram pela iniciativa de formar uma organização de apoio a camponeses pobres. Foram idealizadas como sociedade de auxílio mútuo para atender às necessidades dos agricultores da região de Flammersfeld, Alemanha. As cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen eram menores do que as urbanas (*Schulze-Delitzsch*) e iniciaram sem capital próprio. Eram autogestionárias, utilizavam largamente o trabalho voluntário, e fundamentam-se no princípio cristão de amor ao próximo. Embora adotassem ajuda mútua, admitiam auxílio de caráter filantrópico. Além das já citadas, suas principais características eram:

Responsabilidade solidária e ilimitada quanto aos negócios realizados pela sociedade; grande valorização da formação moral dos associados; não

remuneração dos dirigentes da sociedade; não distribuição de retorno; defesa da ideia de organização de um banco central para atender às necessidades das cooperativas de crédito. (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2014, p. 1).

Sob a inspiração das cooperativas Raiffeisen e Schulze-Delitzsch outras cooperativas de crédito nasceram em diversos países. Entre elas se destacam as lideradas por Luzzatti e Wollemborg, na Itália. As cooperativas do tipo Luzzatti, também eram conhecidas como bancos populares. Tais bancos adotavam o princípio do *self-help*, isto é, admitiam ajuda do Estado sob a forma de suporte até que a sociedade se estruturasse para assumir o risco e as responsabilidades do negócio. Nelas os empréstimos eram garantidos por “responsabilidade limitada” (grifos do autor), e apresentavam, ainda, as seguintes características:

Valorização das qualidades morais dos associados e fiscalização recíproca a fim de criar em favor da entidade um ambiente de confiança e idoneidade moral; concessão de empréstimo através da palavra de honra; não remuneração dos administradores. (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2014, p. 1).

Singer (2002) afirma que as cooperativas de crédito foram difundidas para os demais países da Europa e pela América do Norte, em especial no Canadá. Em cada localidade o cooperativismo teve que adaptar-se às regras e normas comerciais e tributárias locais, mas no sentido dos princípios cooperativistas essa modalidade empresarial seguia os líderes e doutrinas citadas, destacando os princípios básicos do cooperativismo adotado pela ACI.

2.2.2 Conceito das Sociedades Cooperativas

Ao retomar o debate para a definição conceitual, veja-se o conceito dado à sociedade pelo Novo Código Civil (NCC) Brasileiro: “Celebaram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços para o exercício de atividade econômica e partilha, entre si, dos resultados” (BRASIL, 2010 p. 255).

Já a sociedade cooperativa está prevista nos artigos 1.093 e 1.904 do NCC “A sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial” (BRASIL, 2010, p. 231), e assim, é regida por legislação especial, a Lei 5.764/71, que conceitua:

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades [...] (BRASIL, 1971).

A referida Lei destaca como principais características das sociedades cooperativas:

adesão voluntária, com número ilimitado de associados; variabilidade do capital social representado por quotas-partes; limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado; impossibilidade de ceder quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; singularidade de voto; funcionamento e deliberação da Assembleia Geral com base no número de associados e não no capital; retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado e não pelo montante de capital investido; indivisibilidade dos fundos de capital; neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social; e prestação de assistência aos associados (BRASIL, 1971).

Para Brasil (1971), as sociedades cooperativas são entidades de natureza jurídica própria, regulada. No Brasil tal legislação estabelece que deva ser uma associação de, no mínimo, vinte sócios, organizada de forma democrática, em que todos têm direitos e deveres iguais, independentemente da quantidade de capital integralizado têm como objetivo a prestação de serviços aos associados, e é uma organização empresarial sem fins lucrativos.

Uma sociedade cooperativa apresenta as seguintes características:

É uma sociedade de pessoas. O objetivo principal é a prestação de serviços. Pode ter um número ilimitado de cooperados. O controle é democrático: uma pessoa = um voto. Nas assembleias, o “quorum” é baseado no número de cooperados. Não é permitida a transferência das quotas-parte a terceiros, estranhos à sociedade, ainda que por herança. Retorno proporcional ao valor das operações. Não está sujeita à falência. Constitui-se por intermédio da assembleia dos fundadores ou por instrumento público, e seus atos constitutivos devem ser arquivados na Junta Comercial e publicados. Deve ostentar a expressão “cooperativa” em sua denominação, sendo vedado o uso da expressão “banco”. Neutralidade política e não discriminação religiosa, social e racial. Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade. (ZANLUCA, 2012, p. 4).

O que se percebe nesse texto, extraído da Lei nº 5.764/71, é que configura o princípio básico da sociedade cooperativa definido por Paul Singer como o “[...] protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e,

por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões”. (SINGER, 2002, p. 9).

2.2.3 Destinação do Resultado/Sobras nas Cooperativas

As cooperativas são obrigadas a destinar no mínimo 10% de suas sobras para recompor seu capital social em forma de reserva estatutária e legal, e mais, no mínimo 5% das mesmas sobras também vão para o capital social na conta do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES), que deve ser sempre constituído em um ano e gasto com os sócios, podendo estender-se aos funcionários dentro do ano seguinte, obedecendo aos seus objetivos que se estabelecem na legislação e estatutos.

Pelas contribuições de Vieira (2009); Sen (2010); e Santos (2008), o desenvolvimento deve preservar condições ligadas à questão da cultura e aos valores de um povo, dar oportunidade de emprego e salários condizentes, promover o acesso, liberdade e direitos a todos, evitar a segregação de grupos em que circuitos inferiores não têm acesso a recursos como tecnologia, comércio, produção e crédito de modo equitativo.

Conforme registrado por Singer (2002); Brasil (1971), as cooperativas permitem aos sócios participarem e se inserirem nos contextos levantados pelos autores citados no parágrafo anterior. Na cooperativa o sócio é cliente, fornecedor, e até funcionário em alguns casos, e ao mesmo tempo gestor, participando de todo processo econômico, social e gestor do negócio de modo igualitário. Cada sócio tem direito de votar e ser votado, e o voto é pessoal, independentemente da parcela de capital que detenha.

Quando Bellen (2006) determina que é condição para que o desenvolvimento regional e sustentabilidade ocorram, esse contexto legal e estatutário, proporcionado pelas cooperativas, configura tais preceitos, em especial a parcela do resultado das cooperativas, o FATES, que é gasto justamente com a formação intelectual, preservação da cultura e valores dos sócios. O incentivo para ampliar o número de cooperativas pode, sem dúvida, contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Vale lembrar também programas como o Coperjovem, desenvolvido e estimulado pela OCB, que atende estudantes filhos de sócios e funcionários, e permite, ainda, que toda a comunidade se envolva.

2.2.4 Sociedade Cooperativa X Sociedade Mercantil

A diferença entre as modalidades estudadas se fundamenta basicamente em sua finalidade: enquanto as sociedades cooperativas têm como finalidade a prestação de serviços a seus sócios, nas sociedades mercantis a finalidade básica é a exploração de uma, ou mais, atividade econômica destinada a remunerar o capital investido na forma do lucro.

Segundo Brasil (2010), a sociedade mercantil apresenta sua concepção conceitual e normativa focada na relação do capital investido: o objetivo é o resultado e o lucro; tem número limitado de acionistas; as decisões e votações são definidas pela quantidade de ações que cada sócio possui; e, da mesma forma, a participação nas decisões se vincula ao caráter financeiro. As transferências e movimentações do capital são livres, sem qualquer interferência; os sócios e proprietários se unem para vender seus produtos e serviços a terceiros, promovem verdadeiras concorrências e disputas de mercado, e o principal foco se concentra no crescimento econômico.

Dentro do escopo deste estudo o termo sociedade mercantil engloba diversas modalidades societárias, o que deve ser entendido, para fins do que se propõe, é que essas são atividades econômicas que têm como meta e finalidade o lucro.

Brasil (2010) prevê como modalidades de sociedade mercantil a sociedade simples, a sociedade em nome coletivo, a sociedade em comandita simples, a sociedade limitada, a sociedade anônima, a sociedade em comandita por ações, e a sociedade coligada.

Embora cada modalidade societária esteja prevista no NCC, ambas têm parte de suas normas de funcionamento e prestação de contas regida pela Lei das sociedades anônimas, a Lei 6.404/76, com alterações determinadas pela Lei 11.638/2007, principalmente no que se refere às demonstrações contábeis.

Este estudo, ao verificar a eficácia da empresa cooperativa na promoção do desenvolvimento, analisará tais entidades atuantes do ramo agropecuário, desde

que divulguem publicamente seus balanços e relatórios de gestão. A opção se justifica pela vocação econômica do município selecionado para o estudo.

Ao referir-se a uma entidade do ramo agropecuário, não se trata de uma empresa rural que goze dos benefícios tributários a ela estendida, pois conforme define o Estatuto da Terra empresa rural é “o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada” (BRASIL, 1964).

Neste estudo, a entidade agropecuária a ser observada é aquela que exerce o comércio ou a transformação de insumos e produtos. Para fins classificatórios, não se equipara às empresas rurais, nem para o que prevê o Estatuto da Terra, nem para a Receita Federal.

Neste estudo adota-se, portanto, o entendimento de Carlos José Caetano Bacha, que define agronegócio como “a tradução do termo *agribusiness* e se refere ao conjunto de atividades vinculadas com a agropecuária”, (BACHA, 2004, p. 14). De acordo com o autor, uma grande dificuldade é justamente definir as atividades que se enquadram no agronegócio, apresentado em quatro segmentos:

- O segmento I é composto pelas empresas a montante, isto é, pelas empresas que fornecem insumos às empresas agropecuárias;
- O segmento II é composto pelas empresas agropecuárias;
- O segmento III compõe-se das empresas processadoras de produtos agropecuários; e
- O segmento IV compõe-se das empresas distribuidoras. (BACHA, 2004, p. 22).

No escopo proposto neste estudo, as análises das empresas cooperativas estão enquadradas no segmento I, que conforme definição de Carlos Bacha tratam-se de entidades fornecedoras de insumos às empresas agropecuárias.

2.3 DVA como ferramenta para medir o desenvolvimento sustentável

A DVA é uma ferramenta que se propõe a evidenciar tais particularidades, e embora essa peça ainda seja limitada para evidenciar as questões ambientais e ecológicas, pode oferecer uma boa fundamentação para estudos da dimensão

social. Em seguida, serão abordados os conceitos, métodos e resultados esperados da sua aplicação.

A gênese da DVA repousa na década de 1970, na Inglaterra. Para Fregonese, (2009) ela se apresenta como uma ferramenta que buscava atender a necessidade de informação dos usuários (*stakeholders*) interessados no desempenho de uma entidade.

O órgão inglês responsável pela elaboração dessa peça contábil foi o Comitê Gestor dos Padrões Contábeis da Inglaterra – *Accounting Standards Steering Committee* (ASSC), em 1975. A demonstração recomendava destacar a aplicação dos resultados destinados a “empregados, provedores de capital, governo e reinvestimento.” (FREGONESE, 2009, p. 59).

A mesma autora reporta a importância dos sindicatos e empregados na participação como membros interessados nas informações. Essa importância é consequência da participação desse grupo nos resultados de uma entidade, em decorrência de um novo período de “democracia industrial” (grifos da autora).

Nos registros de Fregonese (2009) identifica-se que na década de 1990 países como Estados Unidos, França e Alemanha passaram a apreciar o uso e apresentação de informações reportadas pela DVA adotando as práticas inglesas em seu território, com boa receptividade por parte das entidades com ações no mercado mobiliário e dos *stakeholders*.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emitiu um pronunciamento técnico, o CPC-09, com o objetivo de estabelecer critérios de elaboração e apresentação da DVA. No item 10 desse documento a DVA é assim caracterizada:

A DVA está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB). Essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2013).

A DVA, no entanto, é uma demonstração contábil que constitui uma resposta às cobranças da sociedade à responsabilidade social e corporativa das células sociais, que em nada se confunde “com assistencialismo ou promoção social” (FERREIRA *et al.*, 2012, p. 3) para ser utilizada como *marketing* social.

O Balanço Social (BS) se constitui de um conjunto de informações de caráter contábil que tem como objetivo levar ao conhecimento dos *stakeholders* o maior conjunto de informações acerca do compromisso social da uma entidade, isto é, sua responsabilidade social.

Trata-se de uma ferramenta facilitadora, capaz de elucidar atos e fatos sociais promovidos por uma instituição, permitindo, aos agentes interessados, conhecer suas ações, e assim nortear decisões acerca de suas necessidades. Quando uma empresa opta por elaborar o BS, a DVA vem fazer parte desse demonstrativo contábil.

Ferreira *et al.* (2012) afirmam em seus estudos que as discussões sobre responsabilidade social iniciam-se nos primórdios do século XX, popularizando-se na década de 70, confirmando as informações de Fregonese (2009), ao afirmar que teve sua gênese em países como França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, tendo suas primeiras manifestações no Brasil, já no final daquela mesma década.

Na análise dos relatos de Ferreira *et al.* (2012); Cunha e Ribeiro (2007); e do Conselho Federal de Contabilidade (2012), observa-se a seguinte trajetória na evolução do uso e legalização do Balanço Social e suas peças:

ANO	INSTITUIÇÃO FOMENTADORA	FATO / EVENTO
1974	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE)	Decálogo do Empresário Cristão (prevê função social para a empresa)
1977	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE)	Organiza estudos sobre um modelo de Balanço Social
1984	Nitrofértil S.A.	Elaborado e publicado primeiro Balanço Social de uma empresa no Brasil.
1986	Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais (CODIMEC)	Utiliza modelo de publicação usado pela Nitrofértil S.A.
1990	Decreto-Lei nº 76.900/1995	RAIS Instituída (Relação Anual de Informações Sociais), considerado o primeiro relatório social
1991	Telebrás	Publica a primeira Demonstração de Valor Adicionado
1992	Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC)	Publica sua primeira DVA
Pós 1992	Instituto Brasileiro de Análises Sociais – IBASE (Hebert de Souza – Betinho)	Reforça debates e estudos acerca do tema do Balanço Social.
1997	IBASE	Seminário Rio de Janeiro lança proposta de criar “Selo Balanço Social”.
1997	Projeto de Lei nº 3116/97 – Arquivado em 01/02/1998	Tem por objetivo obrigar as empresas a publicar o seu Balanço Social (BS)
1998	Resolução 05/98 da Cidade São Paulo	Institui o dia 25 de outubro como o “Dia da Empresa Cidadã”, concede um selo/certificado a empresas com BS.
1999	Projeto de Lei nº 0032/99	Mesmo tema do Projeto de Lei 3116/97 – Readaptação.
2000	Lei nº 11.440 de 18/01/2000	Obrigações de elaborar o Balanço Social para empresas do Rio Grande do Sul.
2000	OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/ Nº 01/00	Apresenta modelo simplificado de DVA elaborado pela Fipecafi/USP.
2002	Resolução CFC nº 935/2002	Emite a NBC-T nº 15 – Definição de Balanço Social.
2003	Lei nº 2.843 de 31/10/2003	Cria o Certificado de Responsabilidade Social para empresas do Amazonas.
2007	Lei nº 11.638 de 28/12/2007 – Introduce item V no art. 176 na Lei 6.404/76	Torna obrigatória a elaboração e publicação da DVA – Parte integrante do Balanço Social.
2008	Deliberação CVM nº 557 de 12/11/2008	Aprova CPC* 09 – Regulamenta a elaboração da DVA
2010	Convênio Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Fipecafi/USP – 08/07/2010.	Promoção de curso a distância com objetivo de fornecer conhecimento para elaborar e interpretar a DVA.

*CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Quadro 1 - Evolução do Balanço Social e suas peças no Brasil

Fonte: adaptado pelo autor de Brasil (2007), Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2013), Comissão de valores Mobiliários (2000), e Santos (2007)

Vale destacar que Trevisan (2012) aponta as dificuldades e divergências para regulamentar e aprovar a obrigatoriedade do Balanço Social.

Há controvérsias em relação à regulamentação do balanço social no Brasil. A Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto (Abrasca) se manifestou contrária a este projeto de lei, caracterizando-a de retrógrada em relação à liberdade das empresas de apresentar ou não, explicitamente, sua

contribuição social. A entidade acredita que tais informações podem ter caráter estratégico para a empresa, além de elevar os custos para sua elaboração. O contador Marco Antônio Perottoni também é contra a proposta, acreditando que a obrigatoriedade afronta o princípio fundamental da natureza liberal que regula as relações sociais (CARVALHO, 2000). A Comissão de Valores Imobiliários (CVM) emitiu pareceres favoráveis à elaboração do Balanço Social. (TREVISAN, 2012, p.9).

Conforme estudos de Santos (2005), no Brasil a DVA tem seus primeiros ensaios previstos para todas as empresas de grande porte pelo Projeto de Lei nº 3741/2000. O Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), foram os organismos pioneiros no debate voltado para institucionalizar a DVA.

A FIPECAFI, ao participar da escolha de empresas a serem avaliadas pela Revista Exame em suas edições de "Melhores e Maiores" (grifos do autor), sugere e utiliza essa peça contábil, a DVA, desde o ano de 1997 no cálculo de excelência empresarial. Ao final do ano de 2005 foram registradas mais de mil demonstrações de DVA enviadas a FIPECAFI para análise e possível participação nessa edição da Revista.

Cunha e Ribeiro (2007) retratam de forma bem articulada o confronto do contexto conceitual de Valor Adicionado, que apresenta a preocupação dos estatísticos em apurar o Produto Nacional relacionado ao PIB, e o contexto conceitual da DVA, que trata da distribuição da riqueza gerada pelas firmas.

A DVA está voltada para identificar a alocação desse Valor Adicionado entre os grupos de acionistas, credores/fornecedores, trabalhadores, governo e a própria firma (reinvestimento), e permite aos *stakeholders* avaliar a distribuição da riqueza gerada pela firma e assim identificar o seu envolvimento com atitudes de responsabilidade social, evidenciando, da mesma forma, fatores que envolvem o desenvolvimento regional sustentável.

2.3.1 Elaboração e análise da DVA

Ao interpretar Brasil (2007) percebe-se que a DVA permite identificar a parcela da riqueza gerada por uma célula social e qual a sua destinação entre os seguintes segmentos: valor adicionado distribuído aos empregados; ao governo; a terceiros; aos acionistas; e valor adicionado retido.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou orientações para empresas e auditores acerca de elaborar e publicar as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/1999. Para tanto, foi emitido o Ofício-Circular n° 01/00, com o modelo para construção da Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA deverá ser elaborada e apresentada, em conformidade com as recomendações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2013), de acordo com os seguintes critérios:

- elaborada com base no princípio contábil da competência;
- apresentada de forma comparativa, destacando o período atual e anterior;
- elaborada nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das demonstrações no caso de entidades com filiais;
- inclui a participação dos acionistas não controladores no componente relativo à distribuição do valor adicionado, no caso de divulgação de DVA consolidada;
- consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade; e
- objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas demonstrações contábeis.

Iudícibus *et al.* (2010) reafirma que para elaborar e apresentar a DVA deve-se seguir as orientações do CPC-09, e observar rigorosamente o regime de competência de exercícios.

No ano de 2008 o CFC emitiu a Resolução n° 1.138, que aprova o CPC-09. Esse pronunciamento culminou na instituição da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC-T 2.7), que insere definitivamente a DVA no rol das demonstrações contábeis obrigatórias.

No ano de 2011 o CFC alterou a sigla de identificação dessa norma sem alterar seu conteúdo na Resolução CFC n° 1.138/08. A referida norma passou a ter a nomenclatura e numeração NBC TG 09, e a DVA passou a ter sua estrutura sugerida e recomendada conforme segue:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2012		2011	
DESCRIÇÃO	R\$	%	R\$	%
1 – RECEITAS				
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços				
1.2) Outras receitas				
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios				
1.4) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)				
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c/ ICMS e IPI)				
2.1) Matérias-primas consumidas				
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos				
2.3) Materiais, energia, serv. terceiros e outros				
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos				
3 – VALOR ADICIONADO (VA) BRUTO (1-2)				
4 – RETENÇÕES				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão				
5 – VA LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)				
6 – VA RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1) Resultado de equivalência patrimonial				
6.2) Receitas financeiras				
7 – VA TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)				
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) Pessoal e encargos				
8.2) Impostos, taxas e contribuições				
8.3) Remuneração de Capital de Terceiros (Juros, aluguéis, outros)				
8.4) Remuneração do Capital Próprio (Juros s/ capital, dividendos)				
8.5) superávit / (déficit) do exercício (Retido Empresa)				
8 - TOTAL VA DISTRIBUIDO (igual ao item 7)				

Quadro 2 – Modelo DVA

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários (2000)

Por questões técnicas do padrão contábil vale destacar uma particularidade dos relatórios administrativos: a ordem sequencial das colunas para apresentação de datas aparece em ordem decrescente, sendo, no caso, a primeira coluna 2012 e a segunda, 2011. Tal sequência é uma particularidade formal dos relatórios contábeis.

A Lei 6.404/76 e as alterações propostas pela Lei 11.638/2007, bem como as normas e padrões contábeis definidos pelo CFC e o CPC, adotam que as demonstrações contábeis devam ser comparativas, de modo que deve-se registrar o

valor de cada conta patrimonial para o exercício vigente e anterior, dessa forma as demonstrações contábeis apresentam uma coluna com a descrição do elemento patrimonial, seguida pela coluna do valor de sua posição financeira na data do exercício vigente, e na próxima coluna deve ser informado o valor do(s) exercício(s) anterior(es).

De fato, essa sequência diverge dos padrões acadêmicos, no entanto registra-se que o quadro anterior não segue as normas da ABNT, pois é a representação fidedigna de uma peça contábil. No próprio documento do CPC-09 é mencionado que os modelos apresentados servem como indicativos, e um maior detalhamento, em nome da maior transparência, poderá ser utilizado.

Conforme se observa no Quadro 2, no item oito e seus subitens a DVA evidencia a parcela do valor adicionado, gerado pela empresa, que se destina aos funcionários, governo, terceiros, acionistas e parcela retida pela empresa.

Comparada a DVA com as demais peças da contabilidade, como balanços e demonstrações, e de acordo com o posicionamento de Dowbor (2007), que registra que o cotidiano do planeta é carente de decisões e processos inovadores, pode-se considerar que a introdução da DVA no rol de demonstrações contábeis aplicadas no Brasil é, sem dúvida, uma ação de bom senso da classe contábil e dos legisladores ao adotar tal demonstrativo.

Embora a DVA represente uma opção viável para mensurar a responsabilidade social corporativa, segundo Penedo (2011) ela apresenta algumas limitações que dificultam sua aplicação em maior abrangência e relevância. Na opinião do pesquisador, um segmento empresarial pode apresentar:

resultados semelhantes divulgando valores em seus balanços conforme a conveniência. Essa evidenciação de dados deve ser interpretada como omissão de dados para encobrir deficiência dos investimentos [...] em iniciativas socioambientais. (PENEDO, 2011, p. 168).

As principais causas de a DVA evidenciar dados distorcidos podem estar camufladas na falta de um modelo oficial para a divulgação desse demonstrativo, bem como regras rígidas para sua elaboração. Há certa informalidade na definição desses critérios por organismos oficiais. O que é uma característica por ser a DVA uma ferramenta recente, que necessita de regulamentação normativa, e que está em um período de testes e implantação.

O autor acrescenta que em virtude dessa demonstração não ser obrigatória para todas as empresas, ocorre a possibilidade de proceder sua elaboração apenas

quando há o “interesse das empresas em divulgar suas práticas ambientais visando publicidade e retorno financeiro.” (PENEDO, 2011, p. 169).

Fica evidente que a DVA apresenta uma série de limitações, no entanto é uma ferramenta formal, aplicável, já utilizada por alguns segmentos econômicos, e é um demonstrativo de abrangência além da fronteira brasileira. Os países que adotam as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) fazem o seu uso.

Em síntese, a DVA se limita a reportar apenas a distribuição do valor adicionado, produzido e distribuído por uma empresa, destinado a empregados, financiadores, acionistas, governo, bem como a parcela retida na própria entidade, conforme prevê Brasil (2007).

Ao analisar a distribuição do VA entre as partes evidenciadas na DVA e retomar o referencial teórico sobre desenvolvimento e sustentabilidade, relembra-se que o desenvolvimento implica promover a qualidade de vida e bem-estar de um povo.

O VA gerado por uma célula social, destinado aos empregados, é um indicador que se comparado com outras empresas do mesmo segmento possibilita identificar se alguma delas destina parcelas mais generosas aos seus colaboradores, o que evidencia a adoção de prática e políticas de sustentabilidade social diferenciada, permitindo avaliar aquela entidade mais desenvolvida socialmente nesse segmento.

Para afirmar com maior segurança uma opinião nesse sentido, torna-se imprescindível que tal análise seja realizada de modo horizontal, comparativa entre mais de um exercício social, pois quanto mais longa a linha do tempo observada, maior a segurança em tecer considerações sobre as interpretações realizadas e de situações e imagens pretéritas.

Para verificar as contribuições da DVA como ferramenta de análise e medição de desenvolvimento econômico nas empresas, Santos (2005) apresenta quocientes que podem servir de indicadores do desenvolvimento de modo estático ao analisar os dados entre si para um determinado período (ex.: ano 1), ou de modo dinâmico ao comparar os indicadores dentro de intervalo temporal (ex.: ano 1 e ano 2).

Ao observar a destinação da renda aos segmentos beneficiários do valor adicionado (empregados, governo, terceiros, acionista e valor retido), Santos (2005) entende que podem ser criados índices de participação para grupo da seguinte

forma: tomando como base o Valor Adicionado Total (VAT) pode-se relacionar com as parcelas individuais de cada segmento.

Por meio desses comparativos se verifica, em índices, a participação de cada segmento na riqueza gerada pela empresa, por exemplo, no ano de 2012. Torna-se mais interessante quando se tem o registro histórico desses indicadores no tempo, como, por exemplo, indicadores dos anos de 2008 ao ano de 2012. É possível avaliar a preocupação da entidade, no caso do valor destinado aos empregados, em manter ou melhorar as políticas para o bem-estar desse grupo.

O mesmo procedimento pode ser analisado para os demais grupos e, assim, é possível comparar a participação de cada segmento e verificar qual deles recebeu a maior ou menor parcela da renda gerada.

Santos (2007) sugere outros possíveis indicadores que podem ser extraídos da DVA, bem como da comparação dessa com outras demonstrações contábeis e valores registrados pela escrituração contábil. O autor denomina os indicadores postulados de quocientes, dentre eles:

- quociente de produtividade de mão de obra = valor adicionado / número de empregados;
- quociente dentre valor adicionado e mão de obra = gastos com pessoal / valor adicionado;
- quociente entre valor adicionado e faturamento = valor adicionado / faturamento;
- quociente entre valor adicionado e ativo total = valor adicionado / ativo total;
- quociente entre o valor adicionado do ano e do ano anterior = valor adicionado 1 / valor adicionado 2; e
- quociente entre gastos com impostos e valor adicionado = gastos com impostos / valor adicionado.

Cada valor encontrado por esses quocientes pode constituir excelente medidor, que indica uma situação atual, bem como sua evolução ou tendência, e assim entender como as riquezas geradas pela empresa se comportam, medindo componentes que vão além da rentabilidade e do crescimento, permitindo verificar a eficácia da gestão na sua dimensão social.

Quando Bessa (2006) e Sen (2010) defendem que o desenvolvimento introduz o direito de autodeterminação dos povos, e que a liberdade é o meio para que o desenvolvimento pleno ocorra, trazem à luz que a comunidade deve acompanhar e analisar o resultado das ações administrativas de uma empresa. No caso, a DVA permite elucidar quanto do VA gerado é destinado a empregados, tributos e a parcela retida na própria empresa.

Os gastos com pessoal (remuneração direta, benefícios e encargos sociais) destacados pela DVA permitem identificar qual volume de recursos é destinado a esse grupo, qual a renda média, se o total de colaboradores que devidamente recebem condiz com os documentos. Além de identificar a evolução desses gastos no tempo, possibilita constatar se a empresa ao melhorar seus resultados promove distribuição ou concentração de renda.

Outras considerações ainda podem ser elucidadas ao investigar a distribuição do VA destinada aos funcionários, no entanto qualquer uma delas pode confirmar que a DVA, além das informações econômicas, permite extrair indicadores de desenvolvimento sustentável no âmbito social.

Os gastos com tributos representam a responsabilidade social e fiscal de uma empresa. Quando recolhidos adequadamente indicam que a entidade não coopta com a sonegação, corrupção e evasão fiscal. Sua contrapartida é possibilitar ao poder público ofertar à população os serviços que lhe são de direito, como educação, saúde e segurança, dentre outros.

Em relação à parcela do VA que fica retido na empresa, é de suma importância que a comunidade o acompanhe, principalmente nos casos de empresas que não tem a sede na localidade. É importante identificar quanto a empresa obteve de lucro e o que ela fez com esse lucro.

Pode ocorrer de a empresa gerar ganhos em uma região e desviá-los para outra. É preciso verificar se a empresa demonstra preocupação com a região e aplica uma boa parte do resultado no local em que está inserida. Principalmente em grupos que empregam um número maior de funcionários, a empresa deveria ter algum programa social, como incentivo ao ensino, à saúde, à moradia, ao lazer e outros benefícios.

Pode ocorrer, também, de a empresa situada em um lugar retirar suas riquezas, deixar seu lixo e quando não for mais de seu agrado, ou ir para outra localidade, de maior interesse. A empresa baixa as portas e se muda.

Já em relação ao estudo e análise da DVA a partir da variável referente ao tributo e à remuneração do capital próprio (retido na própria sociedade) podem ser obtidas opiniões semelhantes às mencionadas para a destinação do VA ao pessoal e encargos.

A análise tanto da parcela de VA destinada aos funcionários como ao governo aponta dados que configuram as ações promotoras de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social mencionadas por Bellen (2006); Sen (2010); Dowbor (2007); e Santos *et al.* (2012), que defendem que esse desenvolvimento deve estar representado pela melhoria do bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de Pesquisa

O presente estudo está subsidiado por uma pesquisa bibliográfica, documental, de nível exploratório. Sob o ponto de vista de Marconi e Lakatos (2012), a pesquisa é exploratória, pois proporciona maior entendimento acerca do problema levantado, no caso analisar a DVA com vistas a torná-la mais explícita.

Severino (2012) caracteriza a pesquisa bibliográfica “pela revisão sugerida por ocasião das leituras, dos debates, das experiências, da aprendizagem, enfim da vivência intelectual no meio do estudo universitário e no ambiente científico e cultural”, (SEVERINO, 2012, p. 75). Enfim, é a pesquisa realizada por meio da leitura analítica, debates e reflexões de escritos sobre um determinado assunto.

O caráter documental desta pesquisa está embasado nas informações obtidas do *disclosure* (evidenciação) contábil das cooperativas COMIVA, SICOOB e UNICRED. Essas informações constituem a base de dados documentais que fundamentaram a análise da DVA, quando foram reunidas as manifestações decorrentes dos atos e fatos administrativos daquelas entidades, retratando a sua vida social, bem como a sua relação em conjunto com outros setores e a comunidade. “Este registro constitui a base das estatísticas de determinada sociedade.” (RICHARDSON, 1999, p. 228).

Quanto à análise de dados, trata-se de uma pesquisa quantitativa, pois os dados e o material e análise necessários para a análise da aplicação da DVA são numéricos. Dessa forma, pode-se acrescentar as contribuições de Deslandes (1999); Richardoson (1999); e Bauer, Gaskell e Allun (2008), que entendem que os dados partiram da análise de um contexto administrativo, assim as informações quantitativas serviram para sustentar as análises e testes necessários para o estudo realizado.

Em suma, interpretando Marconi e Lakatos (2012), a pesquisa está fundamentada por revisão bibliográfica, e documental quanto à técnica de coleta de dados. Isso significa que se fundamenta em material já elaborado, disponível em livros físicos, *e-books*, e artigos científicos publicados em revistas e repositórios disponíveis na internet, devidamente consubstanciados em autores reconhecidos

como pesquisadores do tema proposto. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa enquadra-se como exploratória, de caráter quantitativo.

3.2 Local da Pesquisa

No momento em que se procedeu ao presente estudo o município de Mineiros (GO) se constituía no domicílio do pesquisador, e percebeu-se a ausência de informações consolidadas sobre o assunto para a cidade, assim teve-se a intenção de iniciar a criação de um banco de dados para a região que carece de informações.

Outro fator que levou a delimitação do local e empresas para a cidade de Mineiros (GO), e as cooperativas COMIVA, SICOOB e UNICRED trata-se das condições ligadas à objetividade, disponibilidade e acesso aos dados, inclusive pelo fato de se poder comprovar e confirmar a veracidade das informações pela longa convivência do pesquisador com o local definido, além de representar a melhor opção relacionada a custo/benefício da pesquisa.

3.3 Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

Os instrumentos necessários para realização deste estudo foram livros, revistas, artigos, dados estatísticos, documentos e relatórios administrativos, materiais ora disponíveis fisicamente, ora virtuais, disponíveis em mídias físicas e na rede mundial de computadores, a internet.

Para obter os dados necessários para analisar e discutir a DVA, que é o foco central desta pesquisa, bem como para promover o debate quanto à vocação das cooperativas como entidades promotoras do desenvolvimento sustentável, foi essencial coletar as informações contábeis das entidades cooperativas selecionadas, representando os instrumentos da pesquisa documental.

O levantamento dos dados para a realização da pesquisa ocorreu em duas etapas distintas:

- 1ª Inicialmente se estabeleceu uma revisão bibliográfica voltada para fundamentar os conceitos, definições e histórico a respeito das teorias do planejamento e desenvolvimento regional, da DVA, e das sociedades cooperativas, além das demais modalidades empresariais, a fim de reforçar o posicionamento e características do cooperativismo.

- 2ª Em seguida, fundamentado na pesquisa documental, o estudo se volta para a identificação das informações contábeis das empresas atuantes na modalidade de sociedade cooperativa localizada em Mineiros (GO).

Os dados coletados tinham o objetivo de promover a elaboração, interpretação e análise de informações e indicadores focados em testar a ferramenta da DVA, e assim verificar sua capacidade de elucidar e mensurar a sustentabilidade na dimensão social das empresas, em especial nas sociedades cooperativas analisadas. Não obstante, o estudo dos dados documentais contribuiu para discutir e apresentar qual a participação das cooperativas para com a promoção do desenvolvimento regional.

Richardson (1999) registra que a pesquisa com análise de conteúdo documental proporciona, pela comunicação oral e a comunicação escrita, as duas formas de observação, permitindo que fenômenos sociais sejam registrados, possibilitando a sua transmissão de uma pessoa a outra e de geração a geração sem perder a confiabilidade, mantendo assim as características e requisitos necessários ao desenvolvimento da ciência.

Para a elaboração e análise dos índices extraídos da DVA de cada cooperativa foram utilizados, como base de dados, os relatórios da administração dessas cooperativas, que são os relatórios produzidos para a prestação de contas por ocasião das Assembleias Gerais Ordinárias (AGO).

Nesses documentos constam as demonstrações contábeis, as notas explicativas, pareceres da auditoria e conselho fiscal, além de outras informações relevantes para cada cooperativa. Tais informações foram fundamentais para a realização do presente estudo.

As informações necessárias para a elaboração da DVA são retiradas das demonstrações contábeis, em especial da DRE e do BP. Para facilitar a localização do que se precisa é melhor utilizar as demonstrações analíticas, isto é, detalhadas, em que cada conta se encontra desdobrada.

Utilizou-se, neste estudo, apenas a DVA de cada cooperativa, extraindo-se dessa ferramenta as informações e pontos de análise para a pesquisa. Em seção específica encontra-se o montante do VA gerado para um determinado período, bem como sua distribuição entre os funcionários, governo, terceiros, doações, dividendos aos sócios e a parte reinvestida na própria entidade. Nos referidos quadros das

DVAs de cada cooperativa tais informações são localizadas no item oito (distribuição do valor adicionado), do modelo de DVA no Quadro 2.

Dentro dos segmentos em que o VA é distribuído optou-se como eixos de análise as parcelas destinadas aos empregados, ao governo, e ao que fica retido no capital social da empresa, por considerar que representam as principais contribuições para a sociedade, representando, dessa forma, meios de promover o desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social.

O tratamento dos dados, a produção dos índices e gráficos que fundamentaram os resultados e discussões presentes nesta pesquisa, isto é, os aspectos analisados, foram manipulados pela técnica da análise documental, com a produção, interpretação, comparação e análise de informações estatísticas e bibliográficas, de modo a gerar e elucidar os indicadores, conceitos e contextos pertinentes ao estudo.

Os dados foram processados e foi utilizado, para tanto, um aplicativo de planilha eletrônica, que permitiu gerar e analisar as informações das DVAs divulgadas pelas cooperativas, objeto da presente pesquisa, com maior precisão, agilidade e visibilidade pela geração de gráficos.

Os índices e indicadores foram elaborados pelo quociente entre VA destinado a um determinado segmento dividido pelo VAT. Por exemplo, o VA destinado aos funcionários dividido pelo VAT, o produto dessa operação gera, segundo Santos (2012), o Quociente entre VA e mão de obra. Outros cruzamentos de dados foram realizados nesse sentido, objetivando identificar em cada cooperativa suas forças e vulnerabilidade, que permitissem analisar informações relacionadas à sustentabilidade social.

Posteriormente, foram cruzadas as informações entre uma cooperativa e outra. Essa técnica permitiu comparar as políticas e ações sociais das cooperativas no período (exercício social) estudado, sua evolução entre um exercício e outro, de modo que o foco estivesse direcionado a interpretar e comparar situações do desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social.

Ao proceder as análises tanto de uma cooperativa, quanto entre as cooperativas, houve momentos em que a análise foi vertical, isto é, comparados dados dentro de um mesmo ano. Aconteceu também a chamada análise horizontal, aquela em que se comparam os dados de um ano com outro.

Para se ter uma opinião correta, deve-se desconsiderar os efeitos inflacionários entre um período e outro, mas como o objetivo do estudo é apenas verificar a aplicação da DVA, nas análises em questão não foi considerado o efeito inflacionário da economia.

Para um melhor detalhamento pode-se dividir a análise dos dados pesquisados em quatro momentos distintos, conforme elucidados no Quadro 3, e detalhados posteriormente.

FASE	TÓPICO INVESTIGADO	INSTRUMENTO UTILIZADO	TÉCNICA DE PESQUISA	FUNDAMENTAÇÃO PRINC. AUTOR/FONTE
1	Crescimento; Desenvolvimento; Sustentabilidade	Livros; Revistas e Artigos	Revisão bibliográfica	DOWBOR, Ladislau SANTOS Elinaldo L. SANTOS, Milton SEN Amartya VIEIRA, Edson. T.
2	Mineiros – GO; Cooperativa; e Empresa Mercantil	Livros; Revistas; Artigos; Documentos; e Leis	Revisão bibliográfica; e Análise Documental	IMB, SEGPLAN, FIRJAN Lei 5.764/71, outras OCB-GO PALACIN e MORAES SILVA, Martiniano J. SINGER, Paul ZANLUCA, Júlio C.
3	DVA – conceitos, histórico, elaboração, análise	Livros; Revistas; Artigos, Leis, Normas Contábeis; Documentos e Relatório Contábil; Planilha Eletrônica	Revisão bibliográfica; e Análise Documental	CFC, CPC, CVM FREGONESE, Mariana Lei 11.638 PENEDO, Antônio S. T. SANTOS, Ariovaldo
4	DVA das Cooperativas de Mineiros – tratamento e análise de indicadores	Relatório Contábil; Índices, Indicadores e Gráficos	Análise Documental	COMIVA SANTOS Elinaldo L. SANTOS, Ariovaldo SANTOS, Milton SEN Amartya SICOOB SINGER, Paul UNICRED VIEIRA, Edson. T.

Quadro 3 – Instrumentos e Técnicas da Pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor

Após observar o Quadro 3 registra-se que no primeiro momento buscou-se identificar e analisar o arcabouço teórico de desenvolvimento, a fim de apresentar a concepção do desenvolvimento econômico regional.

A segunda etapa foi destinada a elaborar conceitos e analisar a modalidade empresarial do ramo cooperativista, buscando entender seus princípios e identificar as principais diferenças com as demais modalidades de empresas.

No terceiro momento a análise esteve direcionada à investigação, interpretação e análise da DVA e como proceder sua aplicação. Nessa fase os dados foram tratados por meio de métodos estatísticos comparativos, testes e análise de documentos: os indicadores e gráficos produzidos nessa fase compõem o dossiê necessário para fundamentar as considerações finais.

Na quarta e última etapa o trabalho esteve imbuído de promover a análise interpretativa e crítica dos documentos. Segundo Marconi e Lakatos (2003):

Análise interpretativa e crítica. Individual. Procurar associar as ideias expressas pelo autor com outras de conhecimento do estudante, sobre o mesmo tema. A partir daí, fazer uma crítica, do ponto de vista da coerência interna e validade dos argumentos empregados no texto e da profundidade e originalidade dada à análise do problema; realizar uma apreciação pessoal e mesmo emissão de juízo sobre as ideias expostas e defendidas. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 32).

Na última etapa procedeu-se, ainda, à interpretação de dados levantados, principalmente pela correlação e comparação dos resultados da distribuição do valor adicionado das cooperativas de Mineiros (GO). Realizou-se, também, a ligação entre as variáveis encontradas, que confrontadas com as teorias apresentadas teve a pretensão de sustentar a hipótese levantada: a verificação da viabilidade de adotar a DVA como ferramenta de mensuração de sustentabilidade social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Município de Mineiros

4.1.1 Localização e Aspectos Físicos de Mineiros

Mineiros, município localizado na zona do Alto Araguaia, parte da microrregião do sudoeste goiano, conforme Figura 1, distante 622 km da capital nacional Brasília, e 420 quilômetros da capital estadual Goiânia, segundo Silva (2011) recebeu este nome em homenagem aos seus povoadores vindos de Minas Gerais.



Figura 1 - Mapa das Regiões de Planejamento do Estado de Goiás

Fonte: SECRETARIA DE GESTÃO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (2004a)

Em conformidade com os dados da Secretaria de Gestão Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (2004a), Mineiros situa-se na região do sudoeste goiano. Sua composição conta com dezoito municípios, são eles: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra, e Serranópolis. Mineiros se destaca como o município de maior extensão territorial dessa microrregião goiana.

A sede de Mineiros está situada entre as coordenadas geográficas, a 17°34'14" de latitude sul e 52°32'55" de longitude oeste de Greenwich. Mineiros é cortada pela rodovia federal BR-364, totalmente pavimentada, e pelas rodovias estaduais GO-194 e GO-306, parcialmente pavimentadas. Possui um aeroporto com pista pavimentada compatível com aeronaves de pequeno e médio porte. (SILVA, 2011).

Segundo Thiago (2013), Mineiros possui uma área de 8.896,304 km², representando 2.6159% da área do Estado; 0.5558% da área do Centro-Oeste brasileiro; e 0.1047% de todo o território do País. O solo é composto por 60% de terras planas (chapadão), 30% de terras onduladas, e 10% de terras montanhosas, com altitude variando entre 800 a 1000 metros de altitude. Prevalece o clima tropical chuvoso Aw (quente e úmido, com verão úmido e inverno seco), com temperaturas anuais que variam de 18 a 32 °C. A precipitação média anual é aproximadamente 1700 mm, comprovando sua vocação para o agronegócio.

4.1.2 Aspectos da evolução socioeconômica de Mineiros e do Estado de Goiás

Costa (2013) relata que Mineiros, ao ser elevada à condição de cidade, já tinha uma sociedade diversificada, com pessoas migradas de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, em especial da Bahia. Nessa época Mineiros era basicamente uma extensão do campo, e as famílias tradicionais, embora já possuíssem casas na cidade, residiam nas fazendas. Os filhos desses fazendeiros eram mandados para outras localidades para dar continuidade em seus estudos, normalmente em Alto Araguaia, Uberlândia, Uberaba e Goiânia, em internatos. Nesses tempos a economia girava em torno do gado de corte.

A partir de 1970 Costa (2013) descreve que o asfaltamento da BR-364 e a chegada da televisão proporcionaram um desenvolvimento de maior expressão, com a facilidade do transporte de mercadoria e a inclusão de novos valores por modernos meios de comunicação social.

Costa (2013) registra que o monge beneditino D. Eric J. Deitchman iniciou estudos e pesquisas que levaram os chapadões, até então considerados improdutivos, a se tornarem agricultáveis e altamente eficientes. A partir de então os governos federal e estadual criaram projetos agrícolas para financiamentos e custeio da produção, e logo Mineiros passou a produzir novos tipos de pastagens, gado leiteiro, arroz, soja e milho, dentre outros produtos.

Mineiros entra, dessa forma, no modo de produção tipicamente industrial capitalista, substituindo a produção familiar e de subsistência. O novo modo de produção transformou o perfil da mão de obra e trouxe novos migrantes de outros estados do Brasil, principalmente sulistas.

Os novos produtores, empresários do agronegócio, viram-se diante de novos desafios, e novamente D. Eric J. Deitchman fomentou a criação de uma cooperativa agropecuária que se tornaria a mãe de todas as outras cooperativas do sudoeste de Goiás, a Cooperativa Mista do Vale do Araguaia (COMIVA).

A projeção de Goiás no cenário agropecuário do Brasil deve-se, particularmente, ao domínio tecnológico do ecossistema dos cerrados. Com a adequada correção do solo e a consequente inserção dos campos de cerrado no processo produtivo, a agricultura no Estado deu um salto rumo ao desenvolvimento.

Palacín e Moraes (2008) assim retratam a modernização de Goiás:

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente: a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso Goiano, a campanha nacional de “marcha para o Oeste”, que culmina na década de 1950 com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao processo de Goiás.

A população se multiplica; as vias de comunicação realizam a integração do Estado com o resto do país e no seu interior; assiste-se a uma impressionante explosão urbana, com o desenvolvimento concomitante de todo tipo de serviços (a educação especialmente); contudo Goiás continua sendo um estado de economia primária, com uma exploração extensiva de baixa produtividade. (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 166).

O crescimento da produção agropecuária goiana segue em ritmo de crescimento acima da média nacional, de acordo com o Instituto Mauro Borges (IMB) (2013). A safra goiana de grãos para 2012, segundo os dados do Levantamento

Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE), indica uma produção da ordem de 18,642 milhões de toneladas, superando em 23,5% a safra obtida em 2011 (15,085 milhões de toneladas). “Em termos de representatividade na produção, destacam-se o milho e a soja, responsáveis por 91,1% da produção total de grãos. A área colhida foi de 4,598 milhões de hectares, expansão de 11,52% na comparação com 2011” (SECRETARIA DE GESTÃO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS, 2004a, p. 1).

Os principais produtos cultivados e colhidos em Goiás, conforme a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN) e o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) a soja, o milho e a cana de açúcar, que alcançaram as seguintes produtividades no ano de 2012:

Tabela 1 - Evolução dos principais produtos agrícolas cultivados em Goiás

Produto	Área Plantada (Mil ha)			Quantidade Produzida (Mil t)			Produtividade (t/ha)	
	2011	2012	Variação	2011	2012	Variação	2011	2012
Soja	2.550	2.735	+ 6,8%	7.666	8.468	+ 10%	3,006	3,096
Milho	960	1.227	+32,9%	5.719	8.518	+48,9%	5,953	6,941
Cana de açúcar	691	706	+2,2%	55.151	56.907	+3,2%	79,798	80,560

Fonte: adaptada pelo autor de INTITUTO MAURO BORGES (2013)

Há um aspecto que deve ser mencionado antes da análise da Tabela 1. A questão da utilização de estudos e novas tecnologias certamente foram introduzidas na agricultura local, isso se percebe pela evolução da produtividade reportada, pois a quantidade produzida evolui acima da expansão da área cultivada. Esse é um dos elementos que evidenciam o desenvolvimento.

No entanto, conforme Sen (2010), para que o desenvolvimento ocorra em sentido amplo, além dos ganhos econômicos deve ser constatado, na distribuição de renda, acesso à educação e ao ensino. Enfim, é necessário que promova ganhos na qualidade de vida e bem-estar de todos os cidadãos.

Goiás, na última década, passou a ser um dos maiores produtores de cana de açúcar, segundo Steinmetz (2013). Na safra 2012/2013 alcançou a segunda posição no *ranking* nacional, ficando atrás apenas de São Paulo. A produção goiana de cana de açúcar alcançou 52.726 milhões de toneladas, o que representou um acréscimo de 7% em relação ao ano anterior. As expectativas para a safra 2013/2014 é de

superar a produtividade da safra 2012/2013, que em Goiás foi de 850 mil hectares e alcançou 85 toneladas de produtividade por hectare.

Desde a ocupação inicial, a principal atividade econômica e vocação do município de Mineiros foi o agronegócio, e a pecuária a exploração promotora das demais. Após a década de 70, segundo Silva (2011), com experimentos tecnológicos em correção do solo foi implementada a agricultura, que já na década de 90 passou a representar a principal atividade econômica, com o cultivo, principalmente, de soja e milho, e a partir de 2007 a cana de açúcar.

É importante ressaltar que dadas as condições naturais (solo e clima), é possível desenvolver no Município e região o cultivo de duas safras de verão, e ainda a utilização da área destinada à agricultura no intervalo de entressafras para criação de animais, promovendo a integração lavoura/pecuária, o que indica o desenvolvimento da atividade pela aplicação e prática de tecnologias modernas no desenvolvimento do agronegócio.

Conforme Steinmetz (2013), o Índice de Desempenho dos Municípios (IDM) para Mineiros, em 2010, revela que naquele ano figurava entre os 10 municípios de melhor desempenho, ocupando a 4ª posição desse *ranking* estadual.

Segundo o Instituto Mauro Borges (2013), a evolução do PIB *per capita* de Mineiros (GO) aponta para a possibilidade de ter ocorrido uma grande concentração de renda, no entanto o salário médio teve uma evolução percentual acima dos indicadores do PIB *per capita*.

Na revisão da literatura sobre sustentabilidade, Bellen (2006) e Santos *et al.* (2012) afirmam que o acesso ao emprego e distribuição de renda são elementos que configuram a sustentabilidade do desenvolvimento na dimensão social. Nesse quesito é possível reconhecer que no município de Mineiros houve uma evolução positiva da sustentabilidade social entre os anos de 2002 a 2011.

Tabela 2 – Evolução do PIB *per capita* e do Salário Médio em Mineiros-GO (2002, 2010, 2011)

	2002	2010		2011	
	Valor em R\$	Valor em R\$	Evolução %	Valor em R\$	Evolução %
PIB <i>per capita</i>	9.927,95	19.995,60	+ 101%	21.539,63	+ 8%
Salário Médio	463,61	1.243,74	+ 185%	1.373,17	+ 11%

Fonte: Adaptado pelo autor de INSTITUTO MAURO BORGES (2013)

O estudo de Steinmetz (2013) aponta Mineiros como uma economia focada na atividade agroindustrial, e tem como propulsão principal a indústria processadora de aves e bovinos, impulsionando as atividades da pecuária e a indústria suco energética como principais atividades da agricultura, embora as culturas de soja, milho e algodão tenham grande expressão econômica.

Os índices de produtividade da pecuária no setor primário, produção por hectare, na média, ainda se apresentam distantes dos alcançados pela indústria do mesmo ramo, bem como da agricultura, no entanto a atividade de pecuária promove maior ocupação do território em área e número de unidades produtoras de que as demais, e é a que pode proporcionar maior distribuição de renda e equilíbrio social.

Em virtude da dificuldade e disponibilidade de dados para estudo, a seguir serão analisadas informações com intervalo temporal não homogêneo, mas que ampliam o escopo temporal delimitado, entre os anos de 2011 e 2012.

Como serão analisados vários elementos, nem sempre foram encontradas informações do mesmo período, portanto foram colhidas as disponíveis do ano mais próximo. Com o objetivo de ampliar a interpretação do impacto do desenvolvimento dentro de uma perspectiva de maior amplitude, este estudo busca analisar dados de um período maior, iniciando a partir de 2002.

Em seguida são apresentados dados processados pela Secretaria de Gestão Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (2013), em que se podem identificar a ocupação e distribuição da produção agropecuária no Município, comprovando as informações anteriores:

Tabela 3 - Distribuição da Produção Agropecuária de Mineiros

Produção Agrícola - Área Colhida (ha)			
PRODUTO	2002	2008	2012
Soja	110.000	100.000	85.000
Milho	29.000	48.000	49.000
Sorgo	15.000	12.000	4.000
Cana de açúcar	15	6.535	8.000
Algodão	3.430	7.000	10.000
Área Total Principais Produtos Agrícolas	159.447,00	175.543,00	158.012,00
Pecuária* (2006)		353.753	
Área Total (2006)		632.302	
	2005	2008	2012
<i>Número de consumidores de energia elétrica</i>		16.778	21.341
Produção Agrícola - Quantidade Colhida (t)**			
PRODUTO	2002	2008	2012
Soja**	316.800	300.000	290.700
Milho** (1ª e 2ª safra)	123.000	261.600	346.500
Sorgo**	36.000	30.240	8.400
Cana de açúcar**	600	359.425	640.000
Algodão**	13.400	27.300	36.300
Total da Produção Principais Produtos Agríc.	491.802	980.573	1.323.912
Rebanho Bovino (cab.)* (2006)		310.000	
	2005	2008	2012
Consumo de energia elétrica (Mvh)	55.884	121.811	174.761

Fonte: Adaptado pelo autor de INSTITUTO MAURO BORGES (2013)

O número de consumidores de energia elétrica e a quantidade de energia consumida são indicadores que podem representar a evolução econômica de uma região, pois o consumo de energia representa maior capacidade econômica de as pessoas adquirirem bens de consumo, bem como a instalação de unidades consumidoras de grande porte, como o caso de indústrias.

A análise dos valores apresentados na Tabela 3 apontam que Mineiros apresentou uma evolução vertiginosa, comprovando que a industrialização ocorrida no Município, principalmente pela instalação promovida pelos frigoríficos Marfrig e BRF, e ETH Bioenergia (empresa sucroalcooleira) colaboraram para o salto promovido na economia Mineirense.

Essa evolução se comprova, inclusive, pelo aumento do consumo de energia elétrica, bem como pelas informações de Steinmetz (2013) e do Instituto Mauro

Borges (2013), o que se constata pela evolução do PIB *per capita*, pela renda média e posição de Mineiros no *ranking* goiano.

Os relatos de Marfrig Group (2013); Perdigão (2013); e Carrijo e Miziara (2009) apontam que Mineiros, na última década (2004 a 2013), apresentou uma rápida evolução quanto ao crescimento econômico proveniente das atividades do agronegócio, tendo como destaque a implantação das indústrias mencionadas acompanhada pela recuperação dos indicadores socioculturais, como o Índice De Desenvolvimento Humano (IDH) Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Para o desenvolvimento das atividades agropastoris, os produtores da cidade e região contam com o apoio de cooperativas de crédito (SICOOB-Mineiros), agropecuárias e mistas (COMIVA e COMFIBRA), além de várias associações de produtores rurais (agricultura familiar, pequenos produtores e outros).

Esses organismos corroboram no sentido de prestar assistência técnica rural e servirem de balizadores de preços dos recursos e insumos necessários à atividade, o que permite adquirir produtos com menor custo e, conseqüentemente, promovem um melhor aproveitamento dos resultados e distribuição da renda gerada.

O processo de industrialização de Mineiros, iniciado em 2005 com a fundação do Frigoestrela, atual Marfrig Group, seguida pela instalação de uma unidade frigorífica BRF e da Odebrecht, provocou mudanças significativas na economia da cidade. Outros indicadores de desempenho econômico confirmam o crescimento do Município, evidenciado na Tabela 4, a seguir, que mostra uma evolução positiva nos cinco indicadores em destaque.

A evolução do IFDM para Mineiros comprova que o município obteve uma pequena evolução no índice consolidado, embora para os indicadores isolados o processo de industrialização melhorou o desempenho em todos os itens: emprego e renda, saúde e educação. Mesmo com a modesta mudança, pode-se constatar que foi um bom desempenho, em especial ao confrontar-se com as demais localidades, identificado pela evolução do *ranking* tanto nacional, quanto estaduais.

Quanto ao indicador relacionado à educação, observa-se nos dados do IDH, entre os anos de 2000 e 2010, que houve uma evolução positiva. Já no indicador IFDM, entre os anos de 2008 e 2010, pode-se confirmar um crescimento mais lento. Tal dado pode evidenciar que os efeitos do crescimento econômico, como aumento da renda, seguem uma tendência que não tem conseguido ser acompanhada pela infraestrutura básica necessária para dar o suporte esperado pelo impacto

econômico, evidenciando que os indicadores de saúde educação merecem maior atenção.

Nesse contexto, retomando Santos *et al.* (2012) e Sen (2010) e interpretando as informações da Tabela 4, a seguir, verifica-se que o ritmo do desenvolvimento na esfera econômica e social apontam evoluções positivas, tanto nos indicadores econômicos, como na balança comercial, PIB, e valor adicionado bruto, quanto nos indicadores sociais IDH e IFDM, assim, com base nos dados e período analisado, em Mineiros o desenvolvimento econômico foi acompanhado pelo desenvolvimento social.

Tabela 4 - Indicadores Econômico-Financeiros e Socioculturais de Mineiros (2002 – 2012)

INDICADORES	2002	2008	2012
Balança Comercial - Saldo (US\$ FOB)	-119.599	37.549.681	56.901.643
	2002	2008	2011
Produto Interno Bruto a Preços Correntes - PIB (R\$ Mil)	409.895,32	746.544,18	1.163.204,41
Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos - Total (R\$ Mil)	384.278,79	680.519,94	1.054.586,86
	2000		2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,590		0,718
- IDH - Educação	0,378		0,584
- IDH - Longevidade	0,792		0,840
- IDH - Renda	0,687		0,753
		2008	2010
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – Geral		0,7815	0,7979
• IFDM – <i>Ranking</i> Brasil		359°	344°
• IFDM – <i>Ranking</i> Goiás		11°	7°
- IFDM – Educação		0,6888	0,7835
- IFDM – Saúde		0,8504	0,8614
- IFDM – Emprego e Renda		0,5312	0,6998

Fonte: Adaptada pelo autor de INSTITUTO MAURO BORGES (2013); SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (2004b); FIRJAN (2014)

De acordo com a Tabela 4, os dados do Sistema FIRJAN apresentam o *ranking* comparativo entre os anos de 2008 e 2010. Mineiros salta do 359° para o 344° e do 11° para o 7° lugar em nível nacional e estadual, respectivamente. Tais informações podem representar que as ações, planos e políticas aplicadas na cidade têm conseguido promover o desenvolvimento de modo equilibrado.

A informação referente à evolução da população, o número de vagas em escolas, e o número de alunos matriculados são importantes para colaborar com o entendimento do indicador IDH e IFDM – Educação. A Tabela 5, a seguir, evidencia dados que podem justificar a composição dos indicadores da Tabela 4.

Tabela 5 - Evolução da População, Alunos e Salas de Aula de Mineiros (2002 – 2013)

	2002	2007	2012	2013
População – N° Habitantes	40.682	45.189	55.036	58.062
Matrículas – N° Alunos	13.158	12.903	13.441	13.840
% - N° Alunos / N° Habitantes	32,34%	28,37%	24,42%	23,84%
Salas de Aula Existentes – N°	255	271	322	348
N° Alunos / Sala	51,6	47,6	41,7	39,7

Fonte: Adaptada pelo autor de INSTITUTO MAURO BORGES (2013)

Com a instalação de indústrias, entre os anos 2005 e 2007, ocorreram grandes migrações para a cidade. Segundo IMB (2013), Mineiros teve a evolução populacional reportada na Tabela 5, que praticamente não foi acompanhada pela evolução de matrículas: em 2002 o número de alunos matriculados chegava a 32% da população, em 2013 o percentual baixou para 23%.

Mesmo com o aumento do número de alunos matriculados e de salas de aula, o percentual da população estudante diminuiu, podendo ser uma das causas do IFDM-Educação, na Tabela 4, não ter apresentado uma evolução maior.

Segundo a mesma fonte, o total de matrícula de alunos teve uma evolução insignificante comparada ao crescimento populacional, elevando a demanda desse serviço, o que pode certamente ser uma das causas influenciadoras do resultado dos indicadores apresentados para área da educação. Embora o número de salas de aula tivesse uma evolução positiva, não foi acompanhada pelo número de alunos.

4.1.3 Cooperativas em Mineiros

Dos dados registrados na página eletrônica do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás (OCB-GO) (2014), as cooperativas devidamente cadastradas nesse órgão e atuantes em Mineiros são as seguintes:

SIGLA DA COOPERATIVA	RAMO DE ATIVIDADE
COMIVA	Agropecuário
SICOOB – MINEIROS	Crédito
SICREDI SUDOESTE GO	Crédito
UNIMED - MINEIROS	Médica
COMFIBRA	Agropecuário
COMFIBRA COTTON	Produção

Quadro 4 – Cooperativas atuantes em Mineiros registradas na OCB-GO

Fonte: Adaptado pelo autor de SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO ESTADO DE GOIÁS (2014)

Conforme objetivo e delimitação da proposta estabelecida para este estudo, a base de dados está constituída pelas cooperativas de Mineiros que divulgam seus relatórios contábeis publicamente na internet.

É importante destacar que essa base de dados tinha seu escopo temporal inicialmente delimitado entre os anos de 2002 a 2012, no entanto, em consulta aos *sites* das cooperativas disponíveis, exceto a COMIVA, as demais passaram a publicar seus dados na internet apenas após o ano de 2011. Dessa forma, justifica-se a readequação do período a ser abordado, inclusive por tratar-se de um intervalo bastante limitado.

Sem dúvida, a análise comparativa dos fatos econômicos gerados pelas cooperativas, no intuito de compará-los com o desenvolvimento de Mineiros, ficará menos relevante, no entanto, o objetivo desta pesquisa é analisar a possibilidade de a DVA medir o desenvolvimento quanto à sustentabilidade social entre as empresas, e nesse aspecto, mesmo com uma menor base de dados, ainda será possível realizar o diagnóstico proposto.

Observadas as considerações de Singer (2002), e confrontando-as com o histórico das cooperativas, a seguir, contata-se que as cooperativas do escopo deste estudo não adotam a linha doutrinária defendida para a economia solidária estudada por Singer (2002).

Percebe-se uma composição doutrinária heterogênea, com a adoção dos princípios cooperativistas emanados dos Pioneiros de Rochdale, mas uma forte influência da concorrência capitalista, em que as cooperativas se lançam a concorrer com as demais empresas do mesmo ramo, preocupadas com a geração de resultados positivos.

A COMIVA teve uma trajetória, de certa forma, semelhante à dos Pioneiros de Rochdale: inicia suas atividades voltadas basicamente para as necessidades de

consumo de seus associados, e decorrente das necessidades cotidianas implanta serviços no segmento de cooperativas de produção, com beneficiamento de arroz, soja, milho e outros grãos, fábrica de sal mineral e ração, e indústria de laticínios. Vale destacar que foi também por fomento da COMIVA que se fundou a primeira cooperativa de crédito da cidade, na época denominada Credicomiva.

A COMIGO, cooperativa sediada na cidade de Rio Verde (GO), hoje maior cooperativa de Goiás, também foi inspirada e teve a colaboração da COMIVA em sua constituição.

Aos moldes do cooperativismo implantado por Rochdale, o sistema cooperativista brasileiro percebeu a necessidade da educação cooperativista, e por meio do sistema SESCOOP e OCB foi lançado o programa Cooperjovem, destinado a encampar e apadrinhar uma escola, colaborando com ajuda financeira e oferta de programas de estágio aos alunos.

Em troca a escola adota em seu currículo disciplinas de educação e formação cooperativista. A COMIVA, nos moldes da doutrina cooperativista europeia, tem parceria com a Escola Pe. Maximino, na cidade de Mineiros, onde tem implantado o programa Cooperjovem.

Nas cooperativas de crédito, quando fundadas, eram distintos os serviços e público alvo. O SICOOB-Mineiros aproximava-se da doutrina de Raiffeisen, voltado para cooperados da área rural, enquanto a UNICRED Sudoeste Goiano, ao se voltar a atender profissionais da área da saúde, com sócios da área urbana, aproximava-se das doutrinas de Schulze-Delitzch.

Ambas, porém, não observam os demais princípios de cada doutrina. Após o ano de 2012, com alterações em seus estatutos, tornaram-se cooperativas de crédito de livre admissão, atendendo toda população, independentemente de sua ocupação profissional ou ramo de atividade econômica.

Observa-se, então, que o cooperativismo brasileiro, em suas particularidades, desenvolveu uma doutrina particular, tanto para atender a demandas culturais e econômicas específicas, quanto as necessidades advindas da política fiscal e tributária vigente.

Tal estudo permite a construção de uma dissertação à parte, pois afirmações populares cogitam que uma grande parte de cooperativas instaladas no Brasil busca uma forma de minimizar a carga tributária existente, nem sempre perseguem a possibilidade de ganhos advindos das compras e vendas em escala e da

possibilidade da intercooperação e ajuda mútua proposta pela filosofia cooperativista.

No presente estudo o universo de cooperativas a serem estudadas é daquelas devidamente registradas em seu órgão de classe, no caso a OCB (GO), conforme Quadro 4, e após a busca pelas informações necessárias foi constatado que das cooperativas supracitadas apenas as identificadas em seguida realizam seu *disclosure* contábil publicamente: a COMIVA, SICOOB Mineiros e a UNICRED – Sudoeste Goiano.

4.1.3.1 COMIVA

Conforme relatos de COMIVA (2013a), o movimento histórico da Cooperativa Mista Agropecuária do Vale do Araguaia (COMIVA) começou com a articulação do monge beneditino norte-americano OSB, D. Eric James Deitchman, e foi-se arquitetando a ideia de criação de uma cooperativa forte entre a classe produtora, que fosse modelo para o estado de Goiás, e que foi fundada no dia 27 de fevereiro de 1972 por 31 produtores rurais.

Sua criação teve como objetivo reunir os agricultores e pecuaristas na defesa de seus interesses econômico-sociais, proporcionando-lhes, em comum, meios de beneficiar e armazenar a produção, vendê-la nos mercados locais, nacionais e estrangeiros, abastecer os associados e proporcionar-lhes recursos financeiros destinados às suas atividades enquadradas nos objetivos constantes do estatuto social. As atividades da Cooperativa iniciaram-se com o funcionamento de uma loja de produtos agropecuários e a construção de um armazém com secador para cereais ensacados.

Em 1975, para atender a demanda por profissionais especializados na área de pecuária e agricultura, foi montado um departamento técnico com três profissionais: um agrônomo e dois veterinários.

Além dos armazéns para cereais, expandiu suas atividades nas cidades circunvizinhas de Portelândia-GO, Alto Araguaia-MT, Alto-Taquari-MT, Alto Garças-MT, Perolândia-GO, e Santa Rita do Araguaia-GO, além das lojas da zona rural do município de Mineiros, como as do Bom Jardim, Matrinchã e Salto Diamantino.

Em 1993 a COMIVA entrou definitivamente na área Industrial com a construção e funcionamento da máquina de beneficiamento de arroz, fábrica de sal

mineral e fábrica de ração, e uma unidade de captação e industrialização de leite, com diversos pontos de recebimento na zona rural para melhor atender aos associados.

Outras estruturas foram construídas à medida das necessidades e exigências de novos serviços demandados pelos sócios, como a seção de peças; ambulatório médico, odontológico, e laboratorial para atenção à saúde dos sócios, funcionários e familiares; criação do setor de comercialização de insumos para a agricultura; departamento de comercialização de bovinos; assessoria de comunicação com programa diário de rádio Cooperativismo e Agropecuária, e o informativo mensal 'Jornal do Produtor'.

A COMIVA garante que já é parte importante da história do Município, que graças ao trabalho dessa organização cooperativa e de seu quadro de associados e colaboradores contribuiu para que Mineiros chegasse à condição de 10^a economia do Estado.

Antes de apresentar a DVA da COMIVA e das demais cooperativas faz-se necessário destacar que objetivo do estudo é apenas verificar a aplicação da DVA, portanto nas análises em questão não foi considerado o efeito inflacionário da economia. Nos casos onde se realizam análises horizontais, quando confrontam-se informações de um ano com outro, deveria ser considerado o fator valorização ou desvalorização da moeda e bens entre o ano A e o ano B, para, dessa forma, poder proceder às análises e afirmações relacionadas com o crescimento do objeto em análise.

4.1.3.1.1 DVA dos anos 2011 e 2012 da COMIVA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2012	%	2011	%
DESCRIÇÃO	R\$		R\$	
1 – RECEITAS	205.003.706		174.623.263	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	205.003.706		174.623.263	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	-		-	
1.3) Não operacionais	-		-	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c/ ICMS e IPI)	185.431.411		157.917.626	
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00		0,00	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	177.290.477		150.067.024	
2.3) Materiais, energia, serv. terceiros e outros	8.140.934		7.850.602	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00		0,00	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	19.572.295		16.705.637	
4 – RETENÇÕES				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	1.719.226		1.067.541	
5 – VA LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	17.853.069		15.638.096	
6 – VA RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.546.553		3.540.233	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0,00		0,00	
6.2) Receitas financeiras	2.546.553		3.540.233	
7 – VA TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	20.399.622	100%	19.178.329	100%
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) Pessoal e encargos	8.766.884	43,0%	7.813.790	40,7%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	4.692.857	23,0%	5.311.251	27,7%
8.3) Juros, demais desps. Financ.e aluguéis	5.890.557	28,9%	5.330.838	27,8%
8.4) Serviços gratuitos e beneficentes	479.757	2,4%	458.217	2,4%
8.5) Juros s/ capital próprio e dividendos	374.545	1,8%	204.656	1,1%
8.6) superávit / (déficit) do exercício	195.022	1,0%	59.577	0,3%
8 - TOTAL VA DISTRIBUIDO (igual ao item 7)	20.399.622	100%	19.178.329	100%

Quadro 5 – DVA COMIVA (2011 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de COMIVA (2013)

4.1.3.1.2 Análise da DVA da COMIVA - 2011 a 2012

Na análise vertical observa-se a decomposição percentual do valor adicionado (VA) para cada segmento, dentro de um ano específico. Conforme sugere Santos (2007), na análise dos Gráficos 1 e 2 destaca-se o quociente entre gastos com impostos e VA da seguinte equação: gastos com impostos / VA, isto é, qual a porcentagem do VA é direcionada aos impostos.

Santos (2007) ainda menciona que o quociente entre VA e mão de obra pode ser identificado no cálculo: gastos com pessoal/ Valor adicionado são interpretações que podem ser melhor analisadas pela visualização nos Gráficos, como segue:

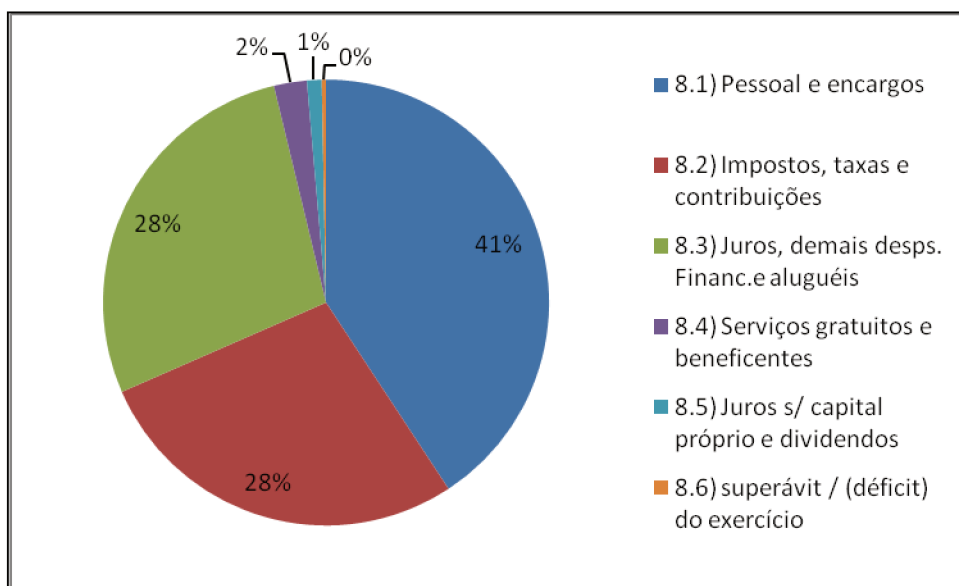


Gráfico 1 – Distribuição percentual do VA no ano de 2011 – COMIVA
 Fonte: adaptado pelo autor de COMIVA (2013)

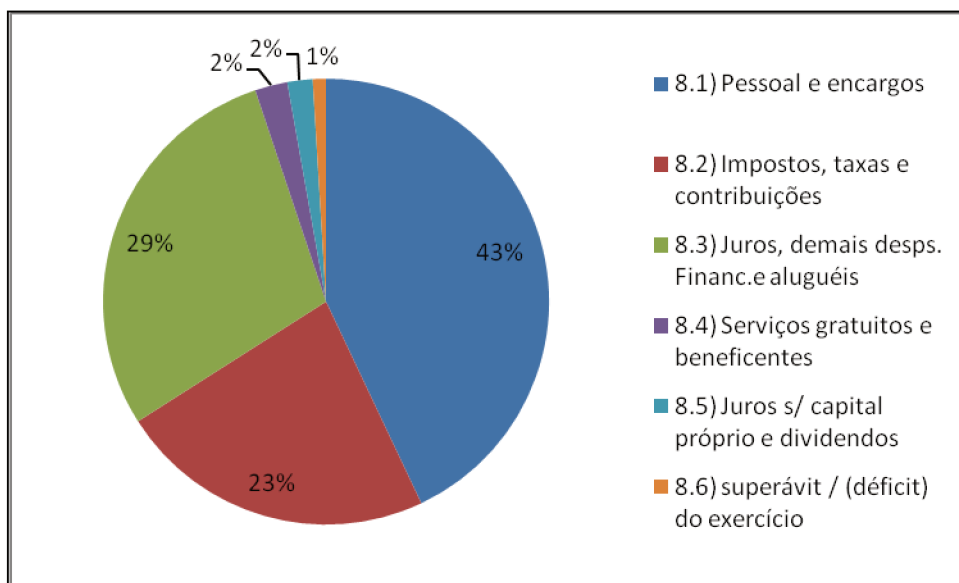


Gráfico 2 – Distribuição percentual do VA no ano de 2012 – COMIVA
 Fonte: adaptado pelo autor de COMIVA (2013)

Da análise dos Gráficos 1 e 2 observa-se que a maior parcela do VA gerado pela COMIVA foi destinada ao segmento pessoal e encargos, o que representa a classe trabalhadora. Entre os anos observados, 2011 e 2012, houve uma pequena evolução positiva nesse indicador.

Outras duas categorias que também receberam parcelas expressivas do VA foram os tributos e gastos com terceiros, tais como instituições financeiras e demais prestadores de serviços. Vale destacar que espera-se que os gastos com tributos retornem à sociedade em forma de benefícios e serviços públicos.

Constata-se que a menor parcela do VA foi destinada ao superávit / (déficit) do exercício, que representa a parte destinada à remuneração do capital próprio. Se retomados os princípios do cooperativismo pode-se constatar que essa empresa participa de modo positivo com o desenvolvimento regional, pois a maior parte do VA gerado pela COMIVA se destina a gastos com pessoal, encargos e tributos, o que pode ser vislumbrado como uma distribuição de suas sobras, de caráter sustentável dentro da concepção da dimensão social do desenvolvimento.

Os dados apontados pela COMIVA e Mineiros (Tabela 2) permitem observar um bom o nível de sustentabilidade social proporcionado pela Cooperativa na Região do ponto de vista de distribuição de renda. Conforme dados da ONU, citados por Dowbor (2007), a desigualdade social provocada pela má distribuição de renda é um dos principais entraves para o desenvolvimento.

O que se vê no período estudado é que o município de Mineiros obteve ganhos na renda média acima da evolução do PIB *per capita*, e, no caso da COMIVA, que o VA destinado à classe trabalhadora compõe as maiores parcelas de destinação do seu VA.

O outro quociente selecionado para participar do presente estudo é o quociente VA/Superávit, também proposto por Santos (2007). Os dados indicam que no ano de 2011 e 2012 o referido quociente apresentou os seguintes valores: 0,1098 e 0,0995 respectivamente.

Esse indicador mostra que do ponto de vista de evolução econômica a COMIVA teve uma evolução negativa, já que as sobras de 2012 foram menores do que as de 2011. Em uma visão focada na dimensão da sustentabilidade social, esse valor deve ser analisado por outro prisma e, no entanto, poderia ser uma estratégia planejada e com produção de resultados adequados, visto que as Cooperativas não visam lucro.

O objeto deste estudo não se fixa em verificar a eficácia econômica da COMIVA, e sim verificar a aplicação da DVA como ferramenta capaz de constatar se uma empresa provê ações de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social. Esse é um indicador que, comparado entre empresas, permite constatar qual

a preocupação das entidades: se apenas gerar lucros aos seus sócios ou prestar um serviço a eles e à comunidade.

Santos (2005, 2007) propõe outro indicador que pode ser elaborado a partir dos dados da DVA: é o quociente entre valor adicionado e faturamento, calculado pela equação Valor adicionado / Faturamento.

Esse indicador mostra quanto e qual o percentual do Faturamento Bruto (FB) que compõe o VA, a diferença encontrada, a parcela que não faz parte do VA, representa renda de outros segmentos, são valores que a empresa analisada não em controle sobre os mesmos, em geral, são os gastos com fornecedores. No caso das cooperativas, em especial naquelas em que se prioriza o ato cooperativo (comprar e vender para os próprios sócios), nesse caso o fornecedor é o próprio sócio, ou seja, o cooperado.

Dessa forma, se os principais fornecedores da cooperativa forem os cooperados, esse indicador pode também indicar outro fator de promoção do desenvolvimento social sustentável, e a cooperativa que, lembrando, não visa lucro, nesse caso certamente poderá remunerar melhor esse fornecedor, e ainda, se ao final do exercício houver sobras advindas de tais operações, essa sobra é devolvida ao sócio.

O ato cooperativo envolve operações mercantis em que pelo menos em uma das pontas esteja presente a figura de um sócio, como fornecedor, ou como comprador de um bem ou serviço.

No Gráfico 3, a seguir, encontram-se os valores de faturamento e VA da COMIVA em 2011 e 2012, o que para uma empresa mercantil voltada à obtenção de lucros pode representar valores aquém dos esperados, mas para uma entidade com foco na sustentabilidade e responsabilidade social ainda poderiam melhorar. Os dados representam que essa Cooperativa cumpre bem seu papel como uma entidade sem fim lucrativo, em que os gestores calculam com eficiência a margem de comercialização destinada a fixar o preço de venda de suas mercadorias.

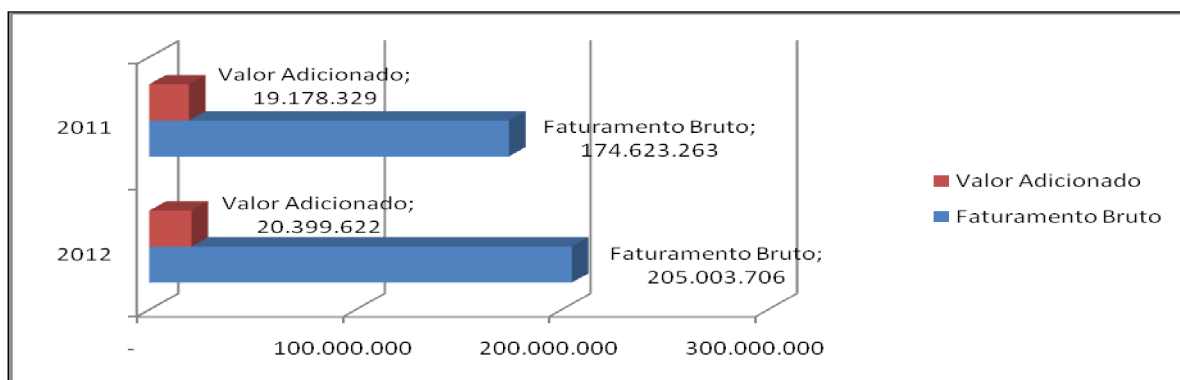


Gráfico 3 – Evolução VA x Evolução Faturamento (COMIVA, 2011 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor da COMIVA (2013)

A análise dos dados do Gráfico 3 aponta que no VA do ano de 2011 comparado com 2012 houve uma evolução próxima de 6%, enquanto a evolução do faturamento bruto (FB) foi de 15%, o que evidencia, de certa forma, que o VA mesmo crescendo, nesse intervalo, teve uma retração em relação à evolução do FB.

No cooperativismo, como já visto, o objetivo é prestar serviços aos sócios, e o resultado operacional, sobras ou perdas, que vem da diferença entre os valores que a cooperativa adquire e o valor final, é repassado aos bens e serviços comercializados.

Em grande parte das negociações, em uma das pontas, vendedor e/ou comprador, situam-se os associados. Os dados anteriores podem representar uma melhor negociação para os sócios, pois as operações mercantis da COMIVA, ao registrarem um menor VA entre 2011 e 2012, podem representar uma melhor eficiência na política comercial.

Os menores resultados para a COMIVA podem ser em decorrência de menores margens de comercialização, e, conseqüentemente, melhor resultado para o sócio. No caso de essa realidade ter sido planejada, representa a adoção de práticas que promovem o desenvolvimento na esfera da sustentabilidade social.

4.1.3.2 SICOOB – Mineiros

Nos relatos de SICOOB-Mineiros (2014) descobre-se que o histórico dessa cooperativa de crédito teve a seguinte trajetória: sua fundação partiu de um grupo de produtores rurais da Região que já faziam parte da COMIVA. Eles buscavam a

redução de despesas bancárias, mais facilidade de acesso ao crédito, e também a participação nos resultados das operações.

Em 17.03.1988 foi realizada a assembleia de constituição da Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Araguaia Ltda, com a presença de 23 sócios fundadores e com o nome fantasia de CREDICOMIVA, iniciando suas atividades em 12 de maio de 1989.

Em sua trajetória o nome fantasia foi alterado para CREDIGOIÁS-MINEIROS. Após 7 de outubro de 2009 foi transformada em cooperativa de livre admissão de associados, recebendo a denominação de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda – SICCOOB MINEIROS. Na data pesquisada pelo autor a Cooperativa contava com mais de 1.600 associados.

4.1.3.2.1 DVA dos anos 2011 e 2012 da SICOOB – Mineiros

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2012	%	2011	%
DESCRIÇÃO	R\$		R\$	
1 – RECEITAS	13.425.970		11.351.489	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14.618.406		11.416.284	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	-		-	
1.3) Não operacionais	(1.192.436)		(64.795)	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c/ ICMS e IPI)	3.003.793		2.394.695	
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00		0,00	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	1.750.591		1.311.176	
2.3) Materiais, energia, serv. terceiros e outros	1.253.202		1.083.519	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00		0,00	
3 – VALOR ADICIONADO (VA) BRUTO (1-2)	10.422.177		8.956.794	
4 – RETENÇÕES				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-		-	
5 – VA LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	10.422.177		8.956.794	
6 – VA RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.126.954		2.537.090	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0,00		0,00	
6.2) Receitas financeiras	3.126.954		2.537.090	
7 – VA TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	13.549.131	100%	11.493.884	100%
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) Pessoal e encargos	2.189.981	16,2%	1.806.941	15,7%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	19.043	0,1%	13.879	0,1%
8.3) Juros, demais desps. Financ.e aluguéis	1.747.299	12,9%	1.640.600	14,3%
8.4) Serviços gratuitos e beneficentes	491.880	3,6%	826.951	7,2%
8.5) Juros s/ capital próprio e dividendos	4.467.418	33,0%	4.001.283	34,8%
8.6) superávit / (déficit) do exercício (Retido Empresa)	4.633.510	34,2%	3.204.230	27,9%
8 - TOTAL VA DISTRIBUIDO (igual ao item 7)	13.549.131	100%	11.493.884	100%

Quadro 6 – DVA SICOOB - Mineiros (2011 – 2012)
 Fonte: adaptado pelo autor (SICOOB, 2012)

4.1.3.2.2 Análise da DVA da SICOOB - 2011 a 2012

No Quadro 6 destaca-se o fato de o montante do VA, nos dois exercícios, ser superior ao total das receitas registradas nos itens de número 1 e 7. Percebe-se aí uma diferença entre esse demonstrativo da DVA e a Demonstração do Resultado de

Exercício (DRE). Nem sempre o resultado final da DRE representa o lucro ou prejuízo do exercício, nesse caso da DVA. O VA total distribuído foi superior ao total de receitas, e em alguns casos pode-se acreditar que essas duas demonstrações pudessem ter muitas semelhanças e ser desnecessária a elaboração de ambas.

Quanto à superioridade do montante do VA sobre as receitas, nesse caso deve-se a ganhos não operacionais (atividade desvinculada da atividade fim), que tiveram valores e contribuições expressivas. O exemplo de ganhos que podem ser relacionados a tal realidade são os resultados positivos de aplicações financeiras e investimentos em ações, dentre outros. Mesmo que a empresa ficasse estática em suas atividades, esses efeitos seriam realizados.

Assim como vários outros pontos relevantes observados nos dados deste estudo, trata-se de debate desfocado do objetivo proposto, e fez-se a menção no sentido de provocar novas pesquisas nessa área.

Inobstante, sob o ponto de vista da sustentabilidade é um caso que merece atenção à parte, pois desperta uma indagação acerca do objetivo social da entidade, daí se questiona até que ponto os ganhos ligados à especulação financeira geram renda real, e qual a sua destinação, bem como qual bem comum e ganhos em qualidade de vida e bem-estar são promovidos. Todos esses problemas suscitam estudos específicos e mais profundos.

Comparadas as informações do item 2, produtos adquiridos de terceiros, entre a SICOOB e a COMIVA, logo se identifica a grande diferença entre uma entidade exclusivamente prestadora de serviços, no caso intermediações financeiras, com uma de comércio de bens.

Constata-se, no caso, que as empresas com atividade voltada à prestação de serviços financeiros têm uma distribuição de seus resultados bastante divergente da outra modalidade em questão. Isso demonstra que são entidades que promovem resultados com grandezas diferentes, e, conseqüentemente, a comparação de dados entre elas deve ser acompanhada de minuciosa atenção.

De acordo com o objetivo do presente estudo, será apenas testada a capacidade de a DVA permitir avaliar a sustentabilidade social, dessa forma não é conveniente tecer comparativos entre as empresas citadas no âmbito de identificar aquela que seria mais ou menos sustentável.

Utilizada a mesma base referencial dos estudos e análise anteriores, seguem as observações relacionadas à DVA para o mesmo período: anos 2011 e 2012. Ao

concentrar-se nas informações do item 8 do quadro da DVA, volta-se a atenção para o VA gerado e sua distribuição em uma análise vertical, verificando a composição e participação de cada elemento dentro de cada ano. Identificam-se como elementos de maior relevância os itens 8.5 e 8.6; juros sobre capital próprio/dividendos; e superávit do exercício/VA reinvestido.

Destaca-se que nas cooperativas brasileiras o superávit, ou sobra retida na entidade, é distribuído entre os sócios na proporção de suas movimentações, e incorporado ao capital social em suas cotas parte. Nesse caso entende-se que, em realidade, esses dois valores podem ser considerados como uma parte do VA que vai para o sócio.

Pode-se, nesse caso, levantar um debate para outro estudo, retomando os ideais da economia solidária que deu origem ao cooperativismo. Conforme descreve Singer (2002), mesmo que uma cooperativa não vise lucro e que as sobras decorrentes das operações retornam ao sócio, qual o motivo de a cooperativa manter margens de negociações elevadas e assim gerar resultados tão expressivos? Não seria melhor manter operações em que o resultado já pudesse ficar com o sócio e ele obter, em cada operação de crédito, menor custo do capital que necessita?

4.1.3.2.3 Análise da DVA da SICOOB – Mineiros - 2011 a 2012

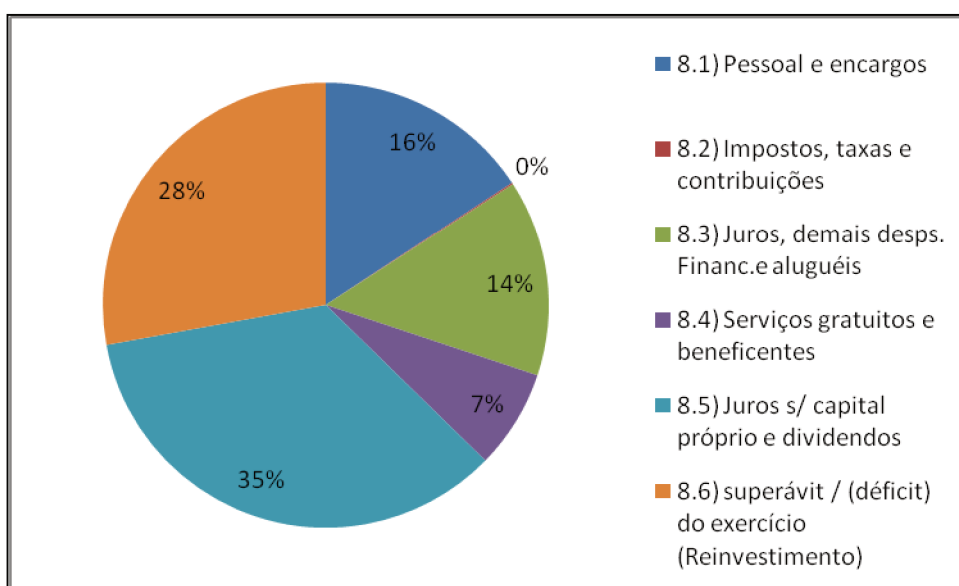


Gráfico 4 – Distribuição percentual do VA no ano de 2011 – SICOOB – Mineiros
Fonte: adaptado pelo autor de SICOOB (2012)

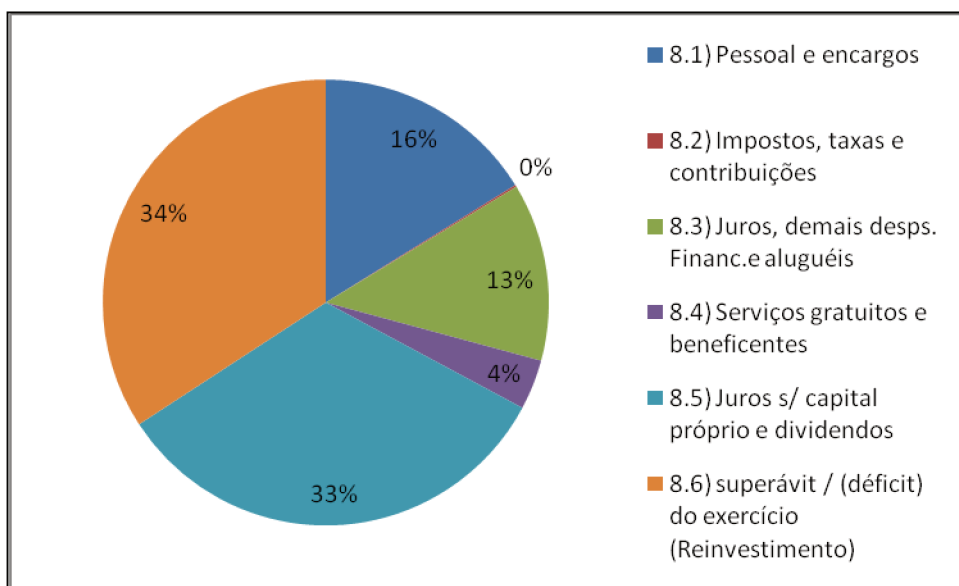


Gráfico 5 – Distribuição percentual do VA no ano de 2012 – SICOOB – Mineiros
 Fonte: adaptado pelo autor de SICOOB (2012)

Os Gráficos apresentados da SICOOB confirmam visualmente que a maior parcela do VA gerado se destina aos sócios e à própria cooperativa. Entre os anos observados, 2011 e 2012, ocorreu uma evolução inversa entre cada parcela, com uma retração dos dividendos e uma ampliação das sobras (VA) retida na entidade.

Quando somadas essas duas parcelas identifica-se uma evolução negativa em quatro pontos percentuais, de modo que nesse intervalo temporal constata-se que a destinação desse valor praticamente migrou para a parcela do VA destinado aos serviços gratuitos e beneficentes.

Na DVA se constata que a menor parcela do VA foi justamente a que se destina aos serviços gratuitos e beneficentes, no entanto foi a que teve a maior evolução positiva no período.

Outras duas categorias que também receberam parcelas expressivas do VA foram os gastos com pessoal, que se mantiveram estáveis em 16%, e gastos com terceiros, tais como juros e outros gastos. Destaca-se que os gastos com tributos representam uma parcela insignificante, de modo que não é percebida sua monta nos Gráficos.

Ao analisar os dados da SICOOB, de forma que se considere as políticas relacionadas aos princípios cooperativistas, deve-se ater a duas vertentes na visão

da sustentabilidade social. A primeira seria quanto à retenção e distribuição aos sócios das sobras, que no intervalo observado foi próximo de 65% do VA. Isso demonstra uma gestão eficiente dos recursos, mas a cooperativa distribuiu uma parcela relativamente pequena do VA à comunidade na forma de tributos.

A segunda vertente deve se ater à questão de que se esses cooperados estivessem realizando suas operações financeiras em outras instituições, todo o resultado das sobras iria para os cofres de alguma instituição financeira, e certamente não seriam aplicados na Região.

Assim como os dados anteriores (COMIVA), no Gráfico 6, a seguir, encontram-se os valores de faturamento e VA da SICOOB em 2011 e 2012, que reportaram valores de uma valiosa participação, com expectativa de uma gestão administrativa eficiente.

Ainda de acordo com Santos (2007), os dados da SICOOB indicam que no ano de 2011 e 2012 o quociente VA/Faturamento tem os seguintes valores: 1,0125 e 1,0091, respectivamente. Os indicadores mostram que do ponto de vista de evolução econômica, a SICOOB teve uma pequena evolução negativa. A expectativa da sustentabilidade social é igualmente positiva. Acredita-se que os objetivos dos sócios foram alcançados.

Ao retomar o foco deste estudo, analisar a DVA ferramenta para verificar o desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social das empresas, a demonstração anterior permite comparar a distribuição do VA dentro do exercício, na análise vertical. No item 8 do quadro da DVA da SICOOB constata-se que, em termos percentuais, a destinação do VA manteve-se relativamente estável. As maiores oscilações aconteceram no item 8.6, VA retido na entidade, e o item 8.4 referente à parcela do VA destinado a doações e serviços sociais.

O estudo entre os valores do VA e o faturamento bruto da SICOOB foram transcritos para o Gráfico 6, a seguir, permitindo visualização mais rápida de seus componentes; observar além da relação VA x Faturamento; e acompanhar sua evolução entre os períodos analisados: o ano de 2011 e 2012.

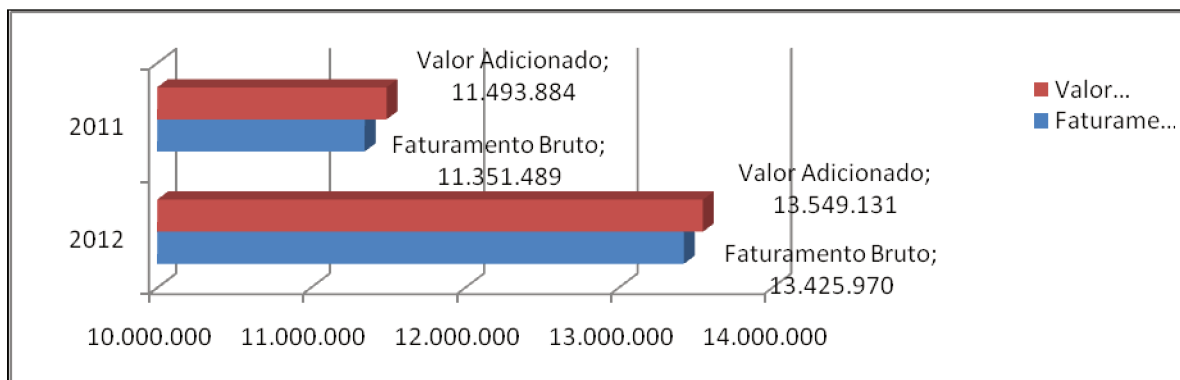


Gráfico 6 – Evolução VA x Evolução Faturamento – SICOOB (2011 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de SICOOB (2012)

Ao comparar a evolução do VA do ano 1 e ano 2 (VA-2011 / VA-2012), bem como do faturamento bruto (FB-2011 / FB-2012), constata-se que em ambos os indicadores encontra-se uma evolução positiva, em torno de 15% em ambas as contas, bem como a relação entre o VA e o faturamento bruto (FB), conforme já informado ($VA-2011 / FB-2011 = 1.0125$) e ($VA-2012 / FB-2012 = 1.0091$).

Foi mantida a paridade entre a evolução dos indicadores com uma pequena alteração negativa, abaixo de 1%, o que significa que a cooperativa conseguiu ampliar o faturamento bruto e o VA em 15% entre 2011 e 2012. Quando uma entidade amplia seu faturamento, normalmente acompanha uma melhor margem de contribuição, mais sobras/lucros, ou maior VA, situação que deve ser vislumbrada como a possibilidade de essa entidade aplicar alguma política social que promova com bom êxito a distribuição de renda e/ou responsabilidade social.

4.1.3.3 UNICRED – Posto de Atendimento de Mineiros

De acordo com UNICRED (2014), a UNICRED-Mineiros é um posto de atendimento da cooperativa UNICRED Sudoeste Goiano. É uma cooperativa de crédito mútuo de profissionais da área da saúde, da qual cada correntista também deve ser sócio. No mesmo documento a Cooperativa informa que as sobras, resultado positivo das operações de cada sócio pelos serviços prestados por ela, retorna ao seu bolso após a prestação de contas anual da entidade.

Após 30 de março de 2012 a UNICRED Sudoeste Goiano passou a ser uma cooperativa de livre admissão, recebendo como sócios qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, mesmo que não seja ligado à área da saúde. Para tanto, deve ter sua proposta aprovada em reunião do Conselho Administrativo e realizar integralização de cota parte.

Segundo a mesma fonte, a UNICRED Sudoeste Goiano tem postos de atendimento no estado de Goiás, além de sua sede na cidade de Rio Verde e Mineiros, nos municípios de Jataí, Goiatuba e Quirinópolis.

Ao observar as características do modelo cooperativo da UNICRED e confrontá-las com as informações de Singer (2002) e do Portal do Cooperativismo de Crédito (2014), percebe-se que a UNICRED tem maior semelhança com o modelo italiano, com as cooperativas do tipo Luzzatti. Sua constituição, uma espécie de banco popular voltado aos profissionais da área da saúde, tinha a responsabilidade limitada pelos sócios em garantia de suas operações.

4.1.3.3.1 DVA dos anos 2011 e 2012 da UNICRED Sudoeste Goiano

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2012	%	2011	%
DESCRIÇÃO	R\$		R\$	
1 – RECEITAS	9.048.576		7.876.331	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	9.063.845		7.885.527	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	-		-	
1.3) Não operacionais	(15.269)		(9.196)	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c/ ICMS e IPI)	6.045.283		4.997.026	
2.1) Matérias-primas consumidas	0,00		0,00	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	2.870.227		2.594.186	
2.3) Materiais, energia, serv. terceiros e outros	3.175.056		2.402.840	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00		0,00	
3 – VALOR ADICIONADO (VA) BRUTO (1-2)	3.003.293		2.879.305	
4 – RETENÇÕES				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão				
5 – VA LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	3.003.293		2.879.305	
6 – VA RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	35.758		208.976	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	0,00		0,00	
6.2) Receitas financeiras	35.758		208.976	
7 – VA TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	3.039.051	100%	3.088.281	100%
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
8.1) Pessoal e encargos	2.028.023	66,7%	1.571.465	50,9%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	60.319	2,0%	55.043	1,8%
8.3) Juros, demais desps. Financ.e aluguéis	309.046	10,2%	134.753	4,4%
8.4) Serviços gratuitos e beneficentes (FATES)	47.820	1,6%	104.479	3,4%
8.5) Juros s/ capital próprio e dividendos	573.267	18,9%	734.883	23,8%
8.6) superávit / (déficit) do exercício (Retido Empresa)	20.576	0,7%	487.658	15,8%
8 - TOTAL VA DISTRIBUIDO (igual ao item 7)	3.039.051	100%	3.088.281	100%

Quadro 7 – DVA UNICRED - Sudoeste Goiano (2011 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de UNICRED (2012)

4.1.3.3.2 Análise da DVA da UNICRED - 2011 a 2012

Em seguida os dados referentes à distribuição do VA da UNICRED serão demonstrados em gráficos e analisados.

4.1.3.3.3 Análise da DVA da UNICRED – Sudoeste Goiano (2011 a 2012)

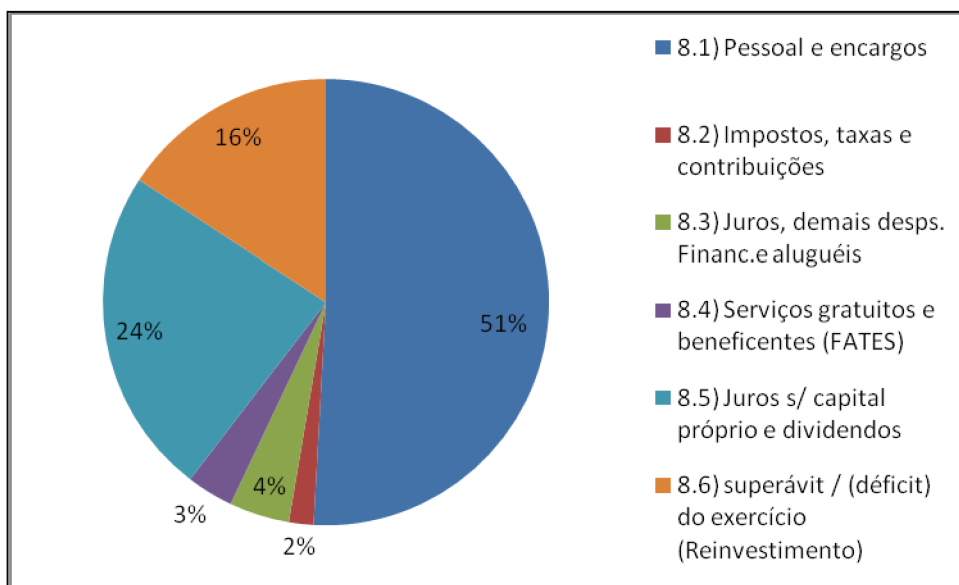


Gráfico 7 – Distribuição percentual do VA no ano de 2011 – UNICRED – Sudoeste Goiano
Fonte: adaptado pelo autor de UNICRED (2012)

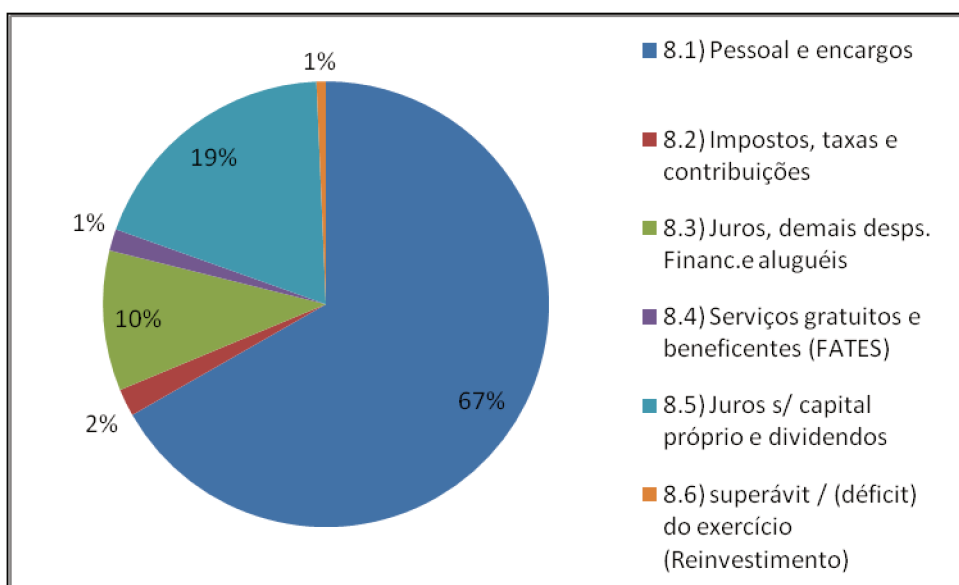


Gráfico 8 – Distribuição percentual do VA no ano de 2012 – UNICRED – Sudoeste Goiano
Fonte: adaptado pelo autor de UNICRED (2012)

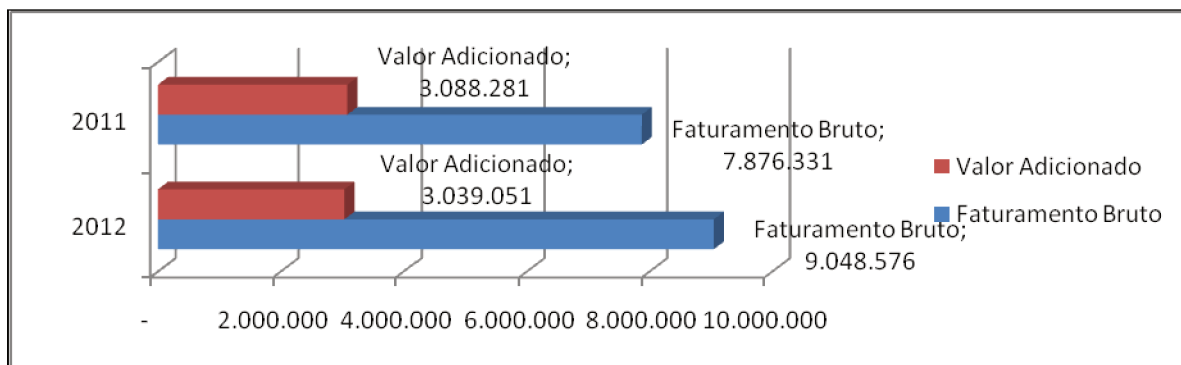


Gráfico 9 – Evolução VA x Evolução Faturamento – UNICRED (2011 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de UNICRED (2012)

Ao aplicar os mesmos quocientes propostos por Santos (2007) e adaptados para as cooperativas anteriores, encontram-se os seguintes indicadores para a UNICRED após as operações:

- Gastos com Pessoal / VA (2011) = 51%;
- Gastos com Pessoal / VA (2012) = 67%.
- Sócios-Dividendos / VA (2011) = 24%;
- Sócios-Dividendos / VA (2012) = 19%.
- Sobras/Superávit / VA (2011) = 16%;
- Sobras/Superávit / VA (2012) = 1%.
- VA / FB (2011) = 0,3921;
- VA / FB (2012) = 0,3359; evolução (+/-) -6%;
- FB (2011) / FB (2012) = 0,8704; evolução (+/-) +13%; e
- VA (2011) / VA (2012) = 1,0162; evolução positiva de quase 2%.

A análise dos indicadores abordados permitem inferir que entre o ano de 2011 e o de 2012 a UNICRED proporcionou uma evolução positiva na categoria de pessoal. Houve maior participação dos funcionários no VA, com aumento de 16% do montante do VA destinado aos colaboradores de 2011 para 2012. Nesse sentido, a UNICRED foi a cooperativa que mais contribuiu na participação percentual do VA destinado a empregados, e, conseqüentemente, com o desenvolvimento na dimensão social no referido quesito.

Além dos dados evidenciados é importante identificar e divulgar o número total de colaboradores participantes dos gastos com pessoal, para que se possa constatar, ainda, se no período investigado houve maior parcela de VA destinada a tal classe, promovendo o aumento da concentração de renda, ou uma adequada distribuição de riquezas, podendo, dessa forma, gerar indicadores de salário médio.

Resta ainda confirmar se os dados que indicam a parcela do VA gastos com funcionários é decorrente de uma política pré-determinada de valorização do trabalhador, ou da consequência dos processos de gestão, pressões do mercado, ou algum fator não planejado.

A movimentação entre as parcelas distribuídas do VA envolve necessariamente a perda em um segmento para o ganho de outro. No caso em questão, as principais perdas para o bom êxito da parcela do VA destinado a funcionários foram decorrentes dos baixos resultados (sobras/dividendos). A parte destinada aos sócios, em forma de dividendos com perda de -5%, e a parcela destinada a ficar retida como aumento do capital social, que acumulou perda de -15%.

Da relação entre o VA e faturamento se identifica a capacidade de a entidade produzir resultados. Os *stakeholders* verificam qual o nível de segurança que os gestores de uma entidade proporcionam a seus interesses, bem como a política de negócios estabelecida pelos sócios/proprietários.

Na observação desses dois elementos da UNICRED é visível a evolução positiva do faturamento bruto (+13%) nas dimensões do crescimento nacional para 2012. A entidade pode apresentar um crescimento acima do PIB brasileiro [0,9% segundo IBGE (2014)], um resultado positivo e otimista, do ponto de vista social, para os investidores.

Já o próprio VA, com sua evolução também positiva, mas muito inferior à do faturamento, algo inferior a 2%, não configura um bom desempenho em nenhuma dimensão social, pois todos os esforços desse período, mesmo com a ampliação do FB, foram consumidos pelos gastos que sucedem o VA.

Observar o item 8 do quadro da DVA e aprofundar sua análise permite: identificar novos questionamentos, como qual a relação entre o número de empregados e o valor total em reais a eles destinados, ou seja, qual é o salário médio praticado e sua evolução; comparar com o salário médio da cidade; além de verificar a evolução do número de colaboradores no tempo.

Todo esse contexto envolve outras informações que podem facilmente ser extraídas da DVA e de outros relatórios administrativos, ampliando o universo de dados capazes de verificar a responsabilidade social das empresas com aplicação das ferramentas da contabilidade.

Ao se observar o quociente da relação entre VA e FB da UNIDRED, entre os anos de 2011 e 2012, constata-se a regressão dessa relação em aproximadamente 6%, o que confirma a evidência anterior de que no ano de 2012 o desempenho econômico foi inferior ao conseguido em 2011.

4.1.3.4 Análise Cruzada dos dados da DVA das Cooperativas 2011 a 2012

Conforme as análises seguintes, e comparações entre entidades, pretende-se testar a aplicação da DVA no sentido de comparar empresas, e assim ampliar a sua aplicação e utilidade.

Na sequência, a Tabela e Gráficos evidenciam dados de um mesmo gênero, extraído da DVA de cada cooperativa. O objetivo é de compará-los entre si, e verificar as possíveis análises e interpretações, de modo que permitam chegar-se a algum tipo de conclusão sobre a tendência das ações de gestão de uma célula social na dimensão da sustentabilidade social.

O estudo ora proposto tem apenas fins acadêmicos, no sentido de analisar a DVA como uma ferramenta de mensuração de desenvolvimento, pois pode-se prever que as informações da COMIVA (cooperativa do segmento de serviços técnicos agropecuários e comércio), terão tendências de distribuição do VA bem discrepante dos dados oriundos da SICOOB e UNICRED (cooperativas do segmento de instituições financeiras).

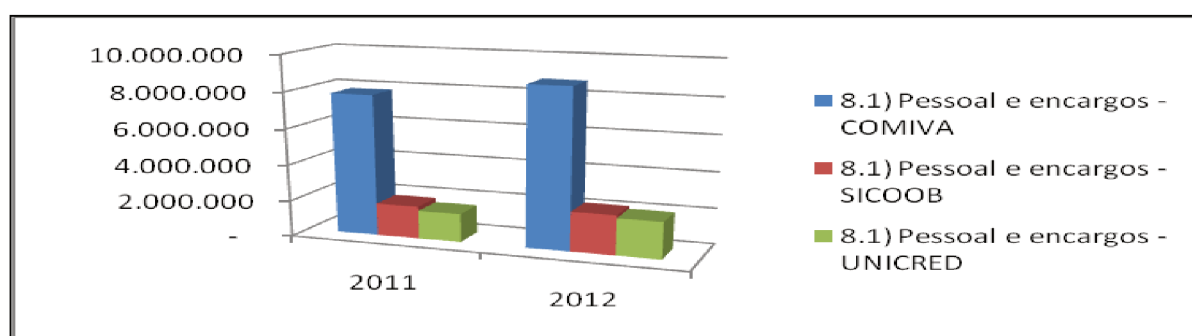
4.1.3.4.1 Distribuição do VA aos Trabalhadores

A Tabela 6 e os Gráficos 10 e 11, apresentados a seguir, transcrevem a parcela do VA destinada à remuneração de pessoal e encargos sociais das cooperativas objetos deste estudo.

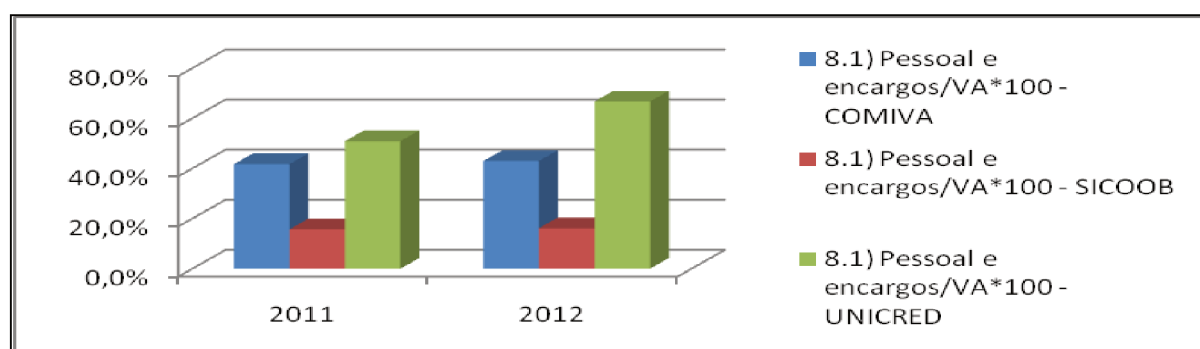
Tabela 6 - Distribuição VA para colaboradores entre cooperativas estudadas (2001 – 2012)

Parcela VA Para Colaboradores	2011	%VA	2012	%VA
8.1) Pessoal e encargos - COMIVA	7.813.790	41%	8.766.884	43%
8.1) Pessoal e encargos - SICOOB	1.806.941	16%	2.189.981	16%
8.1) Pessoal e encargos - UNICRED	1.571.465	51%	2.028.023	67%

Fonte: adaptada pelo autor de COMIVA (2013), SICOOB (2012), e UNICRED (2012)

**Gráfico 10** – Distribuição do VA em R\$ aos funcionários COMIVA/SICOOB/UNICRED (2001 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de COMIVA (2013), SICOOB (2012), e UNICRED (2012)

**Gráfico 11** – Distribuição do VA em % aos funcionários COMIVA/SICOOB/UNICRED (2001 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de COMIVA (2013), SICOOB (2012), e UNICRED (2012)

Os Gráficos reportam uma informação expressiva, e devem ser analisados em conjunto, pois não interessa apenas o montante físico destinado a funcionários para interpretar qual entidade dedica maior esforço no quesito distribuição de renda e empregabilidade. Conforme evidenciam os Gráficos, a COMIVA destinou o maior valor em moeda (reais) à classe trabalhadora, no entanto a UNICRED distribuiu a menor parcela em valores absolutos: é a cooperativa que teve a maior parcela do seu VA empregado no segmento de pessoal e encargos.

Outro destaque observado na evolução da parcela destinada a pessoal e encargos são os indicadores apresentados pela UNICRED, que apontam uma evolução positiva em torno de 16% quanto à sua participação no VA total. Em 2011 foi 51%, e no ano seguinte 67% do VA da UNICRED destinava-se à referida categoria. Enquanto isso, as demais Cooperativas se mantiveram praticamente estagnadas no mesmo período.

Dadas as anotações já mencionadas, é importante reforçar que o estudo da DVA com foco na relação de trabalho deve ser confrontado com outros dados, como número de colaboradores e remuneração média. As informações essenciais para tal normalmente encontram-se disponíveis nos relatórios da administração das cooperativas, o *disclosure* contábil, apresentado à prestação de contas nas Assembleias Geral Ordinárias (AGO).

Uma entidade poderia destinar vultosas cifras à classe trabalhadora, mas caso haja um grande número de colaboradores seria possível identificar situações de baixos salários, e mesmo que o valor total gasto com funcionários possa ser expressivo, ainda assim poderia configurar exploração.

Outras nuances podem ser acrescentadas ao debate da DVA dentro da questão do desenvolvimento e sua dimensão social, lembrando que são sugestões para outros estudos, como políticas de valorização da mulher, idosos e portadores de necessidades especiais. São aspectos que permitem outros olhares sob o ponto de vista da sustentabilidade social no campo das relações de trabalho. Todas as informações perpassam pela utilização dos indicadores produzidos pela DVA e outras demonstrações contábeis.

4.1.3.4.2 Distribuição do VA aos Cofres Públicos

Os tributos compõem a maior parte da receita do Estado. Registra-se que uma de suas principais funções é garantir o bem-estar de seu povo, logo, nesse rol de obviedades constata-se a função social do tributo e a importância das pessoas, físicas e jurídicas, assumirem seus compromissos e responsabilidade fiscal, configurando a necessidade de os *stakeholders* analisarem e acompanharem a vida tributária das empresas, lembrando que a DVA dedica um item que permite realizar tal avaliação.

É obvio que a iniciativa privada vai sempre priorizar os resultados e dedicar esforços para ampliar seu lucro. Problemas relacionados ao combate da desigualdade social provocada pela má distribuição de renda; o acesso e manutenção da cultura, dos valores pessoais e familiares; o direito e acesso ao lazer, à segurança e saúde, conforme elucidado por Dowbor (2007), são as principais ocupações que o Estado deveria priorizar. Certamente são os tributos que têm origem da ação fiscal sob as operações empresariais a fonte de recursos com que, indiretamente, os contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, financiam as ações de promoção social.

A DVA permite analisar uma empresa isolada ou um grupo de empresas, conforme Tabela 7 e Gráfico 12, apresentados em seguida. É possível verificar qual a participação, em volume financeiro, e qual o percentual que os tributos representam no montante do VA produzido num período e realizar um estudo da capacidade contributiva dessas células sociais que configuram, indiretamente, um estudo relacionado ao desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social, pois são os tributos a fonte de receitas que permite ao Estado o desempenho de suas funções.

As cooperativas têm tratamento tributário diferenciado das demais formas jurídicas de composição de empresas, por serem isentas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSSL), do PIS e da COFINS sobre faturamento.

A justificativa de tal isenção tributária é que os tributos em questão são devidos sob a parcela de lucro das empresas. Já nas cooperativas não se fala em lucro, ele não existe, no caso são as sobras, e essas não pertencem à cooperativa, mas ao sócio, logo não há incidências dos tributos sob as operações realizadas com os sócios.

Nesse quesito, ao comparar-se uma cooperativa com outra modalidade é provável que se ateste contra as cooperativas no caso da sustentabilidade social voltada à parcela de contribuição da empresa para com a sociedade, quanto à participação em compor as receitas públicas.

Na Tabela e Gráficos seguintes mostra-se o montante de tributos gerados e recolhidos aos cofres públicos pelas cooperativas estudadas. Embora seja reportado adiante, é interessante perceber que pelos dados relacionados ao faturamento bruto

e geração do VA, houve maior eficiência na SICOOB, no entanto nos demais aspectos sociais não se percebe essa cooperativa como a de melhor desempenho.

Tabela 7 - Distribuição VA Destinada a tributos entre cooperativas estudadas (2001 – 2012)

Parcela VA Para Tributos	2011	%VA	2012	%VA
8.2) Impostos, taxas e contribuições - COMIVA	5.311.251	23%	4.692.857	28%
8.2) Impostos, taxas e contribuições - SICOOB	13.879	0,1%	19.043	0,1%
8.2) Impostos, taxas e contribuições - UNICRED	55.043	1,8%	60.319	2,0%

Fonte: adaptada pelo autor de COMIVA (2013), SICOOB (2012), e UNICRED (2012)

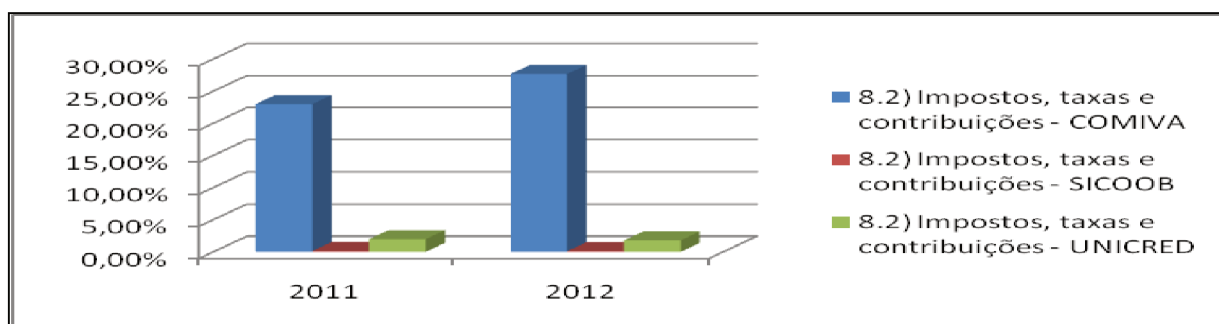


Gráfico 12 – Distribuição em % VA destinada a tributos COMIVA/SICOOB/UNICRED (2001 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de COMIVA (2013), SICOOB (2012), e UNICRED (2012)

A responsabilidade social das cooperativas pesquisadas, observada sob a óptica da participação em contribuir com o recolhimento dos tributos, e consequentemente com a composição das receitas públicas, pode ser dimensionada na análise dos dados anteriores. Consta-se que tanto em função do montante recolhido, tanto quanto ao percentual do VA de cada entidade, a COMIVA destaca-se como a cooperativa que mais destinou parte de seu VA ao governo.

Observa-se que mesmo com a redução quantitativa do total de tributos recolhidos pela COMIVA, de R\$ 5,3 milhões em 2011, indo para R\$ 4,6 milhões em 2012, o percentual (total de tributos/VA) foi inversamente proporcional para o mesmo período: 23% em 2011 e 28% em 2012. Assim, retoma-se a observação para o cuidado com valores absolutos.

4.1.3.4.3 Destinação do VA a ser Reinvestido na própria Entidade

Uma das principais importâncias desse quesito situa-se na análise de empresas que se instalam em determinado local apenas com objetivo de retirar vantagens econômicas. Não demonstram preocupação em manter-se de modo perene na localidade, e todos os resultados positivos são transferidos para outras localidades, normalmente suas matrizes/sedes.

A Tabela 8 e o Gráfico 13, seguintes, reportam à parcela do VA gerado nas cooperativas COMIVA, SICOOB e UNICRED. A Tabela destaca os valores em reais, e o Gráfico reporta à participação percentual desses valores dentro de cada entidade, utilizando-se o seguinte quociente: valor total retido pela cooperativa / VAT.

Tabela 8- Distribuição VA gerada e retida na própria cooperativa (2001 – 2012)

Parcela VA Retido/Reinvestido	2011	% VA	2012	%VA
8.6) Superávit / (déficit) do exercício - COMIVA	59.577,00	0,01	195.022,00	0,00
8.6) Superávit / (déficit) do exercício - SICOOB	3.204.230,00	0,34	4.633.510,00	0,28
8.6) Superávit / (déficit) do exercício - UNICRED	487.658,00	0,01	20.576,00	0,16

Fonte: adaptada pelo autor de COMIVA (2013), SICOOB (2012), e UNICRED (2012)

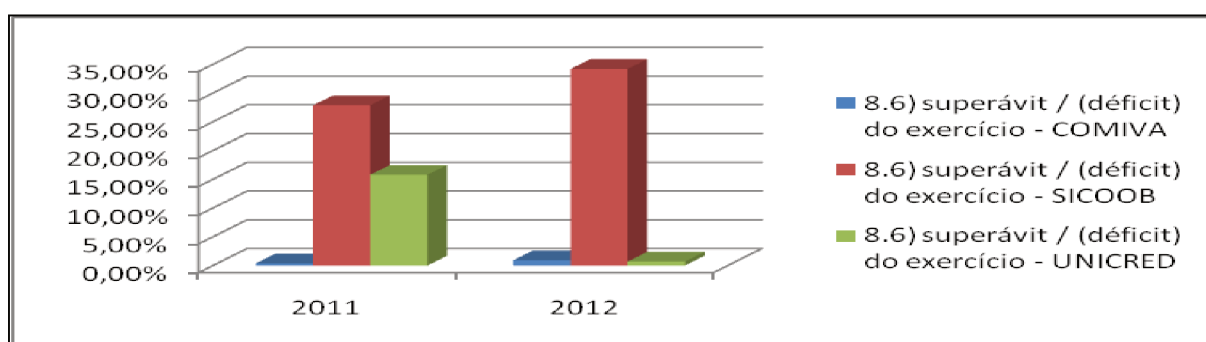


Gráfico 13 – Distribuição % VA gerada e retida na própria cooperativa (2001 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de COMIVA (2013), SICOOB (2012), e UNICRED (2012)

Nesse quesito, a SICOOB aparece nitidamente como a entidade de maior destaque, apresentando valores absolutos (R\$) e percentuais bem superiores às demais cooperativas analisadas.

Nesse caso, as sobras nas cooperativas são estatutariamente destinadas a compor fundos de reserva específicos (reserva legal, FATES, e remuneração do capital social). Somente após essa destinação das sobras é que a parcela restante fica disponível à deliberação para sua destinação, podendo ainda continuar reforçando o capital social ou ser destinada a dividendos.

Esse resultado pode ser considerado, em cooperativas, como um fator positivo para desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social. Certamente esse é um dos fatores que mais diferenciam as empresas cooperativas das demais modalidades.

Ainda retomando os indicadores apresentados, destaca-se que esse quesito, a parcela do VA que fica retido na empresa, pode também representar a eficácia administrativa dos gestores e a política da sociedade em manter-se e continuar sediada na localidade onde se encontra. A empresa que não investe nela mesma pode configurar um tipo de negócio que busca explorar alguma oportunidade momentânea e a qualquer hora pode se mudar.

Nesse quesito existem duas vertentes que podem adotadas como política do negócio, e que no caso de cooperativas uma delas é perfeitamente aceita. A primeira se relaciona com o capitalismo, e parte do princípio que o objetivo da empresa é obter lucro. Nesse caso o resultado apresentado pela SICCOB foi realmente o de maior eficiência.

A segunda vertente se remete aos ideais da economia solidária, que deu origem ao cooperativismo, e nesse caso o objetivo da empresa não é o lucro. Se uma entidade não obtém resultado positivo em suas operações premeditadamente, em virtude de políticas comerciais em que a margem de negociação é a menor possível, e dessa forma busca oferecer aos sócios/clientes produtos e serviços mais acessíveis, não há por que esperar desse indicador valores expressivos. Se os números apresentados pela COMIVA foram decorrentes de ações previamente planejadas, aí poderia apontá-la como a empresa que conseguiu o melhor desempenho.

Acrescenta-se, neste debate, as considerações da tese da corrente do crescimento zero, anunciada nos estudos por Santos *et al.* (2012), que está ligada à preocupação relacionada à evolução e ao crescimento contínuo frente à capacidade de suporte do planeta. As cooperativas seriam uma modalidade que hipoteticamente

teriam viabilidade de adotar a teoria anunciada, pois um de seus princípios defende justamente que a sociedade cooperativa não visa lucro.

Sob esse olhar a SICOOB, ao contrário do que aparentemente representa, poderia configurar-se como a Cooperativa que mais teve sobras, mas, no entanto, não teria alcançado bom desempenho na dimensão social, pois se a cooperativa não tem fins lucrativos, não tem sentido a empresa ter grandes sobras se o sócio/cooperado e cliente, ao adquirirem produtos e serviços poderiam ter pago preços menores e, conseqüentemente, os resultados alcançados não representariam ganho na dimensão da sustentabilidade social.

Essa questão de objetivo social também permite e dá oportunidade para um estudo à parte. É importante relembrar que escopo do presente estudo está no debate sobre a DVA como ferramenta de mensuração do desenvolvimento em sua dimensão da sustentabilidade social.

4.1.3.4.4 Análise dados DVA Cooperativas X VA Mineiros - 2010-11 a 2011-12

Visto que os dados estatísticos sociais evidenciam o VA de localidades e regiões, além daqueles nacionais, a DVA permite comparar a participação e a evolução de entidades, grupo de negócios e segmentos com as informações públicas, basta para isso que as empresas elaborem e divulguem sua DVA.

Na sequência, encontram-se demonstradas as informações do VA de Mineiros divulgadas por órgãos oficiais do estado de Goiás, e os indicadores retirados da DVA das cooperativas abordadas neste estudo.

	2010/2011	2011/2012	Evolução		
VA Mineiros	973.105.000	1.054.586.000	8%	Mineiros	8%
VA COMIVA	7.347.283	8.519.168	14%	Evolução Média das Cooperativas	9%
VA SICOOB	11.493.884	13.549.131	15%		
VA UNICRED	3.088.281	3.039.051	-2%		

Quadro 8 - Evolução do VA das Cooperativas Estudadas X VA Mineiros (valores em R\$)
Fonte: adaptado pelo autor de INSTITUTO MAURO BORGES (2013); COMIVA (2013); SICOOB (2012); UNICRED (2012)

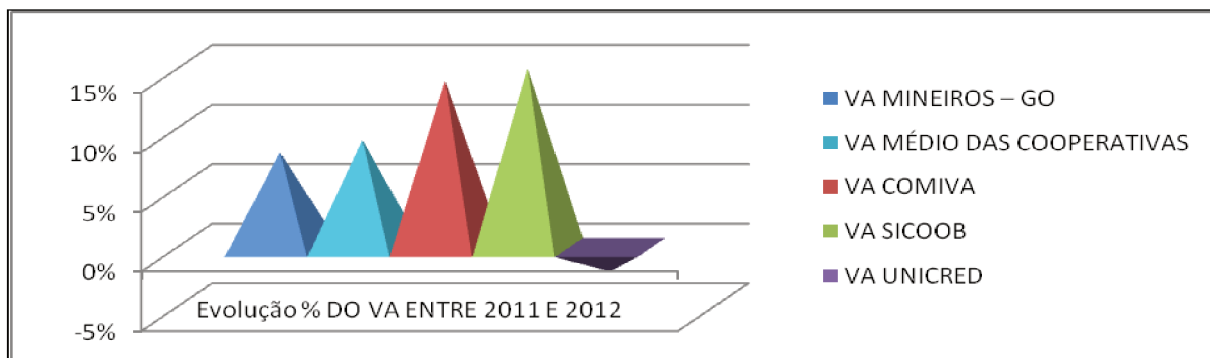


Gráfico 14 – Evolução % VA Mineiros – GO, Média Cooperativas, COMIVA, SICOOB, UNICRED (2011 – 2012)

Fonte: adaptado pelo autor de INSTITUTO MAURO BORGES (2013); COMIVA (2013); SICOOB (2012); UNICRED (2012)

Tabela 9 - Comparativo da Participação do VA das Cooperativas Estudadas X VA Mineiros

	2010-11	2011-12
VA COMIVA / VA MINI	0,755%	0,875%
VA SICOOB / VA MINI	1,181%	1,392%
VA UNICRED / VA MINI	0,317%	0,312%
VA Total das Coop. / VA MNI	2,254%	2,381%

Fonte: adaptada pelo autor de INSTITUTO MAURO BORGES (2013); COMIVA (2013); SICOOB (2012); UNICRED (2012)

Para inferir uma opinião inequívoca sobre a participação das cooperativas na dimensão do município, o estudo deveria apresentar maior base de dados, como os de todas as cooperativas, ou dados amostrais estatisticamente comprovados, mas o objetivo do estudo é testar a DVA como uma ferramenta capaz de medir e comparar o desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social, e ainda, se as cooperativas poderiam ser uma modalidade empresarial que permitem promover o desenvolvimento com maior eficiência que as demais formas jurídicas de empresas.

Ao observar os dados dos quadros anteriores verifica-se que a evolução do VA gerada pela maioria das cooperativas foi proporcionalmente na média, acima do que foi gerado no Município. Outro dado é a participação do VA das cooperativas estudadas que representou, aproximadamente, 2,3% e 2,4% do VA do município de Mineiros nos anos de 2011 e 2012, respectivamente.

Conforme destacado, em função do universo estudado não há como tecer considerações consistentes, porém percebe-se o poder de informação que a DVA proporciona, tanto em análises isoladas de uma entidade, na comparação entre

entidades, e ainda como nesse foco: a comparação de informações entre empresas de uma localidade específica ou região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bessa (2006) propõe que o termo desenvolvimento deva ter como princípio ações que promovam a melhoria da qualidade de vida e bem-estar de todos. Nesse contexto, o estudo das cooperativas de Mineiros (GO) permitiu, por meio da análise da DVA, verificar uma expressiva parcela da participação de uma empresa nesse contexto.

No caso, evidencia-se a capacidade de as empresas promoverem emprego e renda pela parcela do VA destinada a empregados e encargos sociais, e ainda a parcela do VA destinada a impostos, que é a contribuição da empresa para geração de renda do Estado, possibilitando que este cumpra seu papel com a oferta de saúde, educação, segurança e outros serviços.

O VA que uma empresa consegue gerar, ou retirar de um sistema, representa o quanto essa célula social cresceu, e por meio da DVA se observa a destinação do VA gasto com impostos, funcionários e quanto é autoinvestido: a parcela que é dedicada a ampliar o capital da cooperativa.

Assim, é possível perceber qual a política empresarial, a preocupação e envolvimento dessa entidade com o meio em que ela se relaciona e interage, permitindo mensurar e comparar empresas pela capacidade de promover o desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social.

São também ações que comungam com as condições estabelecidas por Bessa (2006) para o pleno desenvolvimento regional. São ações promovidas pelas cooperativas, decorrentes da aplicação dos princípios internacionais do cooperativismo, conforme definido por Singer (2002) e assegurados pela legislação das cooperativas, a Lei 5.764/71, que trata da distribuição de suas sobras, devendo parte dela ser direcionada para um fundo de assistência e treinamento social.

Eis que essas considerações justificam as parcelas consideráveis do VA destinadas ao campo do superávit/déficit do exercício encontrado na DVA, portanto a destinação desses gastos configura a promoção da sustentabilidade social e permite contribuir com consolidação do desenvolvimento regional aos moldes suscitados na revisão teórica apresentada.

A análise da dimensão da sustentabilidade social evidenciada neste estudo, por meio da DVA, permite constatar que os dados evidenciados possibilitam identificar as ações das empresas comprometidas com o desenvolvimento. No

entanto, outras informações são essenciais para serem cruzadas com as extraídas da DVA e, assim, será possível ampliar a base de observação para além da dimensão social do desenvolvimento.

Assim como define o CPC-09, documento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2013), o modelo da DVA não limita sua ampliação e evolução. Isso pode ser observado na DVA das cooperativas analisadas com o item que trata de serviços gratuitos e beneficentes, que já representam um campo extra, ao ser comparado com o modelo proposto pelo CPC-09.

É também perfeitamente exequível a inclusão de um campo que reporte os gastos com programas de recuperação ambiental e qualquer outro gasto dentro da dimensão ecológica, e assim ampliar a abrangência da DVA.

A proposta deste estudo partiu de questionamentos sobre mecanismos e ferramentas que permitam mensurar a dimensão social do desenvolvimento econômico, e nesse sentido a pesquisa analisou a DVA com dados de três cooperativistas. Tal seleção levou, ainda, a verificar o potencial de geração e promoção de desenvolvimento, em especial na dimensão social dessa categoria da empresa.

Antes de elucidar as considerações finais, é importante reforçar que o desenvolvimento econômico ocorre numa óptica divergente do simples enriquecimento, e deve promover não só o crescimento da economia, mas proporcionar a um grupo social o seu bem-estar, dessa forma os atuais indicadores de desenvolvimento têm reportado uma visão míope desse panorama, focando principalmente o enriquecimento sem a preocupação de sua distribuição.

Nessa dinâmica, faz-se necessária e urgente a elaboração de mecanismos, que possam evidenciar informações de maior amplitude, capazes de prover os atores sociais de subsídios necessários para planejamento e ações de um desenvolvimento sustentável.

A DVA, que é uma peça de demonstração financeira e social, passou a ser obrigatória no Brasil após o ano de 2007, no entanto sua exigência é restrita à instituição financeira e sociedade anônima de capital aberto, o que pode justificar sua baixa popularidade e utilização.

Conforme se verifica no contexto deste estudo, a DVA é uma demonstração que evidencia inúmeras informações, que podem ser analisadas de modo isolado ou

em conjunto, capaz de reportar as políticas e ações sociais de uma empresa destinadas à comunidade e à região onde se encontra instalada.

Toda sociedade empresarial está sujeita a manter escrituração contábil regular de sua movimentação financeira, mas a maioria das empresas elabora apenas o Balaço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). A DVA se mostra, então, uma peça que poderia ser confeccionada, permitindo maior abrangência da interpretação das ações de uma entidade, visto que todos os requisitos necessários à sua elaboração já estão disponíveis na escrituração da contabilidade.

Como foi demonstrado, a elaboração da DVA se dá basicamente a partir da DRE, além de outros dados que podem ser extraídos com facilidade da escrituração contábil, assim, é uma peça que não demanda alta complexidade em sua confecção, e pode certamente ser adotada pelas empresas, bem como pelos organismos e instituições que estudam o desenvolvimento regional.

Enfim, o estudo pode confirmar que a elaboração da DVA é plenamente aplicável às sociedades empresariais, como mecanismo destinado a analisar eventos ligados à promoção de desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social.

As informações produzidas por esta demonstração podem colaborar e servir como indicadores de medida do desenvolvimento econômico de uma empresa, e, em especial, extrair indicadores que evocam análises além da dimensão econômica, permitindo verificar aspectos sociais, que ao serem evidenciados permitem planejar ações capazes de promover desenvolvimento, ou seja, melhoria da qualidade de vida e bem-estar das pessoas e região.

Conforme relatado, o PIB reporta apenas o montante da riqueza gerada numa região (dados econômicos), já a DVA, semelhante ao PIB, é uma ferramenta que evidencia a riqueza gerada por um grupo empresarial, no caso o valor adicionado (VA).

O diferencial da DVA está em demonstrar o destino do VA, permitindo identificar quanto essa célula social contribuiu, por exemplo, com salários e tributos (dados sociais). Esses gastos representam uma forma de distribuição de renda, e permitem contribuir com a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida em uma região, proporcionando ganhos do desenvolvimento na dimensão da sustentabilidade social.

Na análise do VA gasto com pessoal e encargos indicou-se que a COMIVA destinou a maior parcela em valores reais para tal categoria: 7,8 milhões de reais no ano de 2011 e 8,7 milhões de reais no ano de 2012. A UNICRED, no mesmo período, destinou o maior percentual do VA gerado para essa mesma categoria, 51% em 2011 e 67% em 2012.

Esses dados representam a contribuição dessas empresas no quesito distribuição de renda à comunidade por meio de salários, e com base nas opiniões apresentadas dos teóricos estudados representam uma parcela de participação das empresas para o desenvolvimento regional na dimensão social.

Tinoco (2010) destaca que as informações relacionadas à sustentabilidade social, na esfera dos colaboradores, deve esclarecer além de questões relacionadas ao salário, como é a contratação, a promoção, evolução e as condições de trabalho. Todos esses dados não estão disponíveis na DVA, mas ela, de uma forma bem rápida e transparente, elucida informações iniciais dessa análise, e mesmo com algumas limitações a DVA, além de esclarecer algumas dúvidas, provoca novos questionamentos que contribuem para o amadurecimento dos *stakeholders* que mantiverem contato com as informações reportadas na DVA.

Nos demais indicadores analisados, a destinação do VA para tributos e o VA retido na própria entidade possibilitaram, da mesma forma, identificar qual das cooperativas obteve o melhor desempenho e maior vulnerabilidade para a promoção de desenvolvimento.

No caso do quesito tributos a COMIVA teve a maior participação, tanto em valores brutos, quanto em percentual. São 5,3 milhões de reais, representando 23% do VA gerados em 2011, e 4,6 milhões de reais com 28% no ano de 2012. No quesito destinado à retenção do VA na própria empresa, a SICOOB obteve o melhor desempenho, 4,6 milhões de reais no ano de 2011 e 3,2 milhões em 2012, o que correspondeu a um percentual entre 25% e 35% do VA gerado por essa cooperativa.

Ambos indicadores, assim como o de participação dos trabalhadores, permitiram comprovar a capacidade de a DVA reportar e comparar a participação dessas cooperativas para a promoção do desenvolvimento regional.

O segundo objetivo deste estudo, que permeou pela constatação de as cooperativas constituírem modalidade empresarial diferenciada no rol de empresas promotoras do desenvolvimento regional, pode-se registrar apenas que, teoricamente, os princípios, a legislação e estatutos do cooperativismo evidenciam

potencial positivo para tal propósito, porém os dados analisados foram insipientes para reportar e responder tal questionamento.

Nessa ocasião, um destaque especial deve ser registrado em função da destinação do resultado, das sobras nas cooperativas, em que se destina uma parcela de seu resultado a ações de promoção de educação e treinamento do quadro social. Isso difere claramente das demais modalidades de empresas, cujo objetivo normalmente está voltado para destinar a maior parte possível dos resultados aos seus sócios, e que em sua maioria não participa nem como fornecedor, nem como consumidor de seus produtos e serviços.

Em suma, a DVA se mostra como uma ferramenta capaz de alargar análises e debates essenciais para a sociedade empresarial e demais membros da comunidade, necessários para comprovar a responsabilidade social corporativa das empresas.

O poder de informação que a DVA proporciona, tanto em análises isoladas de uma entidade, como na comparação entre entidades, e ainda a possibilidade de comparar informações entre empresas e uma localidade específica ou Região, permite inferir que nos debates sobre desenvolvimento regional é imprescindível manter assento permanente da ciência contábil e suas ferramentas.

REFERÊNCIAS

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**; tradução de GUARESCHI, Pedrinho A. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. **Responsabilidade social das empresas: práticas sociais e regulamentação jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BRASIL. Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. **Alterações na Lei das sociedades por ações**. Brasília: Casa Civil, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BRASIL. Lei 4.504 de 30/11/1964 – **Estatuto da terra**. Brasília: Casa Civil, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 06 set. 2013.

BRASIL. Lei 5.764 de 16/12/1971 – **Lei das sociedades cooperativas**. Brasília: Casa Civil, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em 05 set. 2013.

BRASIL. Lei 10.406 de 10/01/2002 – **Código Civil**. Brasília: Senado Federal, 2010.

CARRIJO, Ed Licys e MIZIARA, Fausto. A expansão do setor sucroalcooleiro como uma nova etapa da fronteira agrícola em Goiás: estudo de caso no município de Mineiros. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis, v. 05, nº 02, jul-dez/2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Legislação**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=6>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS DE CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09: Demonstração do valor adicionado**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

COMIVA. **História – COMIVA**. Mineiros: COMIVA, 2012. Disponível em: <http://www.comiva.com.br/?link=sub_menu&qual=historia>. Acesso em: 19 set. 2013.

_____. **Relatório da administração**. Mineiros: COMIVA, 2013. Disponível em: <<http://www.comiva.com.br>>. Acesso em: 19 set. 2013.

COSTA, Josias Dias da. **História de Mineiros**. Disponível em: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/go/mineiros/historia.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº 01/00**. Rio de Janeiro: CVM/SNC, 2000. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/atos/oficios/ofsnc-sep01-00.asp>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves de; RIBEIRO, Maisa de Souza. Evolução e estrutura do Balanço Social no Brasil e países selecionados: um estudo empírico. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 2, art. 9, p. 136-152, Maio/Ago. 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_zip/a_640.zip>. Acesso em: 11 dez. 2012.

DOWBOR, Ladislau. Inovação Social e Sustentabilidade. In: FARTUS, Daniele (org.). **Inovações Sociais**, p. 35 – 69, Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/05/15/569/20130904104218759870i.pdf#page=35>. Acesso em 21 nov. 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERREIRA, Flávio Smania et al. Responsabilidade social corporativa no processo estratégico das organizações: uma abordagem através do balanço social. Ourinhos: **VII SEMEAD**. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7Semead/paginas/artigos%20recebidos/Socioambiental/SA05_Respons_Social_Corporativa_Proc_Estrategi.PDF>. Acesso em: 11 dez. 2012.

FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento municipal (IDFM)**. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, 2014. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=GO&IdCidade=521310&Indicador=1&Ano=2006>>. Acesso em: 15 de jan. 2014.

FREGONESE, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Investimentos socioambientais na demonstração do valor adicionado: formação ou distribuição do valor adicionado?** São Paulo: USP, 2009.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas nacionais trimestrais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000013194505112013451229740758.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

INSTITUTO MAURO BORGES. **Estatísticas Municipais**. Goiânia: Governo de Goiás – SEGPLAN – IMB, 2013. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/perfilweb/Estatistica_bde.asp> Acesso em: 21 abr. 2013.

IUDÍCIBUS, S. et al. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia do trabalho científico**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAFRIG GROUP. **Relatório Anual 2009 e 2012**. Disponível em: <<http://www.marfrig.com.br>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

PALACÍN, Luis; e MORAES, Maria Augusta de S. **História de Goiás**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2008.

PENEDO, Antonio Sérgio Torres. **Limites e possibilidades do balanço social**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção – Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2011. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/1/TDE-2011-05-09T161652Z-3681/Publico/3589.pdf>. Acesso em 16 nov. 2013.

PERDIGÃO. **Perdigão inicia operações do complexo agroindustrial de mineiros**. Disponível em: <http://www.brasilfoods.com/ri/siteri/web/arquivos/Perdigao_PR_20070320_port.pdf> Acesso em: 19 abr. 2013.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **História do cooperativismo**. Nova Petrópolis. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/noticias/labels/Pioneiros%20de%20Rochdale.html>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPEZ, Jorge; e PEDERNEIRAS, Marcleide; org. **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos. **DVA – Uma demonstração que veio pra ficar**. São Paulo: Revista Contabilidade & Finanças, v.16, n° 38, mai/ago. 2005, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772005000200001&script=sci_arttext&tling=es>. Acesso em 10 dez. 2012.

SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: Um conceito multidimensional. Mafr: UnC (Universidade do Contestado), **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**. Ano 2, n. 1, p. 44 – 61, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/download/215/284+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SECRETARIA DE GESTÃO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. **Goiás em dados 2004**. Goiânia: SEGPLAN, 2004a. Disponível em: <www.seplan.go.gov.br/sepin/down/goDados2004.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.

_____. **Estatísticas Municipais: Séries Históricas**. Goiânia: SEGPLAN, 2004b. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em 13 jan. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio José. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SICCOB-MINEIROS. **Histórico**. Mineiros: Sicoob-Mineiros, 2012. Disponível em: <<http://www.sicoobmineiros.com.br/?q=node/38>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

SILVA, Matiniano José. **Parque das emas: última pátria do cerrado**. 3.ed. Goiânia: Kelpes, 2011.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO ESTADO DE GOIÁS. **Cooperativismo goiano**. Goiânia: OCB-GO, 2014. Disponível em: <<http://www.ocbgo.org.br/buscarCooperativa.sp>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2002.

STEINMETZ, Adriane. **Mineiros e Portelândia mostram falhas e destaques**. Mineiros: Folha do Planalto, Edição 19, Ano II, fl. 03, 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social e o relatório da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

THIAGO, Fernando. **A comunidade quilombola do Cedro, Mineiros GO: etnobotânica e educação ambiental**. Cáceres: UNEMAT, 2011. Disponível em: <http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2011/dissertacao_fernando.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.

TREVISAN, Fernando Augusto. Balanco Social como instrumento de marketing. São Paulo: **RAE-eletron**. v.1, n°2, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200017&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 dez. 2012.

UNICRED. **Histórico e Rede de atendimento**. Rio Verde-GO: Unicred Sudoeste Goiano, 2012. Disponível em: <<http://www.unicredsudoestegoiano.com.br/historico.php>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

VIEIRA, Edson Trajano. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional**: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX. Tese de Doutorado em História Econômica – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

ZANLUCA, Júlio César. **Manual das cooperativas**. São Paulo: Maph Editora, 2012. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/downloads>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

ANEXO A – Balanço Patrimonial (Ativo) da COMIVA

DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2012
ATIVO	113.022.933,85	115.964.947,55
CIRCULANTE	66.487.323,97	69.950.446,06
DISPONIBILIDADES	2.181.995,07	2.753.875,89
CASA	341.890,82	294.519,82
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.305.456,48	747.564,43
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	534.647,67	1.711.791,63
VALORES A RECEBER	42.917.303,66	45.688.761,10
CONTAS CORRENTES	39.749.734,15	37.108.056,08
ADANTAMENTOS	2.995.895,04	8.405.227,67
IMPOSTOS A RECUPERAR	171.683,47	75.477,35
ESTOQUES	21.257.193,27	21.841.126,57
PRODUTOS DE REVENDA	13.727.347,61	12.189.337,24
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	388.146,58	1.552.947,38
MATERIA PRIMA	3.215.944,05	2.809.157,50
PRODUTOS AGRICOLAS PROPRIOS	3.336.434,22	3.522.927,05
PRODUTOS AGRICOLAS ARMAZENADOS	419.688,80	504.565,40
MOVEIS DESTINADOS A VENDA	169.632,00	871.892,00
DISPÊNDIOS ANTECIPADOS	50.831,87	66.682,51
NÃO CIRCULANTE	46.535.609,88	46.014.501,49
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.304.644,55	3.515.536,03
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.166.747,13	4.175.196,03
(-) RENDA A APROPRIAR - CTN	(1.462.820,86)	(1.462.820,86)
CONTAS CORRENTES	1.438.140,14	1.006.121,67
OUTROS VALORES A RECEBER	316.653,25	326.036,18
(-) PROVISÃO FY CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUIDOSA	(150.669,09)	(528.986,95)
INVESTIMENTOS	6.055.141,52	6.158.685,29
COTAS DE CAPITAL - COOPERATIVAS	1.244.541,52	1.348.005,29
OUTROS INVESTIMENTOS	4.810.600,00	4.810.680,00
IMOBILIZADO	36.255.623,81	36.340.278,17
CUSTOS CORRIGIDOS	38.258.409,46	40.000.988,58
(-) DEPRECIACÖES ACUMULADAS	(2.002.785,65)	(3.660.690,41)

12






Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Presidente
 Julio Sáenz Vieira
 RG 330.031.589 MS
 CPF 813.643.696-63

Vice-presidente
 Antônio Estrela de Aragão
 RG 757.445.059 MS
 CPF 140.076.066-68

Secretário
 Deusimoldy Pasinato Barbosa
 RG 344.260.2 SPTC GO
 CPF 123.250.651-34

Contador
 Valdeir da Costa Soares
 RG 4294.592 DGPC GO
 CPF 885.335.571-20
 CRC 03 17863D-7 GO

ANEXO B – Balanço Patrimonial (Passivo) da COMIVA

DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2012
PASSIVO	113.022.933,86	116.984.947,55
CIRCULANTE	56.685.805,74	61.332.468,41
CREDORES POR FUNCIONAMENTO	26.894.302,92	28.685.314,10
FORNECEDORES	18.217.550,64	22.224.621,72
OUTRAS OBRIGACOES	5.914.639,54	4.545.010,17
SALARIOS E OBRIGACOES SOCIAIS	1.622.777,54	1.761.580,83
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	139.335,20	153.101,38
CREDORES POR FINANCIAMENTO	30.791.502,82	32.647.154,31
FINANCIAMENTOS	31.188.486,87	33.137.243,63
(-) ENCARGOS FINANCEIROS	(396.984,05)	(490.089,32)
NÃO CIRCULANTE	12.460.110,79	9.889.308,03
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.460.110,79	9.889.308,03
CREDORES POR FUNCIONAMENTO	1.696.017,09	670.470,66
OBRIGACOES SOCIAIS	356.627,28	-
OUTRAS OBRIGACOES	1.339.389,81	670.470,66
CREDORES POR FINANCIAMENTO	10.764.093,70	9.218.837,37
FINANCIAMENTOS	11.336.745,58	9.753.056,70
(-) ENCARGOS FINANCEIROS	(582.651,88)	(534.219,33)
PATRIMONIO LÍQUIDO	43.887.017,32	44.743.171,11
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	16.171.217,16	16.871.197,03
CAPITAL SUBSCRITO	17.820.733,78	18.530.151,00
(-) CAPITAL A REALIZAR	(1.649.516,63)	(1.658.953,97)
RESERVAS DE CAPITAL	1.066.602,60	1.066.602,60
SUBVENÇÃO PARA INCENTIVOS FISCAIS	671.050,43	671.050,43
DOAÇÕES / SUBVENÇÕES	390.494,81	390.494,81
SUBVENÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.957,36	3.957,36
RESERVAS DE SOBRAS INFLACIONARIAS	53.439,97	53.439,97
RESERVAS ESTATUTARIAS	5.688.605,95	6.683.496,80
FUNDO DE RESERVA LEGAL	5.357.890,48	6.376.058,29
RATES (RES ASSIST TEC EDUCACIONAL E SOCIAL)	310.815,47	307.438,59
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	20.865.280,10	19.964.289,72
SOBRAS A DISPOSICÃO DA AGO	62.971,55	116.244,91

Subscrevo este balanço, declarando que as informações nele contidas são verdadeiras e não responsáveis por todas elas.

Presidente
Ailton Sérgio Viana
RG 330.031 SSP MS
CPF 613.643.606-53

Vice-presidente
Aldair Pacheco de Araújo
RG 757.446 SSP MS
CPF 140.076.098-88

Secretário
Douglas de Rezende Barbosa
RG 544.280 2 SPTC GO
CPF 123.250.951-34

Convidador
Valdeir de Costa Soares
RG 4254 902 DGPC GO
CPF 986.235.571-20
CRC GO 1796310-7 GO

ANEXO C – Demonstração das Sobras e Perdas da COMIVA

DESCRIÇÃO	31/12/2011 CONSOLIDADO	SOBRAS E PERDAS	RESULTADO	31/12/2012 CONSOLIDADO
INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS BRUTOS	171.402.682,87	187.898.502,92	14.444.987,75	200.375.900,08
INGRESSOS E RECEITAS DE VENDAS	171.767.064,07	180.896.423,58	12.840.711,04	198.643.235,17
INGRESSOS E RECEITAS DE SERVIÇOS	1.635.618,80	802.078,34	1.597.796,23	2.532.674,91
(-) ABATIMENTOS E IMPOSTOS	(5.241.800,00)	(4.248.723,34)	(348.166,52)	(4.898.828,86)
DEV.IMP.INGRESSOS E RECEITAS DE VENDAS	(5.216.712,96)	(4.248.723,34)	(304.400,00)	(4.854.230,00)
IMP.INGRESSOS E RECEITAS DE SERVIÇOS	(25.087,04)	(2,40)	(44.746,52)	(44.398,86)
INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDOS	166.160.882,87	183.649.780,58	14.096.821,23	195.745.076,32
INGRESSOS E RECEITAS DE VENDAS	166.570.290,08	182.740.052,04	12.540.201,40	195.289.944,30
INGRESSOS E RECEITAS DE SERVIÇOS	1.590.592,80	909.728,54	1.556.619,83	2.455.132,02
(-) DESPÊNDIOS/CUSTOS OPERACIONAIS	(182.940.540,34)	(278.907.554,32)	(23.735.611,64)	(396.643.165,17)
DESP.CUSTOS SIMPL. E RECEITAS DE VENDAS	(142.252.208,58)	(262.818.208,28)	(11.585.238,47)	(315.403.447,73)
DESPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS	(13.688.230,55)	(13.089.346,04)	(2.150.373,17)	(15.239.717,44)
SOBRAS E RESULTADOS OPERACIONAIS SETORIAIS	5.220.342,53	6.741.226,26	369.209,59	7.131.911,15
(-) DISP./DESP. REC. OPERAC. COMPLEMENTARES	(3.165.464,92)	(3.036.418,22)	(173.714,12)	(3.218.333,33)
(-) DISPÊNDIOS/DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.407.188,95)	(3.380.546,17)	(208.933,13)	(3.591.475,80)
OUTRAS REC./DESP. E DESP. OPERACIONAIS	300.724,00	341.926,45	38.218,02	362.142,47
SOBRAS E RESULTADOS OPERACIONAIS	2.054.877,61	3.364.162,04	186.472,34	3.903.577,82
INGRESSOS/DESPÊNDIOS FINANCEIROS	(1.790.805,74)	(1.157.331,29)	(186.673,89)	(3.344.003,94)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(1.790.805,74)	(1.157.331,29)	(186.673,89)	(3.344.003,94)
INGRESSOS/RECEITAS FINANCEIRAS	3.540.333,02	2.404.395,48	142.157,37	2.540.583,78
(-) DISPÊNDIOS/DESPESAS FINANCEIRAS	(5.330.638,76)	(5.561.726,76)	(328.630,52)	(5.890.567,78)
SOBRAS E RESULTADOS OPER. LÍQUIDOS	284.232,89	576.233,54	(5.006,90)	569.569,58

Sob as penas da lei, declaro que as informações aqui contidas são verdadeiras e não responsabilizo por todas elas:

Presidente
Júlio Sérgio Vivek
RG 230.021 SSP MG
CPF 813.843.208-53

Vice-Presidente
Fabiano Oliveira de Menezes
RG 757.445 SSP MG
CPF 140.078.098-88

Secretário
Deuzilene Rezende Barbosa
RG 544.290 2 SPTC GO
CPF 123.250.651-34

Contador
Valdirio Costa Soares
RG 4254.932 DIFPC GO
CPF 988.238.873-20
CRC GO 176630-7 GO

ANEXO D – Demonstração das Reversões e Destinação de Sobras e Perdas e do Resultado do Exercício da COMIVA

DESCRIÇÃO	31/12/2011	31/12/2012
01 - SOBRAS/RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	264.332,93	589.566,58
02 - DESTINAÇÕES		
2.1 - LEGAIS		
2.1.2 - RESERVA LEGAL		
ABSORÇÃO DO RESULTADO NEGATIVO COM TERCEIROS	60.624,74	6.857,98
SUBTOTAL - SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	314.857,67	576.224,54
SUBTOTAL - SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO POR ATIVIDADE	314.857,67	576.224,54
2.2 - ESTATUTÁRIAS		
2.2.1 - RESERVA LEGAL		
20% DAS SOBRAS (Art. 63.a)	62.971,53	115.244,91
2.2.2 - RATES		
5% DAS SOBRAS (Art. 63. b)	15.742,88	28.811,23
2.2.3 - CAPITAL SOCIAL		
45% DAS SOBRAS (Art. 63.c)	141.885,95	258.301,03
2.2.4 - AFUCOMVA		
5% DAS SOBRAS (Art. 63.d)	15.742,88	28.811,23
2.2.5 - PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS		
8% DAS SOBRAS (Art. 63.f)	15.742,88	28.811,23
03 - SOBRAS LÍQUIDAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O. (Art. 63.g)	62.971,52	115.244,91

15

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui prestadas são verdadeiras e nos responsabilizamos por estas atas.

			
Presidente Aulo Sáenz Vieira RG 330.031 SSP MS CPF 813.643.500-53	Presidente Adilson Pereira de Moraes RG 757.449 SSP MS CPF 140.079.598-88	Secretário Deuzidom Bezerra Barboza RG 544.290 2 SPTC GO CPF 123.250.851-34	Controlador Valdirio de Costa Soares RG 4284 932 DGPC GO CPF 965.335.871-20 CNC GO 1786370-7 GO

ANEXO E – Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo) da SICOOB - Mineiros

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(EM R\$)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2011
ATIVO CIRCULANTE	73.284.145	52.387.739	PASSIVO CIRCULANTE	36.344.554	24.614.446
DISPONIBILIDADES	792.877	768.129	DEPÓSITOS	29.042.786	19.975.131
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	19.116.370	6.754.541	DEPÓSITOS A VISTA	16.304.321	10.154.472
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	19.116.370	6.754.541	DEPÓSITOS A PRAZO	12.718.185	9.820.659
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	53.219.046	44.716.555	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6.565.428	3.924.376
SETOR PRIVADO	54.852.714	45.313.031	REPASSES INTERFINANCEIROS	6.565.428	3.924.376
(-) PROVISÃO PARA CLD	-1.633.668	-696.476	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS	736.428	714.939
OUTROS CRÉDITOS	187.969	105.616	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	363.529	348.944
CRÉDITOS A RECEBER	170.369	168.016	PROVISÃO PV PAGTOS. A EFETUAR	251.745	243.410
(-) PROVISÃO PARA CLD	-82.400	-62.400	CREDORES DIVERSOS NO PAÍS	121.154	122.585
OUTROS VALORES E BENS	47.883	42.898	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.483.243	3.298.962
BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	20.000	20.800	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS	3.483.243	3.298.962
DESPESAS ANTECIPADAS	27.083	22.098	FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	244.112	244.112
			SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	3.239.131	2.955.950
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.439.553	9.866.734	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.895.991	34.439.965
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.234.914	5.907.067	CAPITAL	28.831.926	21.196.667
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.996.766	4.758.919	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	28.864.119	21.122.767
SETOR PRIVADO	6.170.542	4.822.308	CAPITAL A REALIZAR	-32.193	-16.100
(-) PROVISÃO PARA CLD	-183.776	-63.479	RESERVAS DE SOBRES	13.112.697	10.852.444
OUTROS CRÉDITOS	248.148	248.148	RESERVA LEGAL	7.700.020	6.717.687
DEVEDORES DEPÓSITO EM GARANTIA	248.148	248.148	FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL	5.410.677	4.134.757
INVESTIMENTOS	3.221.043	2.931.518	SOBRAS ACUMULADAS	2.951.278	2.488.854
AÇÕES E COTAS	3.221.043	2.931.518			
MOBILIZADO	1.957.929	1.898.482			
MOBILIZAÇÕES	2.215.654	2.058.000			
(-) DEPRECIações ACUMULADAS	-257.725	-159.518			
INTANGÍVEL	25.667	23.667			
DIREITO DE USO	40.000	40.000			
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	-14.333	-10.333			
TOTAL DO ATIVO	84.723.698	62.254.473	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO	84.723.698	62.254.473

Mineiros-GO, 31 de Dezembro de 2012

Augusto de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo
CPF: 829.221.438-30Cláudio Brandão Rosendo
Diretor Operacional
CPF: 123.157.371-68Nelson Gonçalves do Prado
Técnico em Contabilidade CRC-GO 017.418/9
CPF: 814.993.271-68Cooperativa de Crédito de Livre Adesão do Vale do Açuquém, Ltda.
Segunda Avenida nº 30 - Centro - Mineiros-GO - CEP 75.230-000 - Caixa Postal 80 - Tel/Fax (35) 3861-1988
www.sicooobmineiros.com.br - atendimento@sicooobmineiros.com.br
OUVIDORIA DO SICOOB: 800 712 3938

ANEXO F – Demonstração das Sobras e Perdas da SICOOB - Mineiros



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO
(Em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2012	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.812.939	14.618.406	11.416.284
Operações de Crédito	7.812.939	14.618.406	11.416.284
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-1.957.373	-2.943.027	-1.375.971
Operações de Captação no Mercado	-797.239	-1.440.454	-1.078.487
Operações de Empréstimos, Cessão e Repesas	-177.819	-310.137	-232.689
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-982.315	-1.192.436	-64.795
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.855.566	11.675.379	10.040.313
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-310.911	-557.895	-482.046
Receitas de Prestação de Serviços	32.923	58.329	75.934
Rendas de Tarifas	174.383	304.560	244.463
Outras Receitas Operacionais	1.365.639	2.764.065	2.216.693
Despesas de Pessoal	-1.159.905	-2.189.981	-1.806.941
Outras Despesas Administrativas	-597.166	-1.253.202	-1.083.519
Despesas Tributárias	-3.520	-10.507	-8.505
Outras Despesas Operacionais	-123.265	-231.159	-120.171
RESULTADO OPERACIONAL	5.544.655	11.117.484	9.558.267
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-1.516.140	-1.516.140	-1.520.429
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS	4.028.515	9.601.344	8.037.838
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-4.973	-8.536	-5.374
SOBRAS DO EXERCÍCIO	4.023.542	9.592.808	8.032.464

Mineiros-GO, 31 de Dezembro de 2012

Augusto de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo
CPF: 029.221.438-30

Clarimundo Brandão Resende
Diretor Operacional
CPF: 123.157.371-68

Nilson Gonçalves do Prado
Técnico em Contabilidade CRC-GO 017.418/0
CPF: 814.990.271-68

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Araguaia Ltda.
Segunda Avenida nº 53 - Centro - Mineiros-GO - CEP 75.830-000 - Caixa Postal 66 - Tel/Fax (64) 3665-1988
www.sicoobmineiros.com.br - mineiros@sicoobmineiros.com.br
DUVIDORIA DO SICOOB: 0800 725 9996

ANEXO G – Demonstração das Reversões e Destinação de Sobras e Perdas e do Resultado do Exercício da SICOOB - Mineiros



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRES		SOBRAS DE PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	FAC		
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2019	15.431.807	3.968.999	2.919.831	1.796.498	15.205.235
1 - AUMENTOS DE CAPITAL:	5.874.868	0	-2.919.831	-1.796.498	1.217.537
1.1 - Por Incorporação de Sobras	1.796.498			-1.796.498	0
1.2 - Por Incorporação de Reservas	2.919.831		-2.919.831		0
1.3 - Por Integrações	1.508.500				1.508.500
1.4 - Devolução de Capital	-510.973				-510.973
2 - OUTROS EVENTOS:	0	450	0	0	450
2.1 - Retirada de Capital					0
2.2 - Ajustes de Períodos Anteriores					0
2.3 - Reversões de Reservas		450			450
3 - SOBRES DO PERÍODO	0	0	0	3.552.893	3.552.893
3.1 - Do Exercício de 2011				3.552.893	3.552.893
4 - DESTINAÇÕES:	0	851.138	4.134.757	-7.872.039	-3.896.144
4.1 - Resultado com Taxas		34.187		237.049	261.236
4.2 - Fases				-826.951	-826.951
4.3 - Reserva Legal		808.951		-808.951	0
4.4 - Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			4.134.757	-4.134.757	0
4.5 - Outros - Juros sobre Capital				-1.520.429	-1.520.429
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2011	21.194.667	6.117.867	4.134.757	2.480.854	24.228.365
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	5.874.868	851.138	1.233.339	734.256	8.283.759
1 - AUMENTOS DE CAPITAL:	7.735.258	0	-4.134.757	-2.480.854	1.198.648
1.1 - Por Incorporação de Sobras	2.480.854			-2.480.854	0
1.2 - Por Incorporação de Reservas	4.134.757		-4.134.757		0
1.3 - Por Integrações	1.818.281				1.818.281
1.4 - Devolução de Capital	-508.033				-508.033
2 - OUTROS EVENTOS:	0	574	0	0	574
2.1 - Retirada de Capital					0
2.2 - Ajustes de Períodos Anteriores					0
2.3 - Reversões de Reservas		574			574
3 - SOBRES DO PERÍODO	0	0	0	11.188.948	11.188.948
3.1 - Do Exercício de 2012				11.188.948	11.188.948
4 - DESTINAÇÕES:	0	983.759	5.419.677	-8.157.679	-1.763.234
4.1 - Resultado com Taxas				244.786	244.786
4.2 - Fases				-491.680	-491.680
4.3 - Reserva Legal		983.759		-983.759	0
4.4 - Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			5.419.677	-5.419.677	0
4.5 - Outros - Juros sobre Capital				-1.516.143	-1.516.143
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2012	28.851.328	7.101.626	5.419.677	2.851.278	34.233.909
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	7.735.258	984.133	1.235.328	470.434	10.425.213

Mineiros-GO, 31 de Dezembro de 2012

Augusto de Oliveira Carvalho
Diretor Administrativo
CPF: 829.221.438-30

Clarivando Brandão Resende
Diretor Operacional
CPF: 123.157.371-68

Nilson Gonçalves do Prado
Técnico em Contabilidade CRC-GO 817.4195
CPF: 814.998.371-68

ANEXO H – Balanço Patrimonial (Ativo) da UNICRED



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás.

Rua 05 Qtd. G Lot. 1 – Jardim Brasília - Rio Verde - GO
Fone: (61) 3623-5005 Fax: (61) 3623-4259 – CEP: 75.906-250
E-mail: sulgo_correla@unicredgo.com.br
CNPJ: 03.047.548/0001-00

Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31/12/2012 e 31/12/2011

ATIVO	Em Real	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante	43.815.073	30.758.348
Disponibilidades	238.680	145.134
Títulos e Valores Mobiliários - Nota 4	-	127.511
Relações Interfinanceiras - Nota 5	25.897.912	21.144.408
Cheques e Outros Papéis	1.843	9.848
Centralização Financeira	25.896.069	21.134.580
Operações de Crédito - Nota 6	16.795.338	8.929.393
Outros Créditos - Nota 7	513.071	395.518
Outros Valores e Bens - Nota 8	170.072	16.384
Não Circulante	14.837.870	13.603.651
Realizável a Longo Prazo	12.312.970	12.645.427
Operações de Crédito - Nota 6	12.312.970	12.645.427
Permanente	2.324.900	958.224
Investimentos - Nota 9	1.562.482	491.967
Imobilizado de Uso - Nota 10	478.450	436.004
Diferido - Nota 10	2.898	10.222
Intangível - Nota 11	181.070	20.031
TOTAL	58.252.943	44.361.999

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paulo César de C. Teles
Diretor Presidente

Aparecida Andreani Giffoni
Diretor Resp. Área Contábil

Valdeir Alves Rocha
Contador
CRC: GO-18226/D-8

ANEXO I – Balanço Patrimonial (Passivo) da UNICRED



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás.

Rua 05 Qd. G Lot. 1 – Jardim Brasília – Rio Verde – GO
Fone: (64) 3623-9005 Fax: (64) 3623-3259 – CEP: 75.996-050
E-mail: sulgo_consis@unicredgo.com.br
CNPJ: 03.047.549/0001-30

Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31/12/2012 e 31/12/2011

PASSIVO	Em Reais	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante	43.344.279	35.811.809
Depósitos - Nota 12	41.203.413	34.298.631
Depósito à Vista	12.982.777	8.753.286
Depósito a Prazo	28.220.636	25.545.345
Relações Interdependenciais - Nota 13	67.215	44.438
Outras Obrigações - Nota 14 a 17	2.073.652	1.468.740
Cobrança e Arrecadações de Tributos e Assemelhados - Nota 14	3.827	3.467
Sociais e Estatutárias - Nota 15	52.677	112.692
Fiscais e Previdenciárias - Nota 16	177.719	133.242
Diversas - Nota 17	1.839.428	1.219.339
Não Circulante	3.846.878	169.046
Exigível a Longo Prazo		
Depósitos a Prazo	3.846.878	169.046
Patrimônio Líquido - Nota 18	11.061.786	8.381.144
Capital Social	9.802.280	8.767.984
Reserva de Sobras	1.156.911	1.359.387
Sobras Acumuladas	102.595	253.773
TOTAL	58.252.943	44.361.999

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paulo César de C. Teles
Diretor Presidente

Aparecida Andreani Giffoni
Diretor Resp. Área Contábil

Valdeir Alves Rocha
Contador
CRC: GO-18226/O-5

ANEXO J – Demonstração das Sobras e Perdas da UNICRED



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás.

Rua 05 Qd. G Lot. 1 – Jardim Brasília - Rio Verde - GO
Fone: (64) 3623-5005 Fax: (64) 3623-5259 – CEP: 75.906-250
E-mail: sulgo.cons@unicredays.com.br
CNPJ: 03.047.548/0001-20

Demonstração de Sobras ou Perdas - Exercício findo em 31/12/2012 e 31/12/2011

	2º Semestre / 2012	31/12/2012	31/12/2011
Ingressos da Intermediação Financeira	4.257.343	8.361.965	7.380.231
Operações de Crédito	3.257.052	6.275.612	5.344.802
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	6.461	15.190	17.288
Ingressos de Depósitos Interooperativos	993.831	2.071.163	2.018.142
Dispêndios da Intermediação Financeira	(1.158.073)	(2.870.226)	(2.594.188)
Operações de Captação no Mercado	(1.055.317)	(2.205.047)	(2.201.533)
Provisão para Operações de Crédito	(102.756)	(665.180)	(392.653)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	3.099.270	5.491.739	4.786.045
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais	(2.603.154)	(4.821.640)	(3.441.304)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	379.260	701.880	505.296
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(1.073.892)	(2.028.023)	(1.571.465)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.753.894)	(3.175.056)	(2.402.840)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(18.039)	(47.153)	(46.518)
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	12.198	35.758	208.976
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(148.788)	(309.046)	(134.753)
Resultado Operacional	496.115	670.999	1.344.741
Resultado Não Operacional	11.709	15.452	10.892
Resultado Com Ato Não Cooperativo - Nota 17		(30.721)	(19.888)
Resultado Antes da Tributação e Participações	507.824	654.830	1.335.544
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.446)	(13.166)	(8.525)
Sobras ou Perdas Líquidas do 2º Semestre	503.378	641.664	1.327.020
Participações Estatutárias nas Sobras		(68.397)	(592.137)
F.A.T.E.S. - Nota 15		(17.099)	(84.591)
Reserva de Capital - Nota 13		-	(253.773)
Reserva Legal - Nota 18		(51.298)	(253.773)
Juros Sobre Capital Próprio - Nota 15	(470.672)	(470.672)	(481.110)
Sobras/Perdas à Disposição da A.G.O - Nota 18	32.706	102.595	253.773

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paulo César de C. Teles
Diretor Presidente

Aparecida Andreani Giffoni
Diretor Resp. Área Contábil

Valdeir Alves Rocha
Contador
CRC: GO-18226/D-5

Unicred Sudoeste e Sul Goiano
Rua 5 Qd.G Lot.1 – Jd.Brásilia – CEP: 75906-250 – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 36235005- www.unicredbrasil.com.br
sulgo.cons@unicredays.com.br

ANEXO L – Demonstração das Reversões e Destinação de Sobras e Perdas e do Resultado do Exercício da UNICRED



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás.

Rua 05 Qd. G Lot. 1 – Jardim Brasília - Rio Verde - GO
Fone: (0xx64) 3623-5005 Fax: (0xx64) 3623-5259 – CEP: 75.906-250
E-mail: sulgo.correio@unicredsys.com.br
CNPJ: 03.047.549/0001-20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Em Reais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Capital	Legal		Totais
	Saldos em 31/12/2010	4.793.245	(271.795)	164.143		851.840
Movimentações de Capital:						
Com Sobras e Reservas	164.143		(164.143)			.
Por Subscrição/Realização	1.842.343	(133.920)				1.708.423
Por Devolução (-)	(107.142)					(107.142)
Incorporação de Juros ao Capital	481.110					481.110
Reversões de Reservas					(164.143)	(164.143)
Sobras ou Perdas Líquidas					865.798	865.798
Fates Atos Não Cooperativos					(19.888)	(19.888)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
. Fundo de Reserva			253.773		(253.773)	.
. Reserva de Capital				253.773	(253.773)	.
. F A T E S					(84.591)	(84.591)
Saldos em 31/12/2011	7.173.699	(405.715)	253.773	1.105.613	253.773	8.381.144
Movimentações de Capital:						
Com Sobras e Reservas	507.546		(253.773)			253.773
Por Subscrição/Realização	2.233.305	93.045				2.326.350
Por Devolução (-)	(270.272)					(270.272)
Incorporação de Juros ao Capital	470.672					470.672
Distribuição de Sobras em CC						
Reversões de Reservas					(253.773)	(253.773)
Sobras ou Perdas Líquidas					201.713	201.713
Fates Atos Não Cooperativos					(30.721)	(30.721)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
. Fundo de Reserva				51.298	(51.298)	.
. F A T E S					(17.099)	(17.099)
Saldos em 31/12/2012	10.114.950	(312.670)	.	1.156.911	102.595	11.061.786

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Paulo César de C. Teles
Diretor Presidente

Aparecida Andreani Giffoni
Diretor Resp. Área Contábil

Valdeir Alves Rocha
Contador
CRC: GO-18228/O-5

ANEXO M – PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS CONTÁBEIS 2008 (CPC)

Características qualitativas das demonstrações contábeis

9 São quatro as principais características qualitativas obrigatoriamente presentes nas demonstrações contábeis: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

10 A **compreensibilidade** se fundamenta no objetivo do pronto entendimento por parte do usuário que tenha as características mencionadas no item 5, mas a complexidade de qualquer matéria não deve levar à falta de registro, de registro adequado ou de evidenciação sob o argumento de eventual dificuldade de entendimento por parte desse usuário.

11 A **relevância** diz respeito à influência de uma informação contábil nas tomadas de decisão. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores. A Relevância depende da natureza e também da materialidade (tamanho) do item em discussão.

12 A **confiabilidade** exige que a informação seja apresentada da forma mais apropriada possível, retratando adequadamente o que se pretende evidenciar (*faithful representation*).

13 Para a confiabilidade estar presente é fundamental que seja sempre respeitada a primazia da essência sobre a forma, ou seja, que no que se espera sejam raros os casos de não conformidade dos documentos formais com a realidade econômica, que esta última prevaleça nas Demonstrações Contábeis.

14 Ainda é necessário também que se observem a neutralidade (imparcialidade), a prudência (com o cuidado para se evitar exacerbado conservadorismo com suas distorções) e a integridade (no sentido de estarem completas) nas informações contábeis.

15 Quanto à **comparabilidade**, trata-se de característica que permite a melhor visão da evolução da entidade medida sob os mesmos critérios e princípios ao longo do tempo, mas sem que isso leve à não-evolução das práticas contábeis; e

a comparabilidade também se aplica à adoção das mesmas práticas por empresas semelhantes.

16 Ressaltem-se as **Limitações na Relevância e na Confiabilidade das Informações**, devidas, principalmente, à observância à Tempestividade e à análise da Relação Custo/Benefício das informações. A necessidade de bem informar com relevância no momento mais oportuno ao usuário pode levar à perda de parte da confiabilidade em razão de a entidade não dispor ainda de todos os elementos necessários à informação. Esse equilíbrio entre Relevância, Confiabilidade e Tempestividade é uma preocupação constante a ser observada. O custo de obtenção e divulgação da informação também não deve suplantiar seus benefícios aos usuários. Esse equilíbrio é em realidade, o equilíbrio entre todas as características qualitativas das demonstrações contábeis. É assunto de julgamento profissional da mais alta importância. Somente esse equilíbrio leva à apresentação dessas demonstrações com característica de verdadeira e adequada (*true and fair view*).

AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO

Autorizo cópia total ou parcial desta obra, apenas para fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévia autorização específica do autor.

Daniel Resende Freitas

Taubaté, agosto de 2014